



Jéssica Cristina Resende Máximo

**Historiografia(s) das Relações Internacionais: uma análise
pós-colonial das histórias e dos saberes da área de RI de Brasil,
China e Índia**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-graduação em Relações Internacionais do
Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Marta Regina Fernández y
Garcia Moreno

Rio de Janeiro
Agosto de 2014



Jéssica Cristina Resende Máximo

**Historiografia(s) das Relações Internacionais: uma análise
pós-colonial das histórias e dos saberes da área de RI de Brasil,
China e Índia**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-graduação em Relações Internacionais do
Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo
assinada.

Profa. Marta Regina Fernández y Garcia Moreno

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Roberto Vilchez Yamato

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Leonardo César Souza Ramos

Departamento de Relações Internacionais – PUC-Minas

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação
do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 1º de Agosto de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Jéssica Cristina Resende Máximo

Graduou-se em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH), em 2011. É aluna da especialização em Filosofia Contemporânea da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Faz parte do corpo editorial da Revista Cadernos de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É integrante do Grupo de Pesquisa Economia Política do Imperialismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia-Pacífico da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Rede Interinstitucional Colonialidades e Política Internacional.

Ficha Catalográfica

Máximo, Jéssica Cristina Resende

Historiografia(s) das Relações Internacionais: uma análise pós-colonial das histórias e dos saberes da área de RI de Brasil, China e Índia / Jéssica Cristina Resende Máximo; orientadora: Marta Regina Fernández y García Moreno. – 2014.

138 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2014.

Inclui referências bibliográficas.

1. Relações internacionais – Teses. 2. Historiografia de Relações Internacionais. 3. Teoria de Relações Internacionais. 4. Pós-colonialismo. 5. Brasil. 6. China. 7. Índia. I. Moreno, Marta Regina Fernandez y Garcia. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD 327

Dedico esta dissertação a minha família.

Agradecimentos

Aos meus pais, Roberto e Andréa, pelo amor e pelo apoio incondicional que permitiram a realização deste sonho.

A minha família, especialmente minha avó Neuza e meu tio Orlando, por todo o carinho e incentivo que me deram durante esta jornada.

Ao João Pedro, por ter sido meu porto seguro.

A minha sobrinha Sofia, por ter me trazido tanta alegria, mesmo à distância.

Às amigas duradouras, especialmente Natália Souza, Renata Figueiredo, Érica Sudário, Raísa Dias, Ana Carolina Machado, Amanda Couto, Dandara Saraiva e Luis Fernando Costa, pela diversão e pelo ombro amigo de sempre.

A minha orientadora Marta Moreno, por ter aceitado entrar nesta jornada ao meu lado e por ter sido, durante as aulas e orientações, um exemplo ímpar de profissionalismo e doçura.

Ao meu eterno orientador Alexandre C. C. Leite, por ter me acolhido como sua aprendiz e também como amiga.

Aos componentes da Comissão de Julgamento da Dissertação, Roberto Yamato e Leonardo Ramos, por aceitarem fazer parte desta etapa final e pelos comentários engrandecedores durante a avaliação do trabalho. Ao Carlos Frederico Gama, componente da Comissão de Julgamento do Projeto de Dissertação, pelas orientações iniciais que deram norte a este trabalho. Particularmente, agradeço ao professor Leonardo Ramos, por aceitar, pela segunda vez, em fazer parte destes momentos decisivos de minha vida acadêmica.

Ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, pela indispensável contribuição acadêmica de seus professores e pela atenção de seus funcionários. Ainda, sou grata pelas oportunidades de aprendizado e atuação profissional que o instituto me agraciou, em especial pela participação no Programa de Educação Tutorial (PET), no Tutoria de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio (TEPP) e no corpo editorial da Revista Cadernos de Relações Internacionais.

Aos professores e alunos dos programas TEPP-PET, especialmente Marta Moreno, Carlos Frederico Gama e Alexandre dos Santos, assim como Marcelle Trote, Pedro Maia, Alice Rampini e Ían Gibbons, pela companhia e pelo aprendizado durante as tutorias.

Às professoras Jana Tabak e Marta Moreno, que gentilmente compartilharam comigo suas salas de aula no estágio-docência.

Às amizades feitas durante as aulas, as leituras e os grupos de estudo, entre amigos do mestrado e do doutorado, especialmente Gabriela Romero, Kárida Mateus, Mariana Caetano, Natalye Gembatiuk, Sara Garay, Thauan Santos, Thomas Benson, Tina Lucente, e Vanessa Zanella.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pelos auxílios que tornaram este sonho uma realidade.

Ao curso de Relações Internacionais do UniBH, pela educação de qualidade que me permitiu adentrar nesta jornada. Ao seu corpo docente, em especial aos professores Rafael Ávila, Marinana Andrade, Geraldine Rosas, Daniela Seches e (ao ex-membro) Túlio Ferreira, que participaram grandemente da minha formação profissional e acadêmica. Ainda agradeço por terem me permitido atuar, pela primeira vez, como uma acadêmica profissional durante a Semana de Comemoração dos 10 anos do Curso de Relações Internacionais do UniBH.

Ao professor Leandro Rangel, por todo o incentivo dispensado à minha formação profissional e, principalmente, pela sua amizade.

Às amizades feitas durante a graduação, as quais participaram ativamente nesta jornada, principalmente escutando minhas lamúrias, em especial à Ana Elisa Pereira e Isabel Cristina de Paula.

À Heloísa Andrade de Paula, Lair Andrade de Paula e Suelly M. Andrade de Paula, por terem me recebido tão gentilmente em sua casa durante minha estadia no Rio de Janeiro.

Sem a participação de todos, este trabalho não teria sido possível.

Resumo

Máximo, Jéssica Cristina Resende; Moreno, Marta Regina Fernández y García. **Historiografia(s) das Relações Internacionais: uma análise pós-colonial das histórias e dos saberes da área de RI de Brasil, China e Índia.** Rio de Janeiro, 2014. 138p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo central desta dissertação é fazer uma análise discursiva *pós-colonial* sobre o desenvolvimento e o panorama atual da área de Relações Internacionais no Brasil, na China e na Índia. Procura-se analisar o entrelaçamento destas experiências com a experiência dominante na área (a estadunidense), com o intuito de expor a participação subordinada destes locais (de enunciação) na construção da área globalmente. Para tal, utiliza-se, principalmente, o discurso pós-colonial de Homi Bhabha e autores que interpretam sua obra, como Ilan Kapoor, James Ferguson e Marta Moreno. Através de uma leitura baseada nestes autores, busca-se interpretar a história e os saberes destes locais para além de seu entendimento como cópia inautêntica da experiência estadunidense ou como tentativa frustrada de criação completamente inovadora. Almeja-se, pelo contrário, ressaltar como as histórias e os saberes da área pelo globo são construídos a partir de relacionamentos históricos; os quais, por serem assimétricos, omitem e menosprezam a participação e a contribuição da produção em RI pelo globo. O método de análise discursiva desta dissertação tem como base metodologias de cunho pós-estruturalista e pós-colonial, a saber: a justaposição de narrativas e a ênfase nos conhecimentos subjugados. Esta análise se deu através da revisão de material escrito (artigos de revistas acadêmicas, livros especializados ou coletâneas acadêmicas) que aborda o desenvolvimento e o panorama atual da área de RI de Brasil, China e Índia. Busca-se, assim, contribuir com a subversão da Historiografia Tradicional da área de RI através da escavação de *outras* historiografias e *outros* saberes que se entrelaçam na construção da área globalmente.

Palavras-Chave

Historiografia de Relações Internacionais; Teoria de Relações Internacionais; Pós-Colonialismo; Brasil; China; Índia.

Abstract

Máximo, Jéssica Cristina Resende. Moreno, Marta Regina Fernández y García (Advisor). **International Relations Historiograph(ies): a postcolonial analysis of the histories and knowledge of IR area in Brazil, China and India**. Rio de Janeiro, 2014. 138p. MSc. Dissertation - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The main goal of this dissertation is to perform a *postcolonial* discursive analysis on the development and current overview of the area of International Relations in Brazil, China and India. It seeks to analyze the relationship of these experiences with the worldwide dominant experience (that of the U.S.A.), in order to expose the subordinated participation of these (enunciative) places in the construction of the area globally. In order to do so, it is used, mainly, the postcolonial discourse of Homi Bhabha and authors who interpret his work, such as Ilan Kapoor, James Ferguson and Marta Moreno. Through a reading based on these authors, it is sought to interpret the history and the knowledge of these places beyond their understanding as inauthentic copy of the American experience or as a frustrated attempt of a complete innovation. It is aimed, on the contrary, to highlight how the stories and knowledge of the area across the globe are constructed by historical relationships; which, for being asymmetric, omit and despise the participation and contribution of IR production across the globe. The method of discursive analysis of this dissertation is based on poststructuralist and postcolonial methodologies, namely: the juxtaposition of narratives and the emphasis on subjugated knowledge. This analysis has been done by reviewing written material (articles from academic journals, specialized academic books or academic collections) that addresses the development and current situation of the IR area of Brazil, China and India. The aim is, thus, to contribute to the subversion of IR traditional historiography by excavating *other* historiographies and *other* knowledge that intertwine in the construction area globally.

Keywords

Historiography of International Relations; Theory of International Relations; Postcolonialism; Brazil; China; India.

Sumário

1. Introdução.....	14
1.1. Temática.....	14
1.2. Objetivos.....	16
1.3. Perspectiva Interpretativa.....	17
1.4. Estratégia Metodológica.....	18
1.5. Divisão de Capítulos.....	21
2. Historiografia(s) das Relações Internacionais.....	23
2.1. Historiografia Tradicional.....	23
2.2. Revisão e Crítica Historiográfica.....	27
2.3. Situando a Historiografia Tradicional.....	32
2.4. Outras Historiografias.....	37
2.5. Historiografias Pós-coloniais.....	41
3. As Relações Internacionais no Brasil.....	47
3.1. Primórdios das Relações Internacionais no Brasil.....	47
3.2. Institucionalização da Área de RI no Brasil.....	52
3.3. Abordagens, Temas e Silêncios.....	61
3.4. Análise de Artigos.....	67
4. As Relações Internacionais na China.....	72
4.1. Primórdios das Relações Internacionais na China.....	72
4.2. Institucionalização da Área de RI pós-estabelecimento da RPC.....	76
4.3. Abordagens, Temas e Debates Contemporâneos.....	85
4.4. Análise de Artigos.....	92
5. As Relações Internacionais na Índia.....	98
5.1. Primórdios das Relações Internacionais na Índia.....	98
5.2. Institucionalização da Área de RI pós-Independência Indiana.....	102
5.3. Delimitações, Abordagens e Temas.....	107
5.4. Análise de Artigos.....	114
6. Considerações Finais.....	120
7. Referências Bibliográficas.....	126

Abreviações

ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais
ACHEI – Asociación Chilena de Especialistas Internacionales
AMEI – Asociación Mexicana de Estudios Internacionales
APISA – Asian Political Science and International Studies Association
BRICS – Grupo de coordenação político-diplomática de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASS – Chinese Academy of Social Sciences
CCID – China Centre for Information Industry Development
CCP – Comitê de Ciência Política
CCPRI – Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais
CDI – China Development Institute
CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais
CEDAL – Centro de Documentação da América Latina
CEDEP – Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CICIR – China Institute of Contemporary International Relations,
CIIS – China Institute of International Studies
CIRSPRC – Committee on IR Studies with the People's Republic of China
CJIP – Chinese Journal of International Politics
CNAIS – Associação Nacional Chinesa de Estudos Internacionais
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa
CoFEI – Consejo Federal de Estudios Internacionales da Argentina
Comintern – Internacional Comunista
CP – Ciência Política
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EA – Estudos de Área
EI – Estudos Internacionais
EPW – Economic and Political Weekly
ESP – Escola Sociológica Paulista

EUA – Estados Unidos da América
FACAMP – Faculdades de Campinas
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
FLAEI – Federación Latinoamericana de Estudios Internacionales
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
FSI – Indian Foreign Service Institute
GRIPE/ANPOCS – Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
IAIS – Indian Association of International Studies
IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
ICWA – Conselho Indiano de Assuntos Mundiais
ILDES – Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social
IPRI/FUNAG – Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão
IREL/UnB – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília
IRI/PUC-Rio – Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
ISA – International Studies Association
ISEB – Instituto Superior de Estudos
ISIS – Indian School of International Studies
IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
JAIR – Jadavpur Association of International Relations
JNU – Jawaharlal Nehru University
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NEAT – China Network of East Asia Think Tanks
PCC – Partido Comunista Chinês
PISA – Program for International Studies in Asia
PRC – República Popular da China
PROLAM/USP – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo
ProUni – Programa Universidade para Todos
PT – Partido Trabalhista
RBPI – Revista Brasileira de Relações Internacionais
RCSS – Regional Center for Strategic Studies

Redintercol – Red Colombiana de Relaciones Internacionales
ReUni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Federais
RI(s) – Relações Internacionais
SACEPS – South Asian Center for Policy Studies
SI – Sociedade Internacional
SIS – School of International Studies
TRI – Teoria de Relações Internacionais
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGC – University Grants Commission
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas
UnB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP – Universidade de São Paulo

Tupi, or not tupi that is the question.

Oswald de Andrade – *Manifesto Antropofágico*

1.

Introdução

Esta introdução almeja, brevemente, apresentar alguns dos aspectos principais desta dissertação, como seu tema, seus objetivos, sua perspectiva interpretativa, sua estratégia metodológica e sua estrutura – isto é, a divisão de seus capítulos. Ademais, este primeiro encontro com a dissertação também intenta esclarecer algumas das escolhas semânticas, conceituais e metodológicas feitas na execução da pesquisa. Dessa forma, esta introdução divide-se em cinco seções, a saber: *temática*; *objetivos*; *perspectiva interpretativa*; *estratégia metodológica*; e, por último, *divisão de capítulos*.

1.1.

Temática

Esta dissertação propõe-se a fazer uma análise discursiva *pós-colonial* sobre o desenvolvimento e o panorama atual da área de Relações Internacionais no Brasil, na China e na Índia. A curiosidade sobre o desenvolvimento e a produção da área de Relações Internacionais para além dos tradicionais centros de produção – e detentores da Historiografia Tradicional da área – (Estados Unidos e Europa) é relativamente recente e restrita. Assim como Puchala (1997, p.129) coloca, com exceção dos especialistas de área, poucos são os acadêmicos “ocidentais” de Relações Internacionais que devotam alguma atenção para o que se pensa sobre esta área no “resto” do mundo, pois, dentre estes acadêmicos “ocidentais”, haveria a implícita suposição de que os conceitos analíticos “ocidentais” seriam universalmente aceitáveis e indubitavelmente válidos (Puchala, 1997, p.129).

A escolha por escavar a história e os saberes da área de Relações Internacionais de Brasil, China e Índia deu-se por três motivos principais. Em primeiro lugar, os três países cobrem dois continentes – possuem, assim, ampla abrangência geográfica – e representam (tanto em conjunto quanto individualmente) grande parte da população mundial. Em segundo lugar, o desempenho econômico e a ativa participação nos processos políticos

internacionais de cada um destes países têm (positivamente) chamado a atenção internacional nas últimas décadas. Finalmente, em terceiro lugar, mesmo com a enorme representação geográfica e populacional e mesmo com a ascensão econômica e política internacional, os três países têm sido inferiorizados e omitidos entre os saberes e a história tradicional da área de RI.

Como será analisado durante os capítulos que compõem esta dissertação, todos os países em questão possuem algum tipo de institucionalização acadêmica e/ou política da área de RI. Disciplinas e cursos de RI são ofertados em nível universitário e de pós-graduação por departamentos próprios de RI, de Ciência Política, de Estudos de Área e outros departamentos afins. Há publicação de periódicos próprios; eventos acadêmicos, como fóruns e seminários são mantidos regularmente; associações acadêmicas da área e *think tanks* (com as mais diversas relações com a academia e os governos destes países) têm sido criados. No entanto, a área de RI destes países, sua história e seus saberes, não é encontrada na Historiografia Tradicional da área e nem reconhecida como um saber da área.

Assim como será visto no Capítulo 2, a Historiografia Tradicional das RIs é, em grande medida, contada a partir do desenrolar da área na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, com primazia da perspectiva estadunidense após o marco da Segunda Guerra Mundial (Gareau, 1981; Brown, 2001). Disfarçado na herança intelectual europeia de seus saberes (Lyons, 1982), este paroquialismo sobrevive à base da crença positivista da possibilidade de um conhecimento universal e atemporal (Hoffmann, 1977; Gareau, 1981; Alker and Biersteker 1984; Krippendorff, 1987; Smith, 1987, 2001, 2002; Griffiths e O'Callaghan, 2001; Bilgin, 2008; Kristensen, 2013), ignorando e/ou inferiorizando as tradições intelectuais e as preocupações contemporâneas (tanto intelectuais quanto políticas) do “resto” do mundo; isto é, de partes do globo para além dos Estados Unidos e da Europa.

Busca-se, com esta dissertação, escavar *outras* histórias e *outros* saberes da área de RI e descobrir os relacionamentos históricos que estas histórias e saberes tiveram e ainda têm com a ortodoxia acadêmica estadunidense das RIs. Assim, intenta-se apresentar outra possibilidade de interpretação para os saberes que têm sido ignorados e/ou inferiorizados por serem considerados inautênticos ou pouco inovadores (por fazer uso da historiografia, da literatura e dos conceitos estadunidenses). Através de *insights* pós-estruturalistas e pós-coloniais, almeja-se, pelo contrário, sair da dicotomia entre semelhança/diferença e realçar as ambiguidades existentes nas relações entre estas experiências históricas e em suas expressões intelectuais e materiais.

Este intento procura situar as histórias e os saberes da área, levando em consideração a diversidade de experiências históricas que informam articulações e interpretações do mundo em que vivemos (ver Tickner, 2005). Os locais aqui examinados possuem experiências históricas diversas que impactam na formação do pensamento sobre as relações internacionais e na institucionalização da área em cada país. Ao contrário de serem realidades externas à formação deste pensamento, estas experiências históricas estão presentes na vida cotidiana de políticos, diplomatas, acadêmicos e ativistas, informando parte de seus interesses políticos e intelectuais e criando constrangimentos e oportunidades materiais para os mesmos. Não cabe, assim, ignorá-las na análise das histórias e dos saberes da área de RI nos locais abordados nesta dissertação.

Houve tanto desafios quanto possibilidades na consecução desta dissertação. A incipiência da temática apresenta oportunidades, como a possibilidade de produção de um trabalho voltado para um tema pouco explorado na área de RI; e dificuldades, devido à escassez bibliográfica na língua portuguesa, principalmente, e ao diminuto contingente de livros e periódicos disponíveis nos acervos das bibliotecas brasileiras. A supracitada oportunidade se revela, nesse sentido, perante a audiência primária desta dissertação (a academia brasileira de RI) – a qual possui escassa literatura sobre esta temática; e, também, diante da estreita perspectiva da existente literatura internacional sobre esta temática. Como apontado por David Blaney e Arlene Tickner (2013), a escavação de outras histórias e saberes na área tem sido, ironicamente, impulsionada e conduzida mais para uma audiência “central” do que para a “periferia” em si. Por ser um trabalho que se situa na “periférica” academia brasileira de RI e que busca conhecer e se conectar com outras academias ignoradas e/ou inferiorizadas na área, esta dissertação, assim, tenta fugir da ironia apontada pelos autores.

1.2.

Objetivos

Como já foi colocado na *Temática*, o objetivo central desta dissertação é fazer uma análise discursiva *pós-colonial* sobre o desenvolvimento e o panorama atual da área de Relações Internacionais no Brasil, na China e na Índia. Procurar-se-á, neste sentido, analisar o entrelaçamento destas experiências com a experiência dominante na área (a estadunidense), com o intuito de expor a participação subordinada destes locais na construção da área globalmente. Buscar-se-á interpretar, através de uma leitura discursiva pós-colonial, a história

e os saberes destes locais para além de seu entendimento como cópia inautêntica da experiência estadunidense ou como tentativa frustrada de criação completamente inovadora. Almeja-se, pelo contrário, ressaltar como as histórias e os saberes da área pelo globo são construídos a partir de relacionamentos históricos; os quais, por serem assimétricos, omitem e menosprezam a participação e a contribuição da produção em RI pelo globo. Ademais, intenta-se estressar que os saberes sobre as RIs produzidos globalmente (frutos destes relacionamentos históricos) são híbridos; indo além do nativismo (ou essencialismo) completo ou da sujeição total ao estrangeiro. Assim, busca-se também com esta dissertação, o objetivo de contribuir com a subversão da Historiografia Tradicional da área de RI através da escavação de *outras* historiografias e *outros* saberes que se entrelaçam na construção da área globalmente.

1.3.

Perspectiva Interpretativa

Esta dissertação faz uso do Pós-Colonialismo como perspectiva interpretativa de sua análise. Faz-se necessário ressaltar, nesse sentido, que dentre as divisões existentes entre autores e fases do Pós-Colonialismo, será utilizada sua chamada terceira fase, que se caracteriza por participar da virada linguística e cultural do final dos anos 70. Apesar de vários autores terem seus trabalhos associados a esta fase do Pós-Colonialismo, como Edward Said, Gayatri Spivak, entre outros (ver Krishna, 2009), a dissertação se concentra no discurso pós-colonial de Homi Bhabha e das contribuições de autores que interpretam sua obra, como Ilan Kapoor, James Ferguson e Marta Moreno.

Segundo Darby e Paolini (1994, p.375, tradução própria), o que une as várias vertentes e fases do Pós-Colonialismo – e que, portanto, constitui o núcleo de seu discurso – “é o foco nas relações de dominação e resistência e o efeito que elas têm na identidade, em, através e além do encontro colonial”. A terceira fase deste discurso se afasta das suas fundações intelectuais marxistas – que buscavam a emancipação colonial – e se aproxima do pós-estruturalismo, inspirando-se em Foucault e Derrida – e que, ao contrário da oposição totalitária em busca da emancipação, procura as ambivalências que constituem as práticas de dominação e resistência (Krishna, 2009; ver, também, Moreno, 2010).

De acordo com Darby e Paolini (1994; ver, também, Moreno, 2010), a influência do pós-estruturalismo na terceira fase do discurso pós-colonial se

expressa no foco em alguns aspectos que permeiam a teoria crítica social contemporânea, como o foco no particular e no marginal; a ênfase na heterogeneidade da narrativa; o questionamento do Positivismo eurocêntrico; a ênfase na ambiguidade da modernidade; a crítica no individualismo Ocidental; e o interesse na construção do “*Self*” e do “*Other*”. Assim como Ashcroft, Griffiths, e Tiffen (1989) colocam, estes conceitos “claramente funcionam como as condições do desenvolvimento da teoria pós-colonial em sua forma contemporânea e como as determinantes de muito de seu conteúdo e natureza atuais” (*apud* Darby e Paolini, 1994, p. 378, tradução própria).

Estes aspectos encontram-se amplamente inscritos na abordagem teórica de Bhabha, utilizada no decorrer desta dissertação e apresentada em mais detalhes na última seção do Capítulo 2, “Historiografias Pós-coloniais”. Com base no que foi exposto, entretanto, cabe ressaltar que o tema e os objetivos desta dissertação procuram se aproximar das aspirações pós-coloniais (da terceira fase; ou seja, mais próxima ao pós-estruturalismo), no sentido de focar-se nas histórias particulares e marginais da área de RI; no questionamento do universalismo positivista e do eurocentrismo da área; e na ênfase dos relacionamentos históricos que construíram tanto o “*self*” (EUA) quanto o “*other*” (“resto” do mundo) da história e dos saberes da área.

1.4.

Estratégia Metodológica

Esta dissertação apresentará três análises sobre o desenvolvimento da área e de saberes de RI pelo mundo, mais especificamente, de Brasil, China e Índia. A pesquisa e a análise desta dissertação foram conduzidas através da análise de material escrito (como artigos de revistas acadêmicas, livros especializados ou coletâneas acadêmicas), que abordam o desenvolvimento e a contemporaneidade da área de RI nos locais escolhidos. Furta-se, nesse sentido, de arquivos institucionais, de dados estatísticos e da memória pessoal (daqueles que se consideram como parte da própria história e do presente da área em cada local) para levar a novas audiências (primariamente, à academia brasileira de RI) as histórias e os saberes da área de RI em espaços e temporalidades *outros*, para além da Historiografia Tradicional da área.

A revisão desta literatura não somente visou rever o que já foi escrito sobre o desenvolvimento e a contemporaneidade da área nestes locais, mas também serviu como subsídio para a escolha de artigos de autoria local para serem

apresentados no final de cada capítulo. A apresentação destes artigos almeja trazer exemplos da pluralidade (e ambiguidade) acadêmica dentro da área de RI nos locais analisados. Foram escolhidos artigos que tenham sido escritos por acadêmicos ou intelectuais que trabalhem na área ou com temas de Relações Internacionais nos locais analisados. De maneira semelhante, foram selecionados artigos que abordam as relações internacionais (de cada país ou o fenômeno de uma maneira geral) e maneiras de interpretá-las.

O método de análise discursiva desta dissertação tem como base metodologias de cunho pós-estruturalista e pós-colonial (de acordo com as características já apresentadas da terceira fase do Pós-Colonialismo), a saber: a “justaposição de narrativas” e a ênfase nos “conhecimentos subjugados” (Milliken, 1999:243). Assim, esta dissertação justapõe a narrativa historiográfica tradicional da área (abordada em mais detalhes no Capítulo 2) e as narrativas subjugadas dos locais que esta dissertação foca mais precisamente (analisadas nos Capítulos 3, 4 e 5).

Entende-se por narrativa, neste contexto, discursos e representações que alcançaram *status* próximo da “verdade” acerca de determinados conceitos, contextos, espaços e indivíduos. Implícito neste entendimento está o comprometimento com o tratamento de discursos e de representações como estruturas de significação que constroem realidades sociais, em larga medida, hierárquicas, através de construção de oposições binárias (de polos positivados e negativados) e imposições de limites imaginários (e políticos) (Milliken, 1999). Decorre daí que as narrativas aqui abordadas são produtivas, no sentido de que as mesmas criam “sujeitos” autorizados (ou não) a agir e falar; produzem “regimes de verdade”, pelos quais estes sujeitos tornam o mundo inteligível, e definem “práticas possíveis” de agir neste mundo (Milliken, 1999).

O método justaposicional que se opera nesta dissertação

[f]unciona [...] pela justaposição da “verdade” sobre uma situação construída a partir de um discurso particular com eventos e temas que esta “verdade” falha em reconhecer e adereçar, e também pelo pareamento de representações dominantes com relatos contemporâneos que não usam a mesma definição do que aconteceu e que articulam sujeitos e seus relacionamentos de maneiras diferentes (Milliken, 1999, p.243, tradução própria).

Apesar de apresentar a narrativa tradicional das RIs como discurso dominante na área, o foco desta dissertação está nas narrativas alternativas, nas *outras* histórias e *outros* saberes das Relações Internacionais, que questionam a unicidade e subvertem a completude da narrativa tradicional da historiografia das RIs, mas se entrelaçam historicamente com a mesma.

[F]ocar em conhecimentos subjugados é essencialmente uma extensão do método justaposicional, com a diferença que relatos alternativos não são somente apontados, mas explorados em alguma profundidade, mostrando que eles são possibilitados por discursos que não sobrepõem substancialmente o discurso dominante. Isso pode também envolver um exame de como o conhecimento subjugado trabalha para criar condições de resistência ao discurso dominante (Miliken, 1999, p.243, tradução própria).

A justaposição, contudo, não estabelece análise comparativa entre os locais analisados e a Historiografia Tradicional da área. Busca-se, com esta dissertação, entender tais locais a partir das suas especificidades e salientar as contingências da construção da área de RI em cada um deles. Segue-se, nesse sentido, outro *insight* pós-estruturalista para analisar estes locais, no sentido de que não se almeja falsificar ou verificar uma hipótese e nem classificar e/ou justificar a seleção dos casos com base no seu *status* de “exemplar”, “paradigmático”, “extremo” ou “desviante” (ver Malmvig, 2006).

Assim como coloca Malmvig (2006), se categorizássemos os casos analisados em relação a tais tipologias, estaríamos operando a partir de classificações que ditam o que é normal, provável e previsível em contraposição ao que é anormal e inesperado. Dessa forma, os três casos não serão apresentados como casos de desvio do “padrão” estadunidense, mas como experiências que têm sido construídas discursivamente como desviantes por não serem completamente diferentes ou totalmente semelhantes à experiência dominante na área.

Não houve determinação de um marco temporal único para a execução desta dissertação na medida em que o desenvolvimento da área em cada local se deu em momentos variados e possui diversas maneiras de ser definido, podendo ser levado em consideração: a abertura de academias diplomáticas, a abertura de cursos e disciplinas de RI nas universidades ou o surgimento de uma tradição intelectual relacionada às relações internacionais. Assim, cada capítulo desta dissertação apresenta um marco temporal próprio, em virtude da singularidade histórica de cada experiência.

Não se intenta, através da análise discursiva pós-colonial desta dissertação, construir uma historiografia “verdadeira” sobre as Relações Internacionais ou “estabilizar” a relação entre as variadas historiografias aqui apresentadas. Da mesma forma, não se almeja construir narrativas que possuam um sentido histórico “progressista”; isto é, narrativas que descrevam a “evolução” da área de RI em cada local. Pelo contrário, almeja-se justapor uma pluralidade de narrativas possíveis das RIs e revelar diversas (e ambíguas) maneiras de vivenciar e representar facetas do nosso mundo, que se entrelaçam no tempo e

no espaço (isto é, que não são construídas em isolamento). Com isso, a dissertação (por meio da justaposição e do foco nos conhecimentos subjugados) almeja desestabilizar a unicidade e a completude da historiografia e dos saberes tradicionais da área de RI ao lançar luz a *outras* histórias e *outros* saberes, que são omitidos e menosprezados pela ortodoxia da área.

1.5.

Divisão de Capítulos

Capítulo 2 – Historiografia(s) das Relações Internacionais

Este capítulo busca: a) *recontar* as narrativas sobre a origem e o desenvolvimento das relações internacionais como prática e das Relações Internacionais como área autônoma do saber; b) trazer alguns dos trabalhos que procuram *revisar* a exatidão historiográfica destas narrativas ou *criticar* os silêncios e os limites impostos pelas mesmas; c) *situar* esta narrativa, trazendo à tona os limites geográficos e culturais da mesma; d) *apontar* e se *posicionar* em relação a como historiografias que abrangem locais diferentes dos limites da Historiografia Tradicional têm sido tratadas dentro da área; e e) *delinear*, mais detalhadamente, como a perspectiva pós-colonial será utilizada para repensar estas historiografias e contribuir com a subversão da Historiografia Tradicional das Relações Internacionais.

Capítulo 3 – As Relações Internacionais no Brasil

O capítulo sobre o Brasil subdivide-se em quatro partes que tentam compreender o estado da área de RI no país. A primeira parte do capítulo trata dos primórdios dos estudos de RI no Brasil; a segunda parte aborda o período de institucionalização acadêmica da área de RI no Brasil; a terceira apresenta as abordagens, os temas e reflexões sobre a área no Brasil; e, finalmente, a quarta parte analisa o artigo: *Conceitos em Relações Internacionais*, de Amado Cervo.

Capítulo 4 – As Relações Internacionais na China

Como o capítulo anterior, o capítulo sobre a China subdivide-se em quatro partes que tentam compreender o estado da área de RI no país. A primeira parte do capítulo trata dos primórdios dos estudos de RI na China; a segunda parte

aborda o período de institucionalização acadêmica da área no país, após o estabelecimento da RPC; a terceira apresenta os temas, abordagens e debates contemporâneos na área de RI na China; e, finalmente, a quarta parte analisa o artigo “*International Society as a Process: Institutions, Identities, and China’s Peaceful Rise*” de Qin Yaqing.

Capítulo 5 – As Relações Internacionais na Índia

O capítulo sobre a Índia, também, se subdivide em quatro partes que tentam compreender o estado da área de RI no país. A primeira parte do capítulo trata dos primórdios dos estudos de RI na Índia; a segunda parte aborda o período de institucionalização da área de RI na Índia, após sua independência; a terceira parte discute alguns aspectos característicos da área de RI na Índia; e, finalmente, a quarta parte analisa o artigo “*Theory for Strategy: Emerging India in a Changing World*”, de Rajesh Basrur.

Capítulo 6 – Considerações Finais

As considerações finais apresentam as observações que sobressaltaram no decorrer da execução da pesquisa. Como já ressaltado, não se procurará fazer um trabalho comparativo ou classificatório das experiências analisadas durante a pesquisa, mas buscar-se-á delinear as múltiplas respostas locais à dominação na produção de conhecimento na área de RI e as ambiguidades nesta relação de dominação/resistência.

Capítulo 7 – Referências Bibliográficas

2.

Historiografia(s) das Relações Internacionais

Este capítulo busca, em sua primeira seção, intitulada “Historiografia Tradicional”, *recontar*, brevemente, as narrativas sobre a origem e o desenvolvimento das relações internacionais como prática e das Relações Internacionais como área autônoma do saber. Em sua segunda seção, “Revisão e Crítica Historiográfica”, intenta-se trazer alguns dos trabalhos que procuram *revisar* a exatidão historiográfica destes fundamentos ou *criticar* os silêncios e os limites impostos pelos mesmos. A partir desta revisão crítica, na terceira seção do capítulo, “Situando a Historiografia Tradicional”, tenta-se *situar* esta narrativa, trazendo à tona os limites geográficos e culturais da mesma; para que, na quarta seção, “Outras Historiografias”, possa se apontar e se posicionar em relação a como historiografias que abrangem locais diferentes dos limites da Historiografia Tradicional têm sido tratadas dentro da área. A partir do posicionamento tomado na seção anterior, a última seção deste capítulo, “Historiografias Pós-Coloniais”, procura delinear, mais detalhadamente, como a perspectiva pós-colonial será utilizada para repensar estas historiografias e contribuir com a subversão da Historiografia Tradicional das Relações Internacionais.

2.1.

Historiografia Tradicional

Esta primeira seção do capítulo busca *recontar*, brevemente, as narrativas que fundam as relações internacionais como prática e as Relações Internacionais como área autônoma do saber. Estas narrativas têm demarcado o ensino das Relações Internacionais, globalmente, a despeito da recente produção de diversos estudos de revisão historiográfica da área – isto é, do reexame da história da origem e do desenvolvimento do saber sobre as relações internacionais. Apesar de contestadas, estas narrativas são apresentadas para estudantes de Relações Internacionais em seus cursos introdutórios à história das relações internacionais e à história do desenvolvimento das abordagens teóricas das Relações Internacionais. Através das mesmas, as Relações Internacionais têm conseguido

contar uma história razoavelmente consistente sobre sua origem e seu desenvolvimento (Smith, 1995, 2000, 2002; Wæver, 1996; De Carvalho, Leira e Hobson, 2011).

O surgimento das relações internacionais como prática é, costumeiramente, datado em 1648; ano que marca a assinatura dos tratados que deram fim à Guerra dos Trinta anos na Europa. A importância desta demarcação, contudo, não está no fato de delimitar o fim de um conflito, mas em considerar que a resolução do mesmo revolucionou as relações políticas da época. Se, anteriormente a 1648, as relações políticas eram hierárquicas, difusas e interpenetradas por valores religiosos – muitas vezes considerados como as principais causas da Guerra dos Trinta Anos –, os Tratados de Westphalia, que põem fim à guerra, simbolizam a emergência de relações políticas modernas, nas quais entidades políticas soberanas, territorialmente delimitadas e seculares relacionam-se em um ambiente sem um poder de autoridade centralizador (anárquico) (Krasner, 1993; De Carvalho, Leira e Hobson, 2011).

Assim como Krasner (1993), Osiander (2001) e De Carvalho, Leira e Hobson (2011) apontam, as referências a este momento fundacional das relações internacionais como prática é extensa entre os escritos na área.

[...] Hans Morgenthau, por exemplo, escreve em “A Política entre as Nações” que “o Tratado de Westphalia trouxe o fim às guerras religiosas e fez o Estado territorial a pedra angular do moderno sistema de Estados”. [...] Adam Watson nos diz que “[o] Acordo de Westphalia legitimou a comunidade de Estados soberanos”. [...] David Held nos informa que a Paz de Westphalia “arraigou, pela primeira vez, o princípio da soberania territorial nos assuntos interestatais” (De Carvalho, Leira e Hobson, 2011, p.740, tradução própria).

David Boucher, por exemplo, argumenta que o acordo “providenciou a fundação para, e deu o reconhecimento formal ao moderno sistema de Estados na Europa”; em outro momento ele alega que o mesmo “sancionou a igualdade formal e a legitimidade de uma miríade de atores Estatais, enquanto, simultaneamente, postulou o princípio do balanço [de poder] como mecanismo de prevenção à preponderância de poder”. [...] Mark Zacher fala do “Tratado de Westphalia, de 1648, que reconheceu o Estado como o poder supremo ou soberano dentro de suas fronteiras e deu fim às reivindicações transnacionais da igreja por autoridade política” (Osiander, 2001, p.260-1, tradução própria).

O surgimento das Relações Internacionais como área do saber, por outro lado, tem sido datado em 1919; ano da criação da cadeira Woodrow Wilson, na *University College of Wales*, em Aberystwyth (País de Gales, Reino Unido). A narrativa do início da institucionalização disciplinar das Relações Internacionais gira em torno do fim da Grande Guerra europeia e do desejo de se evitar que uma nova guerra ocorresse. Conta-se, assim, sobre a origem dos chamados “idealistas” ou “progressistas”, que teorizavam sobre como o moderno sistema de Estados *deveria ser*; isto é, como este sistema poderia *progredir* (principalmente

através da constituição de instituições internacionais, como a Liga das Nações) de maneira a se impedir conflitos internacionais tão brutais quanto a Grande Guerra. (Smith, 1995, 2000, 2002; Wæver, 1996; Bell, 2009; De Carvalho, Leira e Hobson, 2011).

O desenvolvimento de abordagens teóricas das RIs, a partir do surgimento dos idealistas, é contado de duas maneiras: através da evolução cronológica de abordagens teóricas – uma sobrepondo a outra na medida em que a disciplina se desenvolve – ou por meio da competição entre abordagens, chamada de “grandes debates”. A primeira versão narra a história desse desenvolvimento começando pela dominância do idealismo no período entre guerras. Após a decadência do Idealismo, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as décadas seguintes teriam visto o predomínio do Realismo – também chamado “*conservadorismo*” –, que desacreditava da possibilidade de progresso no sistema internacional. Também é possível identificar referências desta passagem historiográfica em escritos e livros didáticos de RI.

No começo do século vinte, o paradigma idealista era intimamente relacionado com Woodrow Wilson e outros pensadores proeminentes do período entre guerras [...] O reinado do idealismo como paradigma dominante terminou com seu fracasso em antecipar e prevenir a Segunda Guerra Mundial [...] Foi o fracasso dos idealistas em compreender as forças que levaram à Segunda Guerra que alavancou o Realismo como paradigma dominante no imediato período pós-guerra depois de 1945 (Rochester, 2010 *apud* De Carvalho, Leira e Hobson, 2011, p.754, tradução própria).

A historiografia do desenvolvimento das RIs continua contando como o reinado realista, mesmo questionado e em constante transformação, teria perdurado. Assim, posterior a um período entre as décadas de 1960 e 1970, no qual teria havido uma luta sobre quais metodologias (Behavioristas ou Tradicionalistas) e abordagens (vertentes do Realismo, do Liberalismo e do Marxismo) seriam as mais apropriadas às RIs, o debate entre Neo-Realismo e Neo-Liberalismo teria ganhado o palco central nos anos 1980, deixando para a década seguinte um suposto consenso no *mainstream* que giraria em torno da teoria da escolha racional (Smith, 1995, 2000; Wæver, 1996).

A segunda versão narra esta história de maneira distinta. O desenvolvimento das abordagens teria se dado através da competição ou do debate entre as mesmas. Assim, os debates teriam se desenrolado na seguinte sequência: Idealismo e Realismo, na década de 1930; Tradicionalismo e Behaviorismo, em 1960; Estado-centrismo e Transnacionalismo, em 1970; Realismo, Liberalismo e Marxismo (debate interparadigmático), no final dos anos 1970; Positivismo e Pós-Positivismo, em 1980; e, por último, um debate entre a

síntese neo-neo (Racionalismo) e outras diversas abordagens (Reflexivismo) nos anos 1990 (Smith, 1995, 2000; Wæver, 1996).

O “Primeiro Grande Debate”, entre idealistas e realistas, teria se iniciado com a destruição das “inocentes pretensões idealistas”, levada a cabo por E. H. Carr em seu “Vinte Anos de Crise”, que coroou o pessimismo conservador dos realistas, tendo a “Segunda Guerra Mundial como prova empírica da sagacidade realista” (Bell, 2009, p.6). Já o “Segundo Grande Debate”, entre behavioristas e tradicionalistas, teria sido marcado pelo debate de Morton Kaplan e Hedley Bull sobre quais métodos seriam mais apropriados para se estudar as relações internacionais: métodos científicos ou modos tradicionais de investigação (advindos da História, do Direito e da Filosofia). A vitória behaviorista teria marcado o desenvolvimento das RIs (no caso, do Realismo) a partir de então (Smith, 1995, 2000; Bell, 2009).

Há um desacordo entre alguns autores em relação aos protagonistas do posterior “Grande Debate” das RIs. Para Maghroori e Ramberg (1982), o “Terceiro Grande Debate” consistiu em uma discussão, da década de 1970, entre quem seriam os atores das relações internacionais; na qual figuravam (realistas) estado-cêntricos e (liberais) transnacionalistas ou globalistas. Michael Banks (1985), por outro lado, vê outro debate como sequência ao “Segundo Grande Debate”. Impulsionado pelo trabalho de Thomas Kuhn, o autor caracteriza que, no final da década de 1970, a área havia chegado a um momento em que várias abordagens (vertentes do Realismo, do Liberalismo e do Marxismo) conviviam nas RIs, sem que apenas uma as dominassem. Yosef Lapid (1989), todavia, aponta que o “Terceiro Grande Debate” teria ocorrido na década de 1980, com o ataque de diversas abordagens de inclinação metateórica pós-positivista (Feminismo, Teoria Crítica, Sociologia Histórica, Pós-Modernistas) à dominação dos (em grande parte realistas) positivistas¹.

Por fim, Wæver (1996) vai argumentar que, após o debate interparadigmático (considerado pelo autor como o “Terceiro Grande Debate”), na década de 1980, realistas e liberais aproximaram-se em suas viradas para o Neo-Realismo e o Neo-Liberalismo Institucionalista. Segundo o autor, houve uma redefinição dessas abordagens em direção a um minimalismo teórico antimetafísico, tornando-as compatíveis epistemologicamente. Assim, Wæver (1996) indica que a síntese (positivista e/ou racionalista) neo-neo tornou-se a posição dominante das RIs na década de 1980. O “Quarto Grande Debate” viria a

¹ Ver mais sobre as diferentes visões do “Terceiro Grande Debate” em Smith (1995).

ter como combatentes aqueles que não partilhavam do programa de pesquisa Racionalista, os vários e distintos grupos dissidentes foram então classificados de Reflexivistas (Pós-modernismo Francês; Hermenêutica Alemã; Wittgensteinianos; Construtivistas e, por falta de lugar no debate, Marxistas). O momento “pós-Quarto Grande Debate”, já na década de 1990, para Wæver (1996), seria marcado por uma tentativa de reaproximação entre os dois lados do debate.

As narrativas descritas nesta seção do capítulo marcam em qual momento histórico as relações internacionais (como prática) e as Relações Internacionais (como saber) foram originadas; da mesma forma, estas narrativas mapeiam o desenvolvimento do saber da área (abordagens teóricas, agenda de pesquisa, comprometimentos metateóricos). A próxima seção deste capítulo trará alguns questionamentos levantados sobre as narrativas que são contadas sobre o surgimento e o desenvolvimento das relações internacionais como prática e como saber pela Historiografia Tradicional das Relações Internacionais.

2.2.

Revisão e Crítica Historiográfica

Revisões e críticas historiográficas das narrativas contadas na seção anterior deste capítulo têm questionado a exatidão histórica da Historiografia Tradicional e as implicações práticas e teóricas da mesma. Esta seção visa apresentar algumas destas contestações, que buscam repensar o conteúdo e apontar as consequências desta historiografia. Não se defende, no entanto, que estas contestações esgotem as possibilidades de exposição e contestação dos limites e silêncios da Historiografia Tradicional das RIs, mas sim que, a partir das mesmas, se abram novos caminhos para se pensar múltiplas historiografias das RIs.

De Carvalho, Leira e Hobson (2011) argumentam que a criação do moderno sistema de Estados, em 1648, e o nascimento da disciplina, em 1919, seriam as principais “mentiras” contadas pelos professores de Relações Internacionais em suas salas de aula ou em seus livros introdutórios sobre as RIs. Para os autores, os Tratados de Westphalia não marcam o início do sistema de Estado moderno, pois, pelo contrário, este teria sido “o resultado de um longo processo de mudança, ao invés de um claro corte com o sistema feudal da cristandade” (De Carvalho, Leira e Hobson, 2011, p.742, tradução própria). Krasner (1993) e Osiander (2001) corroboram com esta noção ao defenderem que não há nada nos Tratados de Onasbrück e de Münster (os dois Tratados de

Westphalia) que demarque um momento de transição definitivo do feudalismo à modernidade europeia.

Longe de estarem enraizados em novos e modernos princípios filosóficos e políticos, os tratados teriam compilado princípios já existentes na prática política europeia. Os princípios presentes nos tratados demonstram a multiplicidade de formas de organização política existentes na Europa no período da Cristandade; assim, não iniciaram as práticas políticas modernas e também não extinguiram formas outras de organização política.

[...] a Paz de Westphalia não foi um ponto decisivo de quebra com o passado. Ela codificou práticas já existentes mais que criou novas práticas. Ela refletiu os interesses de curto prazo das potências vitoriosas, França e Suécia, ao contrário de refletir alguma concepção abrangente de como o sistema internacional deveria ser ordenado (Krasner, 1993, p.246, tradução própria).

Não estava presente, nos tratados, um comprometimento com uma concepção de mundo composta por Estados soberanos. Ambos os tratados confirmam as diversas possibilidades de organização política da época: Estados independentes, feudos, impérios (dentro e fora da Europa), ligas de cidades etc.; ainda interpenetrados por relações políticas hierárquicas. “Os estadistas em Onasbrück e Münster tinham à sua disposição uma variedade de formas institucionais, e eles não viam problema em formar arranjos que agora parecem anômalos” (Krasner, 1993, p.242, tradução própria).

Assim como Krasner (1993, p.246, tradução própria) coloca, “[s]omente em retrospecto Westphalia se transformou no ícone usado para justificar as ulteriores consolidações do Estado soberano contra formas rivais de organização política”. Osiander (2001) aprofunda este argumento ao apontar que esta leitura específica com a qual Westphalia é enquadrado nas RIs tem suas raízes no nacionalismo que figurava entre historiadores dos séculos 18 e 19. A reiteração desta leitura até os dias atuais corroboraria com a importante função de servir como mito fundacional, como narrativa coesa das origens das relações internacionais².

Um típico mito fundacional, ele oferece um coeso relato sobre como o “clássico” sistema Europeu, o protótipo do presente sistema internacional, surgiu. Conveniente e abrangentemente, ele explica a origem daquelas que são consideradas as principais características deste sistema, como a territorialidade, soberania, igualdade e não-intervenção. Ele serve perfeitamente à visão do que as relações internacionais são ou, ao menos, aquilo que elas têm sido “tradicionalmente”: relações de um tipo específico (com o problema da guerra ocupando uma posição central) entre atores de um tipo específico (territoriais, soberanos, legalmente iguais) (Osiander, 2001, p.266, tradução própria).

² Osiander (2001) lembra que até mesmo um trabalho mais recente de Krasner (1999) apresenta a noção de “soberania de Westphalia” como ponto fundacional do moderno sistema de Estados.

O mito de 1648 cria uma visão distorcida de como o Estado moderno e o moderno sistema de Estados foram construídos, ocultando não somente a contingência desta forma política específica, como também os relacionamentos históricos extraeuropeus que participaram desta construção. O que se implica da Historiografia Tradicional sobre o surgimento das relações internacionais como prática é que o Estado moderno foi “a” evolução natural das práticas e do pensamento político europeu do final da cristandade, o qual se espalhou pelo mundo como uma prática política avançada ou superior. Ao passo que a construção do Estado moderno não foi uma empresa somente europeia, mas contou com a participação do mundo não-europeu – com insumos ideacionais, tecnológicos e materiais – na construção da ideia e da prática da soberania moderna (De Carvalho, Leira e Hobson, 2011; Hobson, 2004, 2013).

Não obstante, ao invés de ter-se testemunhado uma expansão do princípio e da prática da soberania moderna no globo após a assinatura dos Tratados de Westphalia, observa-se a proliferação de relações hierárquicas intercivilizacionais, através de práticas imperialistas. Hierarquias que só chegaram ao fim após a segunda metade do século 20, com as descolonizações afro-asiáticas – mesmo que diferentes tipos de legados coloniais perdurem ainda hoje. “Em suma, hierarquias internacionais [...] têm sido a norma na política mundial nos últimos 400 anos, já o Estado soberano, a mera exceção” (De Carvalho, Leira e Hobson, 2011, p.742, tradução própria).

A outra “mentira” professada nos cursos de RI, sobre a fundação das RIs como saber, também é contestada em relação ao seu claro corte entre o “antes e o depois” de 1919. Estes questionamentos advêm do trabalho de autores que têm indicado que a institucionalização das RIs se deu anteriormente à 1919, com o início do estudo sistemático das RIs nos Estados Unidos (ver Schmidt, 1998; Vitalis, 2005). Os principais temas tratados por essa incipiente área do saber, ao contrário do que o mito apresenta, giravam em torno de duas unidades de análise: raça e Estado. Inspirados em narrativas da “supremacia racial”, os escritos da época relacionavam-se ao imperialismo, à administração colonial e ao desenvolvimento e/ou progresso de “raças inferiores” aos brancos anglo-saxões (Vitalis, 2005).

Assim, podem ser citados como exemplos de publicações da época o “*Journal of Race Development*”, de 1910 (posteriormente intitulado “*Journal of International Relations*”, em 1919, e “*Foreign Affairs*”, em 1922) e o “*World Politics at the End of the Nineteen Century, as Influenced by the Oriental Situation*”, de Paul S. Reinsch, publicado em 1900 (Vitalis, 2005). Olson e Groom (1991) *apud*

Schmidt, 1998, p.72, tradução própria), ao analisar a obra de Reinsch, apontam que “a disciplina de relações internacionais teve seu verdadeiro começo nos estudos do imperialismo, não na ordem mundial, como sempre se há sugerido”.

De forma semelhante, até mesmo os ditos fundadores “Idealistas” das RIs (como John A. Hobson, Norman Angell, Harold Laski e Woodrow Wilson) já vinham desenvolvendo seus pensamentos há duas décadas antes do “nascimento virginal milagroso” em 1919; tendo estes pensamentos sido grandemente influenciados por narrativas (eurocêtricas e racistas) dos séculos 18 e 19 (De Carvalho, Leira e Hobson, 2011). Além disso, é difícil enquadrar todos estes pensadores dentro de uma escola coesa (e idealista) de pensamento, já que seus escritos são bastante plurais (Smith 1995; Schmidt, 1998). Segundo Brown (2001), somente aqueles liberais “inocentes”, os quais acreditavam que a moderna sociedade industrial tinha superado padrões de comportamento violentos e irracionais, foram surpreendidos com a eclosão da Grande Guerra.

O mito de 1919, assim, esconde a inconveniente relação entre a construção do saber sobre Relações Internacionais e as narrativas eurocêtricas e racistas, que vigoravam no pensamento anglo-estadunidense e europeu continental³. Não obstante, a recente construção do mito de fundação das RIs – seja através da inicial dominância dos idealistas ou do “Primeiro Grande Debate” entre idealistas e realistas, supostamente ganho pelos últimos – seria, mais um movimento político que ambicionava explicar o surgimento e a dominância do Realismo (e de seus conselhos políticos) após a Segunda Guerra Mundial, do que uma revisão histórica sobre o passado intelectual das RIs (Schmidt, 1998; De Carvalho, Leira e Hobson, 2011).

De maneira semelhante, as versões sobre o desenvolvimento das abordagens teóricas das RIs fazem parte deste movimento político ao enaltecer a longevidade e superioridade do Realismo e suas diversas vertentes. Ao contrário

³ Ademais, o ocultamento destas primeiras produções (que relacionavam raça, colonização e imperialismo à reflexão intelectual das RIs), também serve à posterior exclusão de reflexões sobre estas temáticas (como feitas pelo Marxismo e suas variadas vertentes e desdobramentos intelectuais que têm sido usadas para analisar o internacional, como o Neo-Gramscianismo) nos saberes e na historiografia da área; haja vista que o Marxismo tem sido sempre colocado como posição intelectual marginalizada (ou excluída) nas RIs, como visto nas descrições do desenvolvimento teórico da área – as quais, apesar de colocarem o Marxismo como grande competidor do Debate Interparadigmático da década de 1970, excluem as produções teóricas marxistas anteriores a este período (advindas do próprio Marx, de Lenin etc.); além disso, a “desajeitada” introdução do Marxismo no Quarto Grande Debate mostra a dificuldade que a Historiografia Tradicional tem de lidar com estes temas. Da mesma forma, a marginalização (ou o silêncio) sobre o Pós-Colonialismo na área, advém desta dificuldade de se lidar com raça, gênero, imperialismo, colonialismo etc. Como será visto nos próximos capítulos, raramente as historiografias trabalhadas vão levantar o papel do Marxismo (a não ser aquele que prima pelo papel do Estado nas RIs) e do Pós-Colonialismo (até mesmo na Índia, um dos berços do Pós-Colonialismo, o mesmo não apresenta posição de destaque nas RIs).

do que a ideia de “Grandes Debates” faz parecer – isto é, que há debates acadêmicos proveitosos e que várias posições são levadas em consideração neste processo –, os mesmos são utilizados para legitimar uma posição como vencedora e marginalizar as demais. Da mesma forma, as cronologias (sobre qual abordagem predominou em cada período) implicam certo “progresso teórico”, na medida em que, com o final de cada período histórico, a abordagem anterior parece se extinguir – o que, de fato, não ocorre (Smith, 1995, 2000).

Ambos os mapeamentos sobre a evolução da área implicam delimitações sobre o que deve ser estudado nas RIs e sobre a maneira com a qual se deve estudá-lo. Assim como Smith (2000, p.377, tradução própria) aponta, estas histórias

[s]ervem para sugerir que tem havido muito mais abertura e pluralismo do que de fato tem havido; e que tem havido “progresso” enquanto a disciplina chega cada vez mais perto sobre a “verdade” acerca das RIs. Mais significativamente, estas são visões de algum lugar que são usadas para justificar uma leitura particular da história do pensamento sobre política mundial e para definir os termos do debate sobre a natureza da relevância e da propriedade dos atuais debates sobre o papel de abordagens particulares.

Além disso, em conjunto, estes mitos também indicam uma divisão de conteúdo dentro da área, pois insinuem que, pelas teorias de RI terem sido originadas apenas após a Primeira Guerra Mundial, as mesmas devem explicar as causas da guerra entre os Estados (Smith, 2000; 2002). E isto é reverberado pelo mito Westphaliano que define o ponto de vista ontológico do Estado moderno e seu sistema anárquico como o que deve ser estudado em RI (De Carvalho, Leira e Hobson, 2011). Neste sentido, as teorias que não pretendem explicar a guerra, nem as relações entre Estados são entendidas como abordagens irrelevantes para RI ou as mesmas não são nem sequer reconhecidas como contribuições para a área (Smith, 2000; 2002).

Não obstante, como Smith (2000) e Brown (2001) ressaltam, esta narrativa específica sobre RI é apenas uma visão estreita de algum *lugar* que pretende interpretar o que é RI e excluir qualquer outra abordagem diferente (seja esta divergência metodológica, epistemológica ou ontológica), que não segue as características apresentadas por este ponto de vista particular. Em outras palavras, apresenta-se, desta maneira, o paroquialismo (visão etnocêntrica) disfarçado da Historiografia Tradicional que, ao se colocar como universal, define o que conta – ou não – como conhecimento dentro das RIs. Como escrito por Griffiths e O’Callaghan (2001, p.188, tradução própria) “o universalismo inerente na ideia de uma disciplina de RI nada mais é do que um paroquialismo fracamente disfarçado como um campo de estudo global”.

Esta seção buscou delinear as principais críticas e revisões da Historiografia Tradicional das Relações Internacionais. Apresentaram-se trabalhos que questionam as narrativas que fundam as Relações Internacionais ao indagar os saberes e as práticas vigentes quando da demarcação destes pontos de origem (1648 e 1919) e narrativas de desenvolvimento (versões cronológica e competitiva). Em resumo, estas obras revisionistas tentam dar conta dos limites e silêncios impostos por estas demarcações; demonstrando como estas narrativas são releituras do passado informadas por objetivos políticos ou funções intelectuais específicos; apontando as bases subjacentes à construção do saber na área; e desvelando as consequências implícitas que a Historiografia Tradicional tem na produção do saber sobre as RIs. A próxima seção aprofunda questões já levantadas nesta seção, a saber: o paroquialismo, o eurocentrismo e a estreita geografia da Historiografia Tradicional.

2.3.

Situando a Historiografia Tradicional

As revisões críticas dos mitos das Relações Internacionais (com exceção dos trabalhos pós-coloniais sobre o mito de 1648 – ver Hobson, 2004, 2013; De Carvalho, Leira e Hobson, 2011) remetem-se a uma história de construção do saber delimitada geograficamente – principalmente pelos Estados Unidos e pela Europa –, que não conta com a participação de grande parte do mundo. Esta seção busca situar a Historiografia Tradicional, trazendo à tona os limites geográficos e culturais da mesma. Para tal, serão trazidos trabalhos que intentam discutir o alcance geográfico e cultural das Relações Internacionais.

Como mostrado nas seções anteriores, os mitos típicos da Historiografia Tradicional das Relações Internacionais são contados, em grande medida, a partir do ponto de vista anglo-estadunidense, com primazia da perspectiva estadunidense (Gareau, 1981; Brown, 2001). É neste sentido que Gareau (1981, p.780, tradução própria) acusa, como um comportamento paroquial ou provincial, a Historiografia Tradicional de ser “uma história de eventos que se desenrola em um país, um relato da academia estadunidense em que academias estrangeiras são inteiramente ou essencialmente ignoradas”. Desde revisões da área no momento pós-Segunda Guerra, acadêmicos europeus apontavam que a proliferação de cursos, especialistas e livros de Relações Internacionais nos Estados Unidos faziam da área uma “especialidade estadunidense”; e que a

mesma ignorava o desenvolvimento da área em outras partes do mundo (Grosser, 1956; Kristensen, 2013).

Apontava-se que as RIs eram uma “invenção” estadunidense com tendências patrióticas e nacionalistas (Neal e Hamlett, 1969; Olson, 1972; Welch 1972 *apud* Kristensen, 2013); sendo que a mais famosa destas afirmações é a de Stanley Hoffmann (1977), a qual argumenta que as RIs seriam uma “ciência social estadunidense” nascida no pós-Segunda Guerra, dominada por estadunidenses e por questões que a política externa estadunidense demandava⁴. Isto porque, no momento em que os EUA subiram ao posto de superpotência mundial, o simultâneo crescimento de instituições educacionais, filantrópicas e de pesquisa propiciou ao governo o compasso intelectual que o mesmo buscava para guiar suas ações neste novo cenário internacional (Hofmann, 1977; Gareau, 1981; Lyons, 1982; Smith, 2002).

As respostas ao trabalho de Hoffmann (1977) salientaram que não havia somente *uma* abordagem estadunidense para as RIs (Palmer, 1980 *apud* Kristensen, 2013); e que as mesmas tinham clara descendência europeia – haja vista autores como Morgenthau e Wolffers (Palmer, 1980 *apud* Kristensen, 2013; Lyons, 1982). A pujança de publicações, cursos e departamentos especializados na área de RI chamava atenção de alunos internacionais de maneira tal qual, Lyons (1982) coloca que, ao contrário de chamar as RIs de uma “Ciência Social Estadunidense”, seria mais apropriado considerar que a área é dominada por acadêmicos trabalhando nos Estados Unidos do que por estadunidenses *per se*. Todavia, trabalhar na área de RI nos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra implicava que estes acadêmicos se concentrassem em questões e problemáticas de importância para tal país (Lyons, 1982)⁵.

A despeito da contribuição de acadêmicos e estudantes de diversas partes do globo, a academia estadunidense ainda se mantinha insulada e ignorava o que se pensava sobre as relações internacionais em outros lugares. Isto podia ser visto nos padrões de citação dos periódicos estadunidenses da época, que se concentravam majoritariamente em citar acadêmicos localizados no próprio país. Assim como Finnegan e Giles (1975 *apud* Lyons, 1982, p.135) demonstram em uma análise dos autores citados em artigos dos principais periódicos

⁴ Para Hoffmann (1977, p.49), mesmo quando uma tentativa teórica era feita por estudiosos de outros países, estas seriam somente “brilhantes contribuições individuais” (como as de Raymond Aron), desconexas se vistas como um conjunto único de obras nacionais.

⁵ Até mesmo pois, como já havia afirmado Hoffmann (1977, p.47, tradução própria), para os cientistas políticos da época, “estudar a política externa estadunidense era estudar o sistema internacional. [Da mesma forma, e]studar o sistema internacional não poderia deixar de trazer o pesquisador para o papel dos Estados Unidos”.

estadunidenses da área de RI entre os anos de 1958-1973, somente três autores estrangeiros foram mencionados entre os primeiros cinquenta autores: Raymond Aron, E. H. Carr e Lewis F. Richardson.

Mesmo que a escassez de referências não indicasse que os Estados Unidos detivessem o monopólio da área – uma vez que outras comunidades acadêmicas devotadas ao estudo das Relações Internacionais existiam no mundo (Gareau, 1981; Millennium, 1987); o tamanho sobrepujante de sua academia e o frequente uso de literatura estadunidense nas referências bibliográficas de cursos e publicações pelo globo fazia com que a abordagem estadunidense se considerasse, equivocadamente, mais universalista e menos etnocêntrica do que realmente era (Gareau, 1981; Lyons, 1982).

O objeto de crítica não era somente a dominação numérica de estadunidenses ou o fato de que sua pesquisa refletisse preocupações políticas do país, mas também que os estadunidenses equivocavam sua dominância com superioridade e, então, camuflavam sua ciência social paroquial como universalidade enquanto ignoravam o desenvolvimento [de academias de RI] em outros locais (Kristensen, 2013, p.4; tradução própria).

O paroquialismo estadunidense era (como ainda é) acusado de ter uma visão cientificista da área, que delimita como pertinentes métodos behavioristas e quantitativos, que possui uma epistemologia positivista e que busca, incessantemente, pela construção de teorias universais e atemporais (Hoffmann, 1977; Gareau, 1981; Alker and Biersteker 1984; Krippendorff, 1987; Smith, 1987, 2001, 2002; Griffiths e O'Callaghan, 2001; Bilgin, 2008; Kristensen, 2013). Denunciava-se que esta busca inerente, motivada pela ambição positivista pela “suspensão dos aspectos subjetivos do sujeito cognoscente, [...] não somente é absurda como também é perigosa, dado que noções de universalidade e objetividade têm historicamente informado projetos de conhecimento hegemônicos” (Tickner, 2005, p.9, tradução própria). Assim, o perigo trazido pelo comprometimento dos principais acadêmicos estadunidenses (que, majoritariamente, trabalham dentro do paradigma realista) com a ambição positivista é a sua capacidade de excluir e ignorar concepções outras do que é o saber ao se apoiar no discurso da universalidade e atemporalidade da ciência.

As críticas ao paroquialismo estadunidense, todavia, não surtiram efeito. Avaliações sobre o estado da arte da área ainda revelavam que a academia estadunidense continua a selecionar somente trabalhos advindos de sua própria comunidade acadêmica para seus cursos de RI (Alker e Biesteker, 1984; Biesteker, 2009); citar majoritariamente autores estadunidenses em suas publicações em periódicos e livros da área (Wæver, 1998); trabalhar com os

subjacentes preceitos positivistas que dominaram o Realismo (e o Liberalismo) após a revolução behaviorista – dando origem ao chamado paradigma racionalista (Wæver, 1998; Biesteker, 2009); e a conduzir suas pesquisas a partir de problemas e questões levantadas pela política externa estadunidense (Biesteker, 2009).

O discurso presidencial da *International Studies Association* (ISA) feito por Susan Strange, em 1995, é significativo deste isolamento estadunidense.

Acadêmicos estadunidenses podem não estar conscientes de que eles precisam de uma ajuda para escutar [outras vozes]. Não-estadunidenses não possuem dúvidas disso. Vocês, como autores e muito usualmente como editores de periódicos profissionais, parecem estar surdos e cegos a qualquer coisa que não é publicada nos Estados Unidos (Strange, 1995 *apud* Aydinli e Mathews, 2000, p.291).

Se, como Lyons (1982) coloca, os acadêmicos europeus que participaram do crescimento das RIs nos Estados Unidos pós-1945 contribuíram com a experiência trazida de sua terra natal; o cenário atual não é o mesmo (ver também Brown, 2001). Apesar das RIs se apresentarem como uma das ciências sociais menos insuladas geograficamente⁶, os critérios para participação nos meios de publicação e ensino são cada vez mais excludentes. Somente aqueles acadêmicos que são treinados em métodos estadunidenses são verdadeiramente aceitos como parte do discurso (da ortodoxia acadêmica estadunidense) – ao contrário de ser tolerado nas margens (Brown, 2001).

O cenário da área no resto do mundo anglo-saxão tem apresentado maior pluralismo que nos Estados Unidos. Os periódicos britânicos possuem padrões de autoria mais balanceados entre estadunidenses, britânicos e países anglofônicos (ex-colônias britânicas, como Canadá e Austrália); e maior abertura para diferentes abordagens teóricas (Wæver, 1998; Smith, 2001). Todavia, salta aos olhos que, no mundo das RI como um todo, o “resto do mundo” possui pouca ou nenhuma representatividade. Estudos recentes sobre padrões de publicação na área apresentam que, comparativamente, na melhor das estimativas, “o resto do mundo” representa menos de 15% das publicações em periódicos da área de RI (Wæver, 1998; Aydinli e Mathews, 2000; Kristensen, 2013)⁷. As contribuições advindas da periferia (econômica e política) mundial nos periódicos de maior reconhecimento dentro da área de RI remetem-se, majoritariamente, a artigos que

⁶ Para um estudo comparativo de autoria e co-autoria em periódicos das áreas de Relações Internacionais, Ciência Política, Economia, Direito, Sociologia, Antropologia e Psicologia ver Kristensen (2013).

⁷ A pesquisa mais recente, de Kristensen (2013), aponta que o mundo anglofônico apresenta 29%; a Europa Continental, 24%; e os 15% do “resto do mundo” são impulsionados por um grupo específico de países: Coreia, Japão e Taiwan são responsáveis por 10% desta contribuição, enquanto Brasil, Índia e China, por 3,2%.

se focam no país nativo do autor. Assim como notam Aydinli e Mathews (2000, p.297, tradução própria), “quando a periferia é reconhecida, não é para contribuir com a discussão teórica, mas para acrescentar ao entendimento de um país ou região particular”. A ponderação de Darby (2008 *apud* Blaney e Tickner, 2013, p.6, tradução própria), nesse sentido, torna-se também notável conquanto “a falha da disciplina [de RI], em grande parte de sua história, em se engajar com o mundo não-europeu exceto como um apêndice ao corpo de conhecimento desenvolvido em relação ao primeiro mundo”.

De maneira semelhante, como argumenta Jones (2004), o problema não está somente na concentração de autores do mundo anglofônico e europeu, mas também nos assuntos que estes autores abordam – que, em geral, remetem-se aos próprios problemas e questões que afetam seu cotidiano – e na forma como estes assuntos são abordados – as quais estão calcadas em um grupo seleto de cânones intelectuais europeus e em categorias construídas a partir da experiência histórica e cultural anglo-estadunidense e europeia. A herança intelectual da área de RI – isto é, seus reconhecidos cânones – são todos pensadores clássicos europeus, a saber: Tucídides, Maquiavel, Bodin, Grocius, Locke, Hobbes, Rousseau, Kant, Marx etc. Pensadores contemporâneos – como Amílcar Cabral, Samora Machel, Kwame Nkrumah, Frantz Fanon – ou pensadores clássicos – como Confúcio, da China, ou Kautilya, da Índia – de outras tradições intelectuais ou de geografias diversas são pouco conhecidos entre acadêmicos de RI (Jones, 2004).

Ainda, as categorias clássicas (consideradas universais e atemporais) das RIs são contidas dentro de certos limites geográficos; a guerra, por exemplo, que é uma das categorias centrais da área, é raramente estudada a partir do ponto de vista das guerras de conquista colonial, das guerras anti-colonização, ou das guerrilhas e guerras civis ocorridas em grande parte do chamado “terceiro mundo” durante a Guerra Fria (Jones, 2004). Estas categorias universais são construídas a partir da reflexão primária – e quase que exclusiva – da história anglo-estadunidense e europeia. Assim como Walt (1987, p.14-15 *apud* Acharya, 2011, p.13, tradução própria) coloca, “acadêmicos de RI têm se apoiado há tempos em casos históricos e dados quantitativos retirados da história diplomática europeia sem serem acusados de terem um estreito foco geográfico, temporal ou cultural”.

Esta seção buscou discutir como a Historiografia Tradicional da área de RI conta uma história que se passa no mundo anglo-estadunidense, majoritariamente nos Estados Unidos; e que se atém a refletir sobre a história e o pensamento de certa porção do mundo, a saber: Grã-Bretanha, Estados Unidos e Europa

Continental. Assim como já tinha sido descrito na seção anterior, a Historiografia Tradicional impõe delimitações na produção de saber da área, as quais implicam critérios de aceitação de autores e de abordagens a partir de seu treinamento e conformação com os ditames da ortodoxia acadêmica (racionalista) estadunidense. A próxima seção apresentará as tentativas de questionamento desta ortodoxia (historiográfica e teórica) através da construção de *outras* historiografias.

2.4.

Outras Historiografias

A partir do momento em que o provincialismo estadunidense passou a ser percebido, por alguns acadêmicos, como prejudicial à área, começaram a surgir tentativas de se escavar as peculiaridades da área para além dos Estados Unidos. Esta seção tratará de como tem sido conduzida essa busca por outras narrativas; de que maneiras os resultados desta escavação têm sido recebidos em relação aos ditames da ortodoxia na área; e, por fim, de como esta dissertação se posiciona em meio a este debate para que, na próxima seção, possa-se aprofundar teoricamente este posicionamento.

Conforme as predisposições intelectuais universalistas do saber estadunidense, entende-se que não cabe ao fazer científico o privilégio de divergências de perspectivas nacionais – isto é, nega-se que a própria ideia de ponto de vista *nacional* pode ter alguma validade intelectual (Brown, 2001). Assim como nota Crawford (2001, p.1, tradução própria),

[E]m nenhum ponto da luta humana contra doenças, por exemplo, nós nos sentimos compelidos a perguntar se nossos epidemiologistas são da Bulgária, Finlândia ou Tanzânia. Por que nossas preocupações, igualmente prementes, com a guerra, a paz, o deslocamento de pessoas, a fome, a riqueza, a pobreza, o genocídio, a degradação ambiental etc., requerem o mínimo de atenção à nacionalidade?

Por outro lado, o foco extensivo que a academia estadunidense tem com os problemas e as questões da política externa e da atuação internacional dos Estados Unidos – e, em alguma medida, das “Grandes Potências” europeias – faz com que poucos acadêmicos sintam-se completamente representados pelo saber da ortodoxia estadunidense. Apesar desta crítica já existir entre acadêmicos europeus desde o pós-Segunda Guerra – como demonstrado na seção anterior desde capítulo –, foi a partir do final da década de 1970 – mas, com maior afinco nos anos 2000 – que vários trabalhos acadêmicos começaram a questionar a

validade de um saber que se propõe a observar o mundo somente através de um único modo de vivenciá-lo.

Os motivos deste questionamento eram variados: a percepção de que uma nova configuração da ordem internacional estava se formando, na qual os Estados Unidos não seriam o único centro da “civilização ocidental” e que, portanto, novos pontos de vista sobre o internacional agregariam positivamente à área (ver, por exemplo, Lyons, 1982); ou a percepção de que os polos mais fracos do ordenamento internacional possuem, também, alguma agência e margem de manobra para atuação internacional, sendo necessário entender o pensamento sobre o internacional construído nestes polos mais fracos e, possivelmente, revolucionários⁸; ou, ainda, a tentativa (da qual essa dissertação partilha certa simpatia) de “salvar da vergonha uma disciplina cujo nome carrega o termo ‘internacional’” (Gareau, 1981, p.781, tradução própria).

Em um primeiro momento, passou-se a contrapor os desenvolvimentos da academia estadunidense ao “resto” do mundo considerado como “ocidental” e a escavar a diversidade histórica e teórica das RIs na Europa – ver os trabalhos de Lyons, 1982; Krippendorf, 1987; Wæver, 1998; Smith, 2000; Jørgensen, 2000; Friedrichs, 2004; Jørgensen e Knudsen, 2006 – (Bilgin, 2011; Kristensen, 2013). Algumas destas comparações previram que ocorreria uma “europeização das RIs”, a qual, eventualmente, quebraria a hegemonia estadunidense qualitativamente, ainda que a mesma permanecesse maior em quantidade (Groom e Mandaville, 2001; ver também Kristensen, 2013). Outras argumentaram que, apesar do crescimento institucional das RIs na Europa Ocidental desafiar a afirmação de Hoffmann (1977), a produção teórica da área permanecia dominada por estadunidenses (Kahler, 1993 *apud* Kristensen, 2013).

Em um segundo momento, há uma mudança no foco da escavação, uma vez que, ao contrário de se tratar somente do paroquialismo estadunidense, passa-se a levar em consideração também o eurocentrismo da área. Assim, problematiza-se a “ocidentalidade” da área ao buscar o estado da arte sobre relações internacionais fora do “Ocidente” – isto é, no Terceiro Mundo, na Periferia, no Oriente ou no Não-Occidente – e/ou questionar como poderia ser construída uma área menos paroquial, etnocêntrica e eurocêntrica, por vezes chamada de pós-ocidental – ver Aydinli e Mathews, 2000; Tickner, 2003, 2005; Jones, 2004; Buzan e Acharya, 2007; Wæver e Tickner, 2009; Blaney e Tickner, 2012; Bilgin, 2008, 2011 – (Bilgin, 2011; Kristensen, 2013).

⁸ Ver, nesse sentido, o terceiro problema da ciência social estadunidense citado por Hoffmann, 1977; ou o trabalho de Puchala, 1997.

Contudo, assim como no primeiro momento, os achados deste segundo momento crítico constataram que, globalmente, o ensino e a produção de RI tem se pautado na Historiografia Tradicional e na ortodoxia teórica estadunidense. A reiteração desta ortodoxia pelo globo tem tido uma recepção ambivalente. Se, por um lado, as semelhanças encontradas fizeram com que acadêmicos de diversas partes do mundo participassem de uma área universal de RI (ou seja, as semelhanças tornaram o estudo de RI reconhecível em qualquer lugar do globo); por outro lado, elas têm colocado em xeque as possibilidades de contribuição destes acadêmicos para a área de RI. A produção destes acadêmicos tem sido inferiorizada e/ou ignorada por ser considerada inautêntica ao fazer uso da historiografia, da literatura e dos conceitos estadunidenses; isto é, “seu produto é geralmente descrito como ‘nada além do que já foi ensinado’” (Puchala, 1997 *apud* Turton e Freire, 2011, p.3, tradução própria). As peculiaridades da área pelo globo são pejorativamente classificadas como particularidades locais ou regionais, consideradas como domínio de especialistas de área; portanto, não são incluídas na Historiografia Tradicional da área.

Busca-se nestes outros locais, nesse sentido, uma produção inteiramente *diferente* (como a criação de um novo paradigma científico não-Occidental ou posições extremistas e radicais em relação à produção de conhecimento e à política “occidental”) para que seja justificada sua integração nos meios de publicação, no ensino e no debate acadêmico da área de RI (por exemplo, ver Puchala, 1997). Assim, há uma mistura de desapontamento e perplexidade quando se percebe que as RIs “não-ocidentais” não são radicalmente diferentes quanto se esperava (ver Bilgin, 2008; Kristensen, 2013) e que as teorias e os teóricos estadunidenses ainda dominam a academia globalmente (ver Wæver e Tickner, 2009; Kristensen, 2013).

Isto se deve, em grande parte, ao fato de que a dominação da área pelos Estados Unidos continua sendo o “ponto de partida da maioria dos arqueólogos da diversidade – o único referencial com o qual mensurar a independência e a diferença de comunidades locais de RI” (Kristensen, 2013, p.4, tradução própria). Dentro deste contexto, cria-se o ambivalente binário entre a semelhança e a diferença destas academias com a ortodoxia da área. Parafraseando Hutchings (2011 *apud* Blaney e Tickner, 2013, p.10), ou as RIs para além dos Estados Unidos são um jeito diferente de fazer RI – de maneira que, as mesmas deixem de ser RI completamente – ou as RIs para além dos Estados Unidos são o mesmo jeito de fazer RI – neste caso, elas adicionam uma variável interessante na

explicação dos eventos, mas não mudam nada em termos de pressupostos ontológicos e epistemológicos subjacentes.

Apesar da semelhança, a área globalmente não é uma cópia idêntica à academia estadunidense. Ao mesmo tempo em que a academia estadunidense (por ser paroquial e eurocêntrica) é acusada de não dar conta da realidade cotidiana e da experiência histórica de grande parte do mundo (como pode ser visto nos trabalhos de Ren, 2008; Cervo, 2008; Vale, 2009), os acadêmicos de outros lugares do mundo têm usado (e reinventado) conceitos e abordagens estadunidenses (ou europeias) para analisar um conjunto de problemas que se relaciona com seu cotidiano.

Na tentativa de repensar o relacionamento entre o saber produzido no globo e o saber estadunidense e/ou “ocidental”, de maneira mais sensível a esta incapacidade da academia estadunidense, três posições foram tomadas em relação ao saber produzido pelo globo: a pluralista, a particularista e a pós-colonial (Vasilak, 2013). Os *pluralistas* tentariam democratizar a área ao abrir espaço para que outras histórias sejam contadas e, na medida do possível, combinadas com a ortodoxia; assim os *pluralistas* buscam “adicionar” novos saberes sem questionar diretamente o paroquialismo (etnocentrismo) da produção estadunidense – por exemplo, esta é a posição tomada por Buzan e Acharya, 2007 – (Vasilak 2013). Os *particularistas* ressaltariam que estas histórias paralelas seriam pontos de vista ou sistemas de pensamento tão singulares que seriam excludentes entre si; invocando um essencialismo tão paroquial e etnocêntrico quanto aquele ao qual se posicionam contrariamente (Vasilak, 2013). Os *pós-coloniais*, por outro lado, questionam diretamente o essencialismo presente na área (e nos particularistas) ao tentar subverter a autonomia histórica/discursiva da academia estadunidense através da introdução da participação ativa (mas subordinada) do “outro” em sua construção (Vasilak, 2013).

Esta dissertação, neste contexto, posiciona-se ao lado dos pós-coloniais e busca repensar o saber de outros locais de enunciação⁹ – no caso, de Brasil, China e Índia – para além de seu entendimento como cópia inautêntica da experiência estadunidense ou como tentativa frustrada de criação completamente inovadora de saberes sobre o internacional. Almeja-se, pelo contrário, ressaltar como os saberes (dominantes e/ou subordinados) são construídos a partir de relacionamentos históricos; os quais, por serem assimétricos, omitem e

⁹ Local de enunciação pode ser aqui entendido como uma tentativa de situar a produção de conhecimento na área, levando em consideração a diversidade de experiências históricas que informam articulações e interpretações do mundo em que vivemos (ver mais em Tickner, 2005).

menosprezam a participação e a contribuição da produção de RI de grande parte do globo na construção, na manutenção e também na crítica da ortodoxia da área. A próxima seção deste capítulo procura delinear, mais detalhadamente, como a perspectiva pós-colonial será utilizada para repensar estas historiografias para além da dicotomia semelhança/diferença, que se baseia em essencialismos intelectuais.

2.5.

Historiografias Pós-Coloniais

A última seção deste capítulo procura delinear como a perspectiva pós-colonial será utilizada para repensar as *outras* historiografias trazidas na seção anterior e contribuir com a subversão da Historiografia Tradicional das Relações Internacionais. Como já mencionado na Introdução desta dissertação, será aqui utilizada a chamada terceira fase do Pós-Colonialismo – participante da virada linguística e cultural do final dos anos 70 –, com foco no discurso pós-colonial de Homi Bhabha e das contribuições de autores que interpretam sua obra, como Ilan Kapoor, James Ferguson e Marta Moreno. Assim, esta dissertação fará uso de *insights* destes teóricos, para interpretar as práticas de dominação e resistência na construção de *outras* historiografias e *outros* saberes nas RIs.

Para Bhabha (1994), a colonização é uma empresa profundamente contraditória e ambivalente, assim como toda relação que parte da alegação de supremacia cultural. Isto se dá porque a fundação desta empresa se baseia num processo ambivalente de diferenciação entre colonizador e colonizado. A confiança do colonizador na sua superioridade cultural é constantemente questionada pela busca do reconhecimento de tal superioridade nos olhos do colonizado – identificado como alguém inferior, atrasado e desleal. Este processo de diferenciação delata uma relação de ambivalência na qual o colonizador teme o desconhecido e daí se diferencia do “Outro” colonizado, mas, ao mesmo tempo, precisa e deseja o “Outro” para ser reconhecido como superior (ver Moreno, 2010). A instabilidade do poder/saber colonial, desta forma, é exposta pela ambivalência do processo de diferenciação (ver Moreno, 2010).

É nesse sentido que o exercício da dominação na produção de conhecimento na área de RI pela ortodoxia estadunidense pode ser entendida através de lentes pós-coloniais. Assim como o colonizador busca e depende do reconhecimento, pelo colonizado, de sua superioridade e autoridade, a hegemonia estadunidense na área depende do reconhecimento de acadêmicos pelo globo,

que fazem assinaturas de seus periódicos; compram seus livros; usam seus conceitos e abordagens; fazem intercâmbios em suas universidades, etc. Caso contrário, a academia estadunidense seria somente insulada em si mesma e não obteria o status de *hegemon* global da área.

E, de maneira semelhante ao colonizador que se diferencia do colonizado para afirmar sua autoridade, a academia estadunidense descreve a produção global como mera imitação de sua produção (ver Puchala, 1997), como aprendizes atrasados de seus ensinamentos universais (ver Wæver, 1998; Brown, 2001; Bilgin 2008) ou como manifestações, um tanto quanto irrelevantes, de experiências particulares (ver Aydinli e Mathews, 2000). Assim, a identidade atribuída discursivamente ao “resto” do mundo – atrasado, inautêntico, etc. – não apenas produziu estes estereótipos, mas participou, igualmente, da autoelaboração da academia estadunidense como inovadora, autêntica, etc. Desse modo, os predicados pejorativos atribuídos ao “resto” do mundo acabaram por exaltar as virtudes da academia estadunidense.

Bhabha (1994), contudo, ainda argumenta que é necessário um engajamento diferente com a política da (e ao redor da) dominação cultural que ultrapasse a mera localização do “Outro” nas relações de poder. Para que o “Outro” deixe de ser “o corpo dócil da diferença, que reproduz uma relação de dominação” (Bhabha, 1994, p.31, tradução própria), é necessário entender como se manifesta sua agência. Para Bhabha (1994), a agência do subalterno não se dá somente no marco da resistência à dominação, mas também na sua capacidade de transformação das relações de dominação; isto é, a agência subalterna é criativa (Kapoor, 2008).

Criticando, implicitamente, o foco na grande política, vista desde a perspectiva das elites ou do Estado, Bhabha (1994, ver Moreno, 2010) se foca nos espaços marginais, nas múltiplas respostas locais e nos atos de resistência criativa perpetrados pelos subalternos. Dessa maneira, Bhabha procura mostrar como nesses espaços marginais o poder hegemônico nunca é completamente efetivo ou totalizante e, assim, o mesmo possui espaços para ser cotidianamente questionado e transformado pelos atores locais (Kappor, 2008; ver Moreno, 2010). É nesse sentido que a noção de agência apresentada por Bhabha (1994) opera no marco do contexto discursivo do colonizador. Somente atuando dentro deste contexto discursivo seria possível para o subalterno modificá-lo.

Ecoando Derrida, Bhabha (1994; ver Moreno, 2010) reitera que é impossível efetuar quaisquer mudanças desde algum lugar fora do texto. A agência, em Bhabha (1994), é assim concebida como a possibilidade de

“tradução” de um texto imposto pelo hegemônico; isto é, há alguma cumplicidade entre o agente subalterno e o hegemônico, que tentam se comunicar através do mesmo texto (Kapoor, 2008). Todavia, para Bhabha (1994, ver Moreno, 2010), o oprimido pode agir subversivamente, a despeito de sua posição marginal, e mudar sutilmente os termos do discurso hegemônico. Dessa forma, a possibilidade de submissão completa do colonizado ao texto do colonizador é, permanentemente, sabotada.

Isto ocorre porque o colonizado não é uma página em branco. Pelo contrário, este possui um texto próprio com o qual ele interpreta o mundo. De acordo com Bhabha (1994), o ato de comunicação exige um pacto de interpretação incerto, no qual não há certeza de que aquilo que se enuncia será compreendido com exatidão pelo receptor. O resultado deste pacto não é definido a partir da mera combinação da compreensão daquele que enuncia e aquele que recebe, refletindo parcialmente seus atributos, mas é um terceiro espaço; ou seja, algo qualitativamente diferente. Neste contexto, todas as tentativas de conversão do colonizado possuem a possibilidade deste não reconhecer puramente o texto que lhe é imposto.

No mesmo sentido, Kapoor (2008; ver Moreno, 2010) coloca que central à abordagem de Bhabha, é a ideia de repetição advinda de Derrida. Assim, Bhabha (1994, ver Moreno, 2010) aponta que todos os discursos são iterativos; ou seja, quando alguém articula um discurso, ele está, de fato, re-articulando-o. Dessa forma, na tentativa de utilizar o discurso do colonizador, através da repetição ou do mimetismo, o colonizado o modifica. E, assim, o discurso colonial não é apenas re-apropriado e re-interpretado, mas também, mal interpretado, mal traduzido, corrompido, objeto de zombaria (Moreno, 2010). É seguindo esta linha que Bhabha (1994) coloca que o mimetismo age tanto como uma estratégia de sujeição colonial como de subterfúgio (Moreno, 2010).

Dessa forma, ao contrário de conotar falta de inovação, as similaridades encontradas nas academias pelo globo podem ser entendidas através de diversos *insights* pós-coloniais. Assim como para Bhabha (e Derrida) só é possível agir politicamente dentro da gramática hegemônica – ou, para Spivak, fazer uma crítica *from within* (Krishna, 2009) –, produzir conhecimento que não fosse, de alguma maneira, similar ao que é produzido pela academia estadunidense oferecia o risco deste conhecimento não ser reconhecido como parte da área de RI. Somente agindo dentro da gramática dominante há a possibilidade desta ser questionada e subvertida. Nesse sentido, na medida em que as academias pelo mundo arrogam para si a capacidade de produzir conhecimento como os estadunidenses

produzem (trabalhando com os mesmos temas ou usando as mesmas abordagens teóricas), as mesmas questionam a superioridade e a autoridade da academia dominante; mostrando, assim, que não somente eles podem produzir conhecimento.

Contudo, o uso e a repetição do discurso do colonizador modificam-no, trazendo à tona a perspectiva e a experiência do subalterno. Assim, a produção das academias pelo globo nunca é uma imitação completa da academia estadunidense; mas algo diferente, que vai além da soma das perspectivas envolvidas. As experiências, os conhecimentos e os interesses daquele que traduz a produção estadunidense corrompem sua utilização, sua capacidade de explicação e seus limites, possibilitando a criação de uma produção híbrida. Dessa forma é possível entender o ensino e a utilização de conceitos e abordagens no resto do mundo que, *a priori*, não se relacionavam as suas experiências históricas como, por exemplo, a utilização dos trabalhos de Kenneth Waltz ou Robert Keohane, que se direcionam explicitamente ao relacionamento entre “grandes potências”, para interpretar as relações internacionais de países fora desta qualificação, ultrapassando os limites impostos por estas abordagens teóricas e explorando suas fraturas.

Para fugir da concepção de um sujeito moderno – racional e estável –, Bhabha resiste em reduzir agência e subjetividade à consciência e intencionalidade, tornando difícil a possibilidade de qualquer reflexividade, a partir do sujeito-agente, sobre sua capacidade criativa (Kapoor, 2008). Para Bhabha, somente no momento da *performance* da negociação entre colonizador e colonizado, o agente emerge para garantir sua própria sobrevivência. Sua noção de política, nesse sentido, é espontânea e performática; acontece como se, em uma situação de crise, o sujeito-como-agente instantaneamente percebe o que a hibridez é e criativamente negocia o discurso (Kapoor, 2008).

“Dobrando” a argumentação de Bhabha e tomando como exemplo a própria consciência de Bhabha sobre a hibridez como agência criativa, Kapoor (2008) visualiza um sujeito-agente diferente, que é *vigilante* ou *predisposto* a enxergar possibilidades de subversão nas fraturas enunciativas de relações de dominação. O autor distingue duas possibilidades de estratégias políticas de sujeitos vigilantes à possibilidade de subversão política: (1) estratégia de hibridização: expõe e explora as instabilidades discursivas, demonstrando o caráter contingente – e, portanto, desconstrutível – das relações de dominação; (2) estratégia de terceiro espaço: além de expor as fraturas discursivas do poder, altera e retorna o discurso de maneiras inesperadas.

Apesar de sua capacidade subversiva, a tradução pode ter como objetivo não a feitura de uma crítica ou de uma zombaria ao discurso dominante, mas pode corresponder ao anseio à igualdade e à reivindicação de participação igualitária neste discurso. Assim como Ferguson (2006) argumenta, essa reivindicação de *membresia* não está ligada à subordinação aos modos de saber e agir dominantes, mas ao reconhecimento de que o mundo contemporâneo foi criado em conjunto, mesmo que através de relacionamentos desiguais, que envolvem a participação subordinada de muitos em sua construção.

Argumenta-se, nesse sentido, que o desafio à autoridade estadunidense na área de RI e a tradução de sua produção podem ocorrer de maneira inconsciente por parte das academias pelo globo, que demandam sua qualidade de membros da área; ou podem emergir a partir da intencionalidade subversiva através da utilização da hibridez como estratégia política de resistência. Procura-se, nesse sentido, distinguir entre autores que “traduzem” (e assim deturpam) a produção da academia estadunidense sem a intenção ou a consciência de alterá-la, mas de fazer parte do diálogo existente na área de RI por meio de suas próprias experiências; e autores que deliberadamente buscam explorar as fraturas da dominação estadunidense através de sua tradução e da criação de um terceiro espaço.

Há, ainda, outra possibilidade de estratégia política por parte das academias pelo globo que não possui consciência da subversão política através da hibridização. Autores e escolas de pensamento que se colocam como oponentes ou adversários que objetivam emancipar-se da dominação da academia estadunidense através da criação de uma nova teoria inovadora seriam exemplos desta estratégia política. Apesar de claramente partilhar da gramática dominante – ou seja, do sujeito moderno que é capaz de emancipar-se de seus constrangimentos através de sua racionalidade –, os autores que usam esta estratégia não reconhecem tal semelhança e, portanto, não possuem consciência da sua própria imersão e sutil modificação da gramática dominante.

Assim como alguns críticos de Bhabha apontam, falta em sua abordagem uma análise do relacionamento entre a materialidade e a agência no sentido de apontar os limites materiais que a desigualdade impõe na agência subalterna e sua capacidade de negociar a gramática discursiva dominante (Parry, 1997 *apud* Kapoor, 2008). De maneira semelhante, Kapoor (2008) levanta que Bhabha também aborda pouco as possibilidades de negociação entre sujeitos colonizados (de castas, classes ou *loca* diferentes). Estas ausências estão relacionadas, no contexto aqui trabalhado, à desigualdade das instituições de produção e

publicação de conhecimento pelo globo e à escassez ou abundância de orçamento público ou patrocínio e incentivo privado a atividades de educação e pesquisa; e ao relacionamento entre pessoas e instituições acadêmicas e/ou políticas que constroem, subordinadamente, a área globalmente.

A partir destes *insights*, esta dissertação intenta apresentar historiografias pós-coloniais que questionam a unicidade e subvertem a completude da historiografia e dos saberes ortodoxos, mas se entrelaçam historicamente com os mesmos. Assim como já colocado na Introdução desta dissertação, não se intenta, construir uma (ou várias) historiografia(s) verdadeira(s) sobre as Relações Internacionais ou “estabilizar” (como os pluralistas fariam) as histórias aqui contadas. Objetiva-se, pelo contrário, lançar luz à pluralidade e ao entrelaçamento de “histórias” das RIs, cada qual demonstrando (e/ou escondendo) facetas do nosso mundo. De maneira semelhante, intenta-se trazer à tona os saberes de RI produzidos em locais outros, para além dos saberes tradicionais; ressaltando não suas semelhanças ou diferenças, mas sua profunda conexão histórica/política na construção da área globalmente.

3.

As Relações Internacionais no Brasil

Este capítulo procura apresentar o desenvolvimento do entendimento brasileiro sobre as relações internacionais desde sua formação até os dias atuais. Busca-se identificar os múltiplos aspectos e características do entendimento brasileiro acerca das RIs, que se desenvolveram no decorrer da história do Brasil. Assim, almeja-se realçar os entrelaçamentos históricos entre o desenvolvimento da área no Brasil com a experiência dominante na área (a estadunidense), com o intuito de expor a participação subordinada (mas criativa) do Brasil na construção da área globalmente. Para tal, subdivide-se este capítulo em três partes que tentam compreender o estado da área de RI no Brasil e uma quarta parte que procura analisar um artigo de autoria local que aborda as relações internacionais do Brasil e maneiras de interpretá-las. Assim, a primeira parte do capítulo trata dos primórdios dos estudos de RI no Brasil; a segunda parte aborda o período de institucionalização acadêmica da área de RI no Brasil; a terceira apresenta as abordagens, os temas e reflexões sobre a área no Brasil; e, finalmente, a quarta parte analisa o artigo: *Conceitos em Relações Internacionais*, de Amado Cervo.

3.1.

Primórdios da Área de Relações Internacionais no Brasil

A área de RI no Brasil surge, de maneira incipiente, quando da quebra do vínculo colonial do país com Portugal (em 1822) e, assim, da formação dos primeiros diplomatas que se debruçaram sobre o internacional e o papel do Brasil neste meio. Esta seção apontará, brevemente, como o passado colonial brasileiro influenciou o sistema educacional do país; e abordará como os primeiros intelectuais e políticos brasileiros começaram a se debruçar sobre temas da seara internacional; e como, mais recentemente, essas reflexões e esses intelectuais se entrelaçaram num quadro de desenvolvimento das ciências sociais (mais detidamente, da Ciência Política e das Relações Internacionais) no Brasil.

Quando da conquista portuguesa das terras hoje conhecidas como Brasil, grande parte das sociedades indígenas que as habitavam (e, conseqüentemente,

de seus saberes) foi extinta¹⁰ (Baines, 2000). Aqueles que sobreviveram foram escravizados e subordinadamente introduzidos na vida da colônia portuguesa através da catequização jesuítica da Companhia de Jesus. Durante grande parte da escravidão indígena e – posteriormente, com a entrada de Portugal no tráfico negreiro – da escravidão africana, a catequese foi o meio de tentar tornar passivos os escravos da sociedade latifundiária e aristocrática que surgia no Brasil. Até a expulsão dos jesuítas – levada a cabo em meados do séc. XVIII, pelo Marquês de Pombal –, os mesmos foram ainda os encarregados da educação na colônia¹¹, a qual era voltada para a formação humanística de uma elite dirigente na colônia. As reformas subsequentes no ensino introduziram, paulatinamente, uma educação menos teologizada, mas suas características elitistas perduraram por muito tempo (Ribeiro, 1993).

Como aponta Jatobá (2013), na tradição intelectual dos primeiros cem anos da independência brasileira (conseguida em 1822), a linguagem da ciência era usada como instrumento retórico das elites intelectualizadas para fazer avançar um projeto de estado modernizador de uma sociedade que era percebida como pouco desenvolvida e carente de instituições capazes de estabelecer uma extensão do “mundo civilizado” em terras tropicais. Parte deste projeto era levado a cabo pelos pensadores da “moderna” nação brasileira que se debruçaram sobre a seara internacional: os diplomatas. O diplomata brasileiro muitas vezes era antes um intelectual que já produzia conhecimento sobre as mais variadas searas da construção e condução política do Estado Brasileiro, sendo a atividade diplomática apenas uma de suas muitas áreas de atuação enquanto homem público (Pinheiro e Vedoveli, 2012).

Assim, a área de Relações Internacionais no Brasil encontra seus antecedentes nas produções intelectuais dos primeiros diplomatas brasileiros, como José Bonifácio de Andrada e Silva, desde a ruptura do vínculo colonial com Portugal (Cruz e Mendonça, 2010). Assim como colocam Pinheiro e Vedoveli (2012, p.218-9),

[d]esde o período imperial, a atividade pública e o exercício intelectual eram faces da mesma moeda de atuação da nascente classe política a ponto de serem instâncias complementares de uma prática política. O ponto alto da atuação dos

¹⁰ Em um primeiro momento, o encontro entre portugueses e as sociedades Tupi do litoral brasileiro foi pacífica, baseada no escambo. Quando da adoção do regime de donatários, em 1533, com a substituição do escambo e introdução da agricultura no território brasileiro, os índios passaram a ser vistos pelos portugueses como um obstáculo ao processo de colonização. Assim, muitos grupos indígenas foram expropriados de suas terras, submetidos à escravidão ou levados a guerras por sistemas de alianças com os portugueses (Baines, 2000).

¹¹ Educação elementar para curumins e filhos dos colonos; educação média para homens da classe dominante; educação superior para os filhos dos aristocratas que queriam entrar para o sacerdócio; a elite da administração colonial recebia educação na Universidade de Coimbra (Ribeiro, 1993).

políticos-intelectuais durante o século XIX foi alcançado com a geração de 1870. Esta viu surgir os principais intelectuais diplomatas do final do Império e do início da República (Joaquim Nabuco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Manuel de Oliveira Lima, entre outros), considerados por muitos membros da corporação como fundadores das principais práticas associadas ao exercício da moderna diplomacia brasileira. Para esses, a atividade intelectual era prática constituinte da sua atuação política (sendo a diplomacia apenas uma possibilidade menor); em muitos casos sua sobrevivência política e o sucesso dos seus projetos também dependiam da habilidade em participar de redes para além da esfera do Estado, publicar em jornais e revistas, etc. Não é de surpreender, portanto, que a rede de sociabilidade da qual participam os mais renomados intelectuais-diplomatas do período incluísse especialmente jornalistas, poetas, romancistas e estudiosos, fato cristalizado na composição da Academia Brasileira de Letras desde sua fundação.

Mesmo que a formação do quadro de diplomatas brasileiros tenha sido instituída mais cedo e de forma separada da institucionalização do estudo das RI na academia brasileira; a diplomacia brasileira é indissociável da criação da área de RI de maneira mais ampla.

A profissionalização do corpo diplomático se iniciou com a instauração da seleção dos diplomatas através de concurso público, em 1931 (já no período republicano da história brasileira), a qual foi acompanhada pela academização dos diplomatas, com a criação de um instituto de formação para os selecionados no concurso, o Instituto Rio Branco, de 1944, como parte do Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty. O instituto propiciou a publicação de vários livros sobre a temática internacional inspirados em notas e reflexões de aulas (como as obras de Hélio Vianna e Carlos Delgado de Carvalho). Em seu seio também surgiram, em 1954, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)¹² e, em 1958, o mais antigo periódico brasileiro de RI, a Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)¹³ (Cruz e Mendonça, 2010).

Paralelamente, o sistema de ensino superior brasileiro, instituído no país a partir de 1808, com a vinda da família real portuguesa à, então, colônia, de modelo napoleônico das *grandes écoles* (ver Ribeiro, 1993, Jatobá, 2013) passava por reformas educacionais modernizadoras levadas à cabo também a partir da década de 1930. Diferentemente da condução político-econômica da Colônia e do Império – que, seguindo um modelo liberal-conservador, ateuve-se à produção e

¹² De acordo com Almeida (1998), o IBRI foi resultado de um desejo de “um grupo de personalidades públicas interessadas na política externa brasileira e nas relações internacionais de modo geral [...] em congregar esforços para aprofundar no país o debate em torno dessas questões e tornar o processo decisório em matérias diplomáticas mais inclusivo e mais diversificado. O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais foi o resultado desse encontro: o IBRI foi definido como uma sociedade civil com finalidades culturais, com o objetivo de ‘realizar, promover e incentivar estudos sobre problemas internacionais, especialmente os de interesse para o Brasil’”.

¹³ Cruz e Mendonça (2010) destacam que, antes da RBPI, “publicações especializadas como a Revista de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas e a Revista Brasileira de Estudos Políticos (1956) já faziam algumas aproximações com estudos da política externa brasileira, embora sem a presença de um quadro de especialistas na área”.

exportação agrícola de benefício às elites coloniais e, posteriormente, nacionais – ; durante os quinze anos da presidência de Getúlio Vargas (1930-1945), intentou-se atingir a modernização das estruturas sociais, econômicas e políticas brasileiras para formação de uma sociedade mais urbana e industrializada, através de um incipiente modelo *desenvolvimentista* (Jatobá, 2013).

A condução política-econômica do governo de Vargas, baseada na proteção à indústria nacional e na realização de investimentos públicos, já ensaiava as origens do desenvolvimentismo brasileiro; definido por Bielschowsky (1988, p.33) como o “‘projeto’ de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio do Estado”. Ensaio, pois, a articulação do desenvolvimentismo é posterior às políticas de Vargas, muito influenciada pelas discussões da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina. O chamado “pensamento cepalino”, que desde a década de 1940 vem discutindo possibilidades de desenvolvimento da América Latina, não somente influenciou no pensamento e na condução econômica dos países latino-americanos, como também vai ser resgatado, nas relações internacionais, como possibilidade analítica de relações político-econômica internacionais, como será visto mais adiante neste capítulo.

É neste contexto que as reformas educacionais da época buscavam modificar o ensino básico brasileiro (diminuindo o caráter humanista advindo da educação jesuítica e aumentando a qualidade técnica e aplicada do ensino em busca da modernização do país) e alastraram os programas de graduação em História e Ciências Sociais ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960, com a abertura de novos centros universitários¹⁴ (Pinheiro e Vedoveli, 2012; Jatobá, 2013).

Apesar de modificar as relações entre sociedade e governo, a instauração do regime militar no Brasil (em 1964) não atrasou este processo de modernização. Para Forjaz (1997), foi justamente sob os auspícios do regime militar brasileiro, que o processo de institucionalização acadêmica da Ciência Política no país se

¹⁴ Assim como nota Forjaz (1997), foi neste período que se moldaram importantes centros produtores de Ciências Sociais no Brasil (como a Escola Sociológica Paulista e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ambos de herança intelectual europeia; sendo que a ESP seguia influência da sociologia durkheimiana e o ISEB, de uma sociologia alemã, de cunho ideológico e militante intervencionista) que englobaram e, em algum sentido, retardaram o estabelecimento de uma Ciência Política (atual companheira institucional de área de RI na divisão do ensino de nível superior brasileiro da CAPES) autônoma no país; por serem as Ciências Sociais entendidas como a “ciência-mãe” ou a “ciência síntese” da Ciência Política. Como nota a autora, não é somente característica brasileira (estando também presente no desenvolvimento da Ciência Política na Europa) o retardamento do florescimento da Ciência Política como ramo autônomo do conhecimento devido ao grande interesse de várias áreas do conhecimento em se debruçar sobre fenômenos políticos. (Forjaz, 1997).

deu, quando da ampliação que garantiu, em meados da década de 1970, o reconhecimento das Ciências Humanas no seio das reformas educacionais de 1968 – que constituíram um sistema de pós-graduação mais amplo¹⁵ vinculado a um sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico através da instituição de agências de fomento¹⁶, como CNPq, Finep, CAPES e FAPESP, atreladas às políticas de planejamento e desenvolvimento econômico nacional do projeto desenvolvimentista inaugurado em Vargas¹⁷.

As agências nacionais não foram as únicas fontes de financiamento das Ciências Humanas no Brasil naquele momento. Assim como aponta Forjaz (1997), os investimentos feitos por agências internacionais foram fundamentais para o desenvolvimento da área; dentre as agências, “se destaca a Fundação Ford que foi, e em alguns casos continua sendo, o esteio financeiro essencial de alguns dos principais empreendimentos na área”, como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, o Instituto Brasileiro de Direito e Política de Segurança Pública (e outras instituições, como será visto posteriormente, pioneiras na área de RI no Brasil).

A área de RI, contudo, teve pouca participação (ou uma participação mais tardia) neste movimento de expansão das Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Hirst (1992) aponta que a pouca relevância de temas internacionais para a sociedade e intelectualidade brasileira – anterior à década de 1970 –, somada ao predomínio de uma visão de mundo “autocentrada” ou de isolamento em relação a outras partes do mundo¹⁸ levam a este “atraso” na institucionalização da área no país. Para a autora, no momento em que as possibilidades de ação internacional do Brasil têm salto qualitativo e seu entorno regional passa a ser

¹⁵ O sistema nacional de pós-graduação implantado em 1968 teria ampliado o “mercado de docentes universitários, pesquisadores, bolsas de estudo, bibliotecas, laboratórios e todos os outros aparatos necessários ao desenvolvimento científico num leque bastante diversificado de áreas do conhecimento” (Forjaz, 1997).

¹⁶ Estas agências passam a financiar a pesquisa científica das universidades, que antes dependia apenas das verbas do Estado destinadas à Educação (Forjaz, 1997).

¹⁷ Apesar da suposta continuidade, o desenvolvimentismo no Brasil teve seus opositores intelectuais e políticos, sendo interpretado e colocado em prática de maneiras diversas durante os governos associados a tal pensamento/condução política. Inaugurado em Vargas, o desenvolvimentismo foi questionado no pós-guerra por seu “protecionismo” e “dirigismo estatal”, teve seu auge no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), mas teve de ser repensado, já no período militar, uma vez que alta inflação e a crise do balanço de pagamentos o colocaram em xeque. Ver mais em Bielschowsky (1988).

¹⁸ Como será também visto no Capítulo 4, sobre a China, as dimensões continentais dos países são tidas como influência desta posição isolacionista, que acredita conter em seu território tudo aquilo que o país precisa (Hirst, 1992).

entendido como estratégico nesta inserção internacional, a temática *internacional* ganha destaque entre políticos e acadêmicos brasileiros (Hirst, 1992).

Foi neste mesmo momento em que se começou a questionar a indistinção entre a atividade política e a atividade intelectual dos diplomatas e se inicia, no país, a construção de cadeiras, cursos de graduação e programas de pós-graduação em Relações Internacionais nas universidades brasileiras (Pinheiro e Vedoveli, 2012). Como será visto na próxima seção deste capítulo, os diplomatas tiveram papel de suma importância nos primeiros passos desta institucionalização através do apoio político do Itamaraty e do contingente docente suprido pelos próprios diplomatas nos novos cursos de RI abertos no país. Assim, a próxima seção foca mais detidamente na institucionalização acadêmica da área no país, a partir da década de 1970.

Como fechamento desta primeira seção, é importante ressaltar o entrelaçamento histórico que permitiu a formulação incipiente de um pensamento nacional sobre o país e seu relacionamento com o mundo. Desde a colonização, as elites nacionais foram educadas em constante contato com a intelectualidade europeia, a qual obliterou os conhecimentos indígenas (e, posteriormente, da população africana escravizada) e introduziu uma dinâmica “modernizadora” na intelectualidade e na política dos “pensadores da nação brasileira”. Assim, após a proclamação da república (principalmente com a introdução do desenvolvimentismo), os governos brasileiros intentaram “alcançar” a materialidade (isto é, o desenvolvimento) e a intelectualidade (que propicia este desenvolvimento) das sociedades tidas como modernas. Estas sociedades, por sua vez, também tiveram o interesse em disseminar esta intelectualidade, tanto na colônia quanto no novo Estado independente (como foi o caso da Fundação Ford). Como será visto nas próximas seções, esta hierarquia vai delinear grande parte do pensamento brasileiro sobre as RIs, no que tange às possibilidades de atuação internacional do país e nas reflexões sobre o ambiente internacional.

3.2.

Institucionalização Acadêmica da Área de RI Brasileira

Sob os auspícios do regime militar, uma academia de RI no Brasil surge, lentamente, em meados dos anos 1970. Embora esta academia, assim como a

educação e a cultura no país de maneira mais ampla, fosse reprimida¹⁹ pelo regime, o período de vigência do autoritarismo militar no Brasil foi demarcado pelo crescimento do apoio governamental à educação superior atrelado ao sucesso do milagre econômico de Médici (1969-1974) e o impulso modernizador de Geisel (1974-1979) (Forjaz, 1997).

[...] a partir do governo Geisel e do processo de abertura política aumentou a influência dos militares sorbonistas. Esse "partido militar", mais intelectualizado e mais comprometido com a modernização do país, manifestou posturas favoráveis ao desenvolvimento científico e conviveu de forma menos conflitiva com a comunidade científica brasileira. Foi nesses espaços institucionais abertos pelo regime que a crescente comunidade de cientistas sociais (enormemente ampliada com o desenvolvimento da pós-graduação a partir de 1968) inseriu-se e conquistou posições (Forjaz, 1997).

No “Brasil Potência” do regime militar (Forjaz, 1997), contudo, tanto a prática quanto a teoria sobre as relações internacionais brasileiras, ou relações internacionais *latu sensu*, continuava sendo monopólio dos diplomatas intelectuais (Miyamoto, 1999). Até a década de 1970, apesar de haver alguma produção sobre o assunto (como será abordado na próxima seção deste capítulo), haviam poucos acadêmicos que se debruçavam sobre a seara internacional. Assim como coloca Hirst (1992), algumas das causas do moroso desenvolvimento da área no Brasil (e na América Latina) eram o lento desenvolvimento das ciências sociais como um todo (que até o momento, começava a deslanchar); a insistência de alguns acadêmicos em considerar as RIs como sinônimo de direito internacional, história diplomática ou jornalismo especializado; e o entendimento de outros das RIs como uma área do saber associada ao projeto de poder hegemônico estadunidense.

Aqueles acadêmicos que se distanciavam desta última observação de Hirst (1992), não hesitaram em participar dos projetos da Fundação Ford para sanar a escassez de recursos humanos na área, como o patrocínio de intercâmbio de jovens profissionais para que estes promovessem o desenvolvimento da área no Brasil; mas poucos, de fato, acabaram se dedicando à área de RI (como Maria Regina Soares de Lima e Henrique de Souza Novaes) (Miyamoto, 1999). Os únicos profissionais da área que possuíam diplomas para além do mestrado eram estes que buscavam especialização acadêmica fora do Brasil (nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na França ou no México, naquele momento) (Fonseca, 1987).

¹⁹ Assim como coloca Miyamoto (1999, p.85), “não se podia falar/escrever abertamente e permanecer impune, sem sofrer consequências que poderiam ser drásticas, desde a apreensão da obra até a perda do emprego, sem contar uma possível abertura de processo, incluindo prisão e tortura”.

A curiosidade dos escassos acadêmicos (que emergiam na área) sobre o contexto internacional no qual o Brasil se inseria (caracterizado pela guerra fria, a crise da hegemonia estadunidense, o crescimento da tendência à multipolaridade nos campos econômico e político – ver Hirst, 1992; Herz, 2002) e o entendimento da posição brasileira no mundo (Miyamoto, 1999), culminou na morosa criação de cadeiras de Relações Internacionais e Política Internacional em alguns cursos universitários, como a cadeira eletiva de “Relações Internacionais” na graduação de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo²⁰; ou a cadeira de “Política Internacional”, também no curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo²¹, criadas em 1973 (Miyamoto, 1999).

Cadeiras relacionadas à área, como Direito Internacional e Economia Internacional, também eram lecionadas em cursos de Direito (Celso Lafer e Celso Albuquerque de Melo são provenientes de tal percurso acadêmico), Economia e afins (Miyamoto, 1999). Data também de 1973, a criação do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, o qual se mostrou como importante espaço para se pensar a História das Relações Internacionais do Brasil (Cruz e Mendonça, 2010); e os cursos de extensão de temáticas regionais do Centro de Documentação da América Latina – CEDAL, da USP (Miyamoto, 1999).

Privilegiada pela localização próxima ao governo e, conseqüentemente, ao Itamaraty, a Universidade de Brasília – UnB foi pioneira em várias iniciativas da área no Brasil. O primeiro curso universitário de Relações Internacionais no Brasil foi criado na UnB, em 1974, a partir de contribuições institucionais e substantivas de acadêmicos de diversas áreas do conhecimento (historiadores, cientistas políticos, especialistas em direito internacional e economistas) (Herz, 2002) e de diplomatas do Ministério das Relações Exteriores. Houve apoio decisivo por parte do governo militar – por meio do Itamaraty – na consolidação do curso (Jatobá, 2013). O apoio dos militares se deu em função da busca pelo fortalecimento do Estado e de suas capacidades, de acordo com o ideário desenvolvimentista; no qual a universidade, naquele momento, desempenhava um papel estratégico (Julião, 2009). Assim, contou-se com a presença de vários diplomatas no corpo de professores do curso de RI na UnB durante suas duas primeiras décadas de existência²² (Julião, 2009; Jatobá, 2013). Já em 1976, o Departamento de História

²⁰ Esta cadeira foi seguida por outra que dava ênfase às relações intercontinentais americanas. Ambas foram ministradas até 1982 e retomadas nos anos 1990 (Miyamoto, 1999).

²¹ Ministrada até 1987.

²² Desde este momento, os diplomatas brasileiros têm marcado sua presença no ensino e na produção de conhecimento na área, mantendo uma dupla inscrição social como oficiais do governo

da UnB passou a lidar com a temática da História das Relações Exteriores do Brasil em nível de pós-graduação (Miyamoto, 1999). A “Coleção Pensamento Político”, publicada pela editora da UnB, também foi vanguarda na tradução de livros considerados como fundamentais na área como Paz e Guerra entre as Nações, de Raymond Aron; e Vinte Anos de Crise, de Edward Carr (Cruz e Mendonça, 2010).

No decorrer da década de 1970, foram promovidos vários congressos e painéis sobre RI, levados a cabo por instituições governamentais, universidades e centros de pesquisas e agências de fomento nacionais e internacionais (como a Fundação Ford). Estes seminários contavam com a presença de acadêmicos brasileiros e estrangeiros (os *brasilianistas*²³) e produziram os primeiros anais e revistas da área. A Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal montou dois grandes painéis, em 1975 e 1977, sobre a ordem mundial, que foram, posteriormente, publicados pelo órgão. Em 1975, a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo também organizou seminário cujos trabalhos apresentados foram publicados, em 1978, com o título de “A Crise na Ordem Mundial”. Ainda em 1978, no Rio de Janeiro, houve o congresso fundador do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais, com apoio do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, do Programa de Estudos Comparados Latino-americanos da UFMG, do Instituto Latino-americano de Desenvolvimento econômico e social – ILDES e da Fundação Ford. Em 1979, em São Paulo, a Sociedade Brasileira de Cultura Convívio realizava encontro de discussão sobre questões militares e estratégicas, o qual, em repetição quatro anos mais tarde, lançou a revista *Política e Estratégia*, que continha as reflexões feitas em 1979 (Miyamoto, 1999). Também em 1979, o Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio foi instituído, com financiamento da Fundação Ford (Cruz e Mendonça, 2010).

Como a área de Ciência Política era também nova no país, haviam poucos departamentos autônomos da mesma (tanto na graduação quanto na pós-graduação); sendo que a área ainda era tida (como as RIs) como subárea das Ciências Sociais (como, ainda hoje, se verifica na graduação em Ciência Política

que informam a prática das relações internacionais brasileiras e como intelectuais que detêm legitimidade acadêmica para ensinar e publicar análises acadêmicas sobre as relações internacionais (Pinheiro e Vedoveli, 2012). Vale mencionar que é também deste período a instituição da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), de 1971, a qual é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, que tem como objetivo realizar e promover atividades culturais e pedagógicas, como incentivo à pesquisa e à divulgação de assuntos ligados à área das relações internacionais e da história diplomática do Brasil (Cruz e Mendonça, 2010).

²³ O “Brasil Potência” chamava atenção internacional de acadêmicos estrangeiros que passaram a se especializar no Brasil – os chamados *brasilianistas* (como Stanley Hilton, Wayne Selcher, Roger Fontaine e Ronald Schneider) – em decorrência do grande interesse que o crescimento econômico do país suscitava na época (Miyamoto, 1999).

no Brasil). Não obstante, aqueles que se dedicavam à incipiente Ciência Política no Brasil, se debruçavam sobre “o autoritarismo, a falência da democracia na periferia capitalista, o ‘Estado Burocrático-Autoritário’, a ascensão dos militares ao poder na América Latina e alguns países europeus” (Forjaz, 1997); quando que a Política Externa e as Relações Internacionais Brasileiras ou Relações Internacionais em geral foram deixadas de lado pela área. Daí se explica a diminuta quantidade de cientistas políticos que trabalhavam com a área de RI naquele momento (Miyamoto, 1999).

O gradual término da ditadura entre as décadas de 1970 e 1980 (final dos atos de exceção e alteração do sistema político-partidário brasileiro) propiciou a expansão da área de RI no país; foram criadas novas instituições, cadeiras e programas de pós-graduação em RI (Miyamoto, 1999). Assim como aponta Miyamoto (1999, p.88), “já se tinha consciência de que [...] o Brasil se tornara conhecido no mundo [...]. Portanto, não se podia mais ignorar estes acontecimentos, e também para que as visões não ficassem restritas aos brasilianistas”. Como exemplos deste momento de expansão, podem ser citados: o Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP), em 1983; a instituição da revista Contexto Internacional do IRI/PUC-Rio, em 1985; o Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, em 1985; o Mestrado em RI da UnB, em 1987; o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), em 1987; o Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP, em 1988 (Herz, 2002; Jatobá, 2013).

Ainda, o Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa – GRIPE, surgiu no interior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, em 1980. Tendo dificuldade em concatenar os interesses grandemente variados dos incipientes pesquisadores da área, o GRIPE foi excluído em 1994 por se tratar de assunto “pouco interessante” dentro da ANPOCS e por ter uma proposta mal formulada nos termos da associação. Foi recuperado no ano 2000 sob o título de “Política Internacional” (Miyamoto, 1999).

O início do processo de abertura e internacionalização da economia brasileira, no final dos anos 1980 em diante, foi outro ambiente de expansão, agora dos programas de graduação em RI no Brasil. De acordo com Julião (2012), esta expansão foi propiciada pelo processo de reforma do sistema educacional brasileiro do governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, 1995-2002 –, a qual alterou os padrões relativos à abertura de cursos de graduação no país; ampliando

a oferta de formação em nível superior. A reforma, contudo, não beneficiou o setor público, que estava incorporado na lógica do modelo de Estado mínimo de governo de FHC²⁴; sofrendo, assim sérias restrições em termos de investimentos e corte em seus orçamentos. O resultado, como aponta Julião (2012), é que grande parte dos cursos de RI instituídos a partir deste momento, provém de escolas e redes de ensino privadas²⁵.

Julião (2012) aponta que o interesse na abertura específica de cursos de RI, neste momento, se devia ao apelo que essa formação tinha no mercado educacional e no mercado de trabalho, uma vez que o cenário de inserção internacional brasileiro apontava a viabilidade e a necessidade da criação de profissionais e acadêmicos capazes de acompanhar e analisar as dinâmicas internacionais que, a cada dia mais, eram disseminadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação – como a internet e TV a cabo –, e que “reforçavam ainda mais a ideia de que o Brasil estava globalizado” (Julião, 2012, p.30; Cruz e Mendonça, 2010). Assim como coloca Vizentini (2005^a, p.17),

[n]um exame do contexto da evolução da produção editorial brasileira em relações internacionais, pode-se considerar que um dos grandes motores que impulsionaram seu crescimento, aceleração e diversificação relaciona-se à expansão dos cursos nessa área no país a partir da década de 1990 e à simultânea “abertura externa” que acompanhou a passagem do nacional-desenvolvimentismo à globalização, marcada no país pela agenda neoliberal. Ligada às pressões externas geradas pelo fim da Guerra Fria em 1989, essa expansão foi impulsionada pela aceleração de fenômenos como a globalização e a regionalização e vinculada também ao aprofundamento da interdependência e da transnacionalização, que trouxeram para a linha de frente das preocupações temas que até então apareciam como relativamente marginais na agenda nacional. A dinâmica dessas mudanças, somadas às transições da política mundial e brasileira, gerou demanda por um conhecimento específico sobre esses movimentos, incentivando a busca por profissionais capacitados e por análises especializadas.

Dessa forma, a partir da metade da década de 1990, já entrando nos anos 2000, houve grande *boom* de cursos universitários na área de RI e dos meios de veiculação do saber na área. Novos periódicos, como a Revista Cena Internacional, de 1998, a Revista Política Externa, criada em 1992, e a Revista Defesa Nacional; novos boletins especializados (dedicados à publicação de artigos e análises de conjuntura), como a Carta Internacional, o Meridiano 47, o

²⁴ Após o milagre econômico e a década perdida (anos 80, marcados por elevadas taxas de inflação, problemas cambiais e sucessivas trocas monetárias), o ideário neoliberal, já introduzido no Brasil pelos governos de Collor (1990-1992) e Itamar (1993-1994), mudou o viés protecionista da condução econômica brasileira; abrindo vários setores da economia brasileira para a privatização e a livre-concorrência (Filgueiras, 2000).

²⁵ De acordo com a autora, utilizando dados de 2009, 83,7% dos cursos de RI no Brasil são oferecidos por rede privada de ensino.

Via Mundie Network; e novos *think tanks*, como o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), de 1998; complementaram o debate no país (Lessa, 2005a; Vizentini, 2005a). De acordo com Julião (2009), no ano de 2000 havia, aproximadamente, 30 cursos de graduação em RI no Brasil, já em 2008 este número havia triplicado e girava entorno de 90 cursos.

Com as crises do Plano Real e do Mercosul, assim como a instabilidade financeira internacional e o enrijecimento das relações no âmbito internacional (com o atentado de 2001), o final de mandato de FHC e início dos governos subsequentes (Lula, 2003-2010, e Dilma, 2011-2014) alteram o argumento de necessidade última de adesão ao processo de globalização por um discurso crítico à “globalização assimétrica” na política externa brasileira (que zela por mais cautela na inserção nacional na economia mundial) e a aspiração pelo fortalecimento do Estado vis-à-vis o Estado mínimo erigido nos primeiros anos da década de 1990 (Vizentini, 2005b; Silva, 2008).

Esta mudança de postura alterou a oferta de cursos de RI no Brasil. Mesmo que a maioria da oferta de cursos ainda esteja concentrada na rede privada de ensino superior, novos programas educacionais de ampliação da educação superior no Brasil (como o ProUni e o ReUni) – respaldados em políticas dos últimos governos que têm, de alguma forma, tentado ampliar as funções do estado, têm contribuído para uma maior pluralização do ensino (Julião, 2009, 2012). Atualmente, espalhados por todas as regiões do Brasil, há 126 programas de graduação em RI e a pós-graduação em RI (que também teve seu *boom* nos anos 2000) conta com 12 mestrados e 6 doutorados. Sendo que alguns programas de pós-graduação em Ciências Sociais e Ciência Política também possuem linhas de pesquisa em Relações Internacionais e Política Internacional²⁶ (Barasuol, 2012; Jatobá, 2013). Ainda, contrariamente ao que ocorre na graduação, na pós-graduação em RI no Brasil predominam as instituições públicas e os programas de incentivo (como bolsas de estudo governamentais) à educação de nível de pós-graduação (Barasuol, 2012).

Há clara concentração destes programas na região Sudeste do país, a qual oferece cerca de 53,1% dos cursos no país, cuja maioria se localiza em São Paulo (Barasuol, 2012; Julião, 2012). Em segundo lugar de destaque, a região Sul do Brasil oferece 23,4% dos cursos, sendo privilegiada pela proximidade com as

²⁶ Assim como aponta Barasuol (2012, p.13), “a USP possui uma linha de pesquisa em Relações Internacionais, a UNICAMP, em Estudos Internacionais (dentro da área Política Contemporânea), a UFPR em Política Externa do Brasil e Organizações Internacionais, a UFMG em Política Internacional e Comparada, a UFRGS e a UFPE em Política Internacional e a UERJ em Política Internacional e Análise de Política Externa”.

fronteiras de países integrantes de projetos de integração regional brasileiro, como o MERCOSUL e a UNASUL (Barasuol, 2012; Julião, 2012). As demais regiões apresentam números menos significativos dentro da distribuição nacional da área: Centro-Oeste (10,2%), Nordeste (9,2%) e Norte (4,1%) (Barasuol, 2012; Julião, 2012)²⁷.

A percepção da necessidade de se criar, dentro do país, maior consciência das dinâmicas internacionais tem impulsionado diversas instâncias governamentais e civis a instituir *lôcus* de pesquisa e debate das relações internacionais. O governo brasileiro tem tido inúmeras iniciativas para fomentar o crescimento da área no país. Principalmente a partir dos anos 2000, vários projetos de pesquisa têm sido propostos e financiados por diversos órgãos governamentais (como o Ministério da Educação²⁸, o Ministério da Ciência e Tecnologia²⁹, o Ministério da Defesa³⁰). Não obstante, ainda dentro da esfera governamental, secretarias de Relações Internacionais foram criadas em governos subnacionais, como estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina etc) e cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador, Belo Horizonte etc). Entidades de classe e partidos políticos, como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PT (Partido Trabalhista) também instituíram ou reforçaram seus departamentos e secretarias internacionais (Cruz e Mendonça, 2010).

Ademais, a institucionalização acadêmica das RIs como área autônoma do saber no Brasil tem avançado através da atuação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), criada no ano de 2005. O documento convocatório da reunião que daria origem à ABRI expressa que o interesse pelo relacionamento contemporâneo do Brasil com a política internacional foi o impulso necessário à expansão da área no país, consolidando-a institucionalmente.

A área de Relações Internacionais no Brasil adquiriu, nos últimos anos, um dinamismo inédito. Fruto de uma percepção mais clara da relevância da dimensão global para a redefinição da inserção do país no sistema internacional, este interesse se manifesta, concretamente, em fenômenos como: o crescimento acelerado dos cursos de graduação; a expansão da pós-graduação, em particular a abertura de novos mestrados e dos primeiros doutorados; a expressão mais

²⁷ Pode-se indagar se estes números menos expressivos, no caso do Centro-Oeste, são resultado do pioneirismo e prestígio da UnB na área; e, nos demais casos, da inexpressão econômica e política que ambas regiões, interna (Norte e Nordeste) (Julião, 2012) e externamente (principalmente, o entorno regional amazônico), têm tido historicamente nos projetos de inserção regional dos governos brasileiros.

²⁸ Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais, lançado em 2001, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores.

²⁹ Programa Renato Archer de Fomento à Pesquisa em Relações Internacionais, lançado em 2006, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores.

³⁰ Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ-DEFESA, lançado em 2005.

clara da identidade da área na estrutura das agências de fomento à pesquisa; a disseminação de seminários e debates sobre questões internacionais; a multiplicação de títulos da área nos catálogos das editoras nacionais, etc (Cruz e Mendonça, 2010).

A ABRI tem buscado consolidar e formalizar a área no Brasil de diversas maneiras, como a alteração de seu comitê de avaliação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundação do Ministério da Educação brasileiro), que deixou de ser o Comitê de Ciência Política (CCP) e passou a ser o Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais (CCPRI), em 2006. A ABRI também tem discutido, desde 2012, uma proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais, com o anseio de estabelecer parâmetros mínimos para os Cursos de RI no Brasil (Jatobá, 2013).

A ABRI tem buscado estabelecer articulações institucionais com associações homólogas de outros países, como a estadunidense *International Studies Association* (ISA). Em relação à América Latina, um encontro destas instituições homólogas (a saber: Argentina – *Consejo Federal de Estudios Internacionales*, CoFEI; Chile – *Asociación Chilena de Especialistas Internacionales*, ACHEI; Colombia – *Red Colombiana de Relaciones Internacionales*, Redintercol; y México – *Asociación Mexicana de Estudios Internacionales*, AMEI) resultou na criação da *Federación Latinoamericana de Estudios Internacionales* (FLAEI), em 2012 (Jatobá, 2013).

Esta seção buscou delinear a trajetória da institucionalização acadêmica das RIs no Brasil, destacando os principais pontos de inflexão acadêmica da área. Cabe aqui ressaltar, que a institucionalização da área na academia brasileira não somente contou com apoio governamental (através da atuação da diplomacia na instituição de cadeiras e cursos, na publicação e no ensino na área; da constituição de legislações favoráveis à institucionalização da área na rede privada e pública de ensino; do lançamento de editais para abertura de cursos e pesquisas de pós-graduação etc); como também continuou recebendo apoio e investimento de atores estrangeiros (como os investimentos de infraestrutura educacional e de pesquisa da Fundação Ford e o contato com a produção de brasilianistas).

A próxima seção tratará, mais detalhadamente, das abordagens e dos temas trabalhados na agenda das RIs no Brasil, de modo no qual fiquem mais claros os desdobramentos advindos dos relacionamentos históricos da área com a dinâmica modernizadora dos pensadores da nação brasileira e com os insumos intelectuais (e materiais) estrangeiros.

3.3.

Abordagens, Temas e Silêncios

Anterior à formalização acadêmica da área de RI no Brasil, quando dos primórdios da área de RI no Brasil – como já colocado, este momento demarca-se pela atuação dos primeiros intelectuais diplomatas brasileiros –, os temas mais abordados, nos esparsos trabalhos existentes, remetiam-se à história diplomática brasileira (Almeida, 1993), à política externa nacional (Vizentini, 2005) e – com participação do estamento militar brasileiro – aos estudos geoestratégicos e militares (Miyamoto, 1999; Jatobá, 2013). Dentre os primeiros, encontram-se textos de história diplomática mais gerais, que cobrem longos períodos da política externa brasileira, e outros que se concentram em momentos particulares da história diplomática brasileira (como a era Vargas, a política externa independente ou a política externa dos governos militares) (Herz, 2002). Já os últimos, remetem-se, principalmente, a questões da Bacia do Prata e a reflexões sobre a geopolítica do Cone Sul (Miyamoto, 1999); preocupados em compreender a estrutura do sistema internacional e sua distribuição relativa de poder, esta escola geopolítica – representada por Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Matos – ganha destaque com a ascensão de governos militares nos anos 60. Partindo de clássicos como F. Ratzel, Halford Mackinder e Hans Morgenthau, esta literatura tratava de temas como a integração nacional, as potencialidades do “Brasil-potência”, o conflito Leste-Oeste e zonas sensíveis, particularmente na Bacia do Prata (Herz, 2002).

Outra vertente que repercutiu entre a academia e o governo brasileiro, tanto nos primórdios da área quanto em seu desenvolvimento mais atual, é a reflexão sobre a condição/posição periférica do Brasil (e da América Latina) *vis-à-vis* o internacional. Como menciona Barasuol (2012), autores como Caio Prado Jr. procuraram compreender o desenvolvimento brasileiro através de sua posição como colônia, já na década de 1930. Posteriormente, as reflexões da CEPAL também auxiliaram na compreensão do desenvolvimento da inserção brasileira, como país periférico, no sistema capitalista³¹ (Herz, 2002; Barasuol, 2012). O pensamento cepalino veio, assim, a inspirar o desenvolvimento da Teoria da

³¹ Como já colocado anteriormente no capítulo, as reflexões da CEPAL vão ser subsídio para a formulação de propostas político-econômicas (principalmente, o sistema de substituição de importações) que guiaram os governos de grande parte da América Latina nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

dependência, na década de 1970 (ver Cardoso e Faletto, 1970; Santos, 1978; Figueiredo, 1978; Herz, 2002).

De acordo com Herz (2002), a teoria da dependência e outros trabalhos sobre interdependência e sistemas mundiais fizeram parte de uma tendência mais geral de contestação da concepção realista do sistema de Estados, que figurava no centro do debate acadêmico nos Estados Unidos à época. Estes especialistas brasileiros teriam se voltado para a análise da estrutura econômica internacional; o processo de internacionalização da economia e a concentração dos mercados e da produção (ver mais em Coutinho, 1977; Coutinho e Belluzzo, 1979; Furtado, 1973; Tavares, 1975; Herz, 2002). Nesta mesma tendência, sobressaíram também estudos sobre as relações entre a América Latina e os Estados Unidos, preocupados com a distribuição desigual de recursos e com os efeitos do processo de transnacionalização sobre o desenvolvimento dos países latino-americanos (ver Ianni, 1976; Furtado, 1973; Lafer, 1972a; Martins, 1973; Herz, 2002).

O contexto da Guerra Fria foi outro ponto que recebeu a atenção dos intelectuais brasileiros entre as décadas de 1970 e 1980; ganhando destaque a concepção de congelamento do poder mundial, desenvolvida pelo embaixador Araújo Castro (1982). Autores como Hélio Jaguaribe e Celso Lafer também voltaram-se para a análise da estrutura de poder do sistema internacional, examinada a partir de uma “visão do Sul”, que busca autonomia de ação dos Estados nas brechas possíveis deste sistema oligárquico (p. ex., Lafer, 1972b; 1982a; 1982b; 1984; Jaguaribe, 1977; 1980; Herz, 2002).

Percebe-se, assim, que, até então, o principal tema de interesse da área no Brasil eram as possibilidades de ação internacional do país meio a determinadas interpretações do ambiente internacional (que buscavam a superação da condição subordinada/atrasada do país através da modernização da sociedade, mesmo que o conceito de modernização tenha se alterado com o tempo). A tamanha preocupação com esta temática levou Fonseca (1987 *apud* Hirst, 1992, p.66) a colocar que “o modo brasileiro de refletir sobre as relações internacionais é essencialmente caracterizado pela busca do entendimento das tendências e decisões da política externa brasileira”, no sentido de que “a angústia dos pesquisadores continua próxima à dos tomadores de decisão” (Fonseca, 1987, p.273).

O final da década de 1980, por outro lado, apresenta-se como um momento de inflexão na área, pela percepção de que ambos ambientes, doméstico e internacional, haviam diminuído sua rigidez (fim da ditadura militar, fim da Guerra Fria) e aberto espaço para discussão de temas até então opacos na área. Estudos

sobre direitos humanos têm aumentado a partir do final da ditadura e da adesão do país a tratados internacionais sobre direitos humanos (Herz, 2002). Estudos estratégicos e estudos sobre conflitos, após o final da Guerra Fria, têm saído do âmbito militar e penetrado a academia timidamente, a despeito da “marginalidade estratégica brasileira para os Estados Unidos e a ausência de uma história de conflitos internacionais no século XX” (Herz, 2002, p.25; Vizontini, 2005a). Os estudos de áreas geográficas específicas têm diminuído suas deficiências e passado a ocupar um lugar maior na área, assim como os estudos de integração regional (Herz, 2002; Vizontini, 2005a). Outros temas, como a globalização e seus aspectos culturais, têm dialogado com a economia política (Herz, 2002).

É nesse momento em que se passa a ter uma percepção de que houve um salto qualitativo e quantitativo na produção nacional em RI, na medida em que a volta de especialistas na área, educados no exterior, supriria uma percebida lacuna na produção brasileira em RI em relação à produção da área internacionalmente (Herz, 2002). Esta percepção de descompasso da academia brasileira relaciona-se, principalmente, a reflexões de cunho mais teórico na área; a década de 90 apresenta-se, assim, como o momento no qual a academia brasileira, finalmente, “alcançaria” o debate internacional da área.

O acesso aos debates e paradigmas da disciplina é uma marca dos anos 90, sendo resultado de uma interação mais intensa com os centros de pesquisa na Europa e nos Estados Unidos, expresso na vinda de professores-visitantes, na volta de estudantes que completaram seus estudos de pós-graduação no exterior e na participação de pesquisadores brasileiros em eventos acadêmicos internacionais. Os currículos dos cursos de pós-graduação em relações internacionais existentes no país, na UnB e na PUC-Rio, foram modificados, incluindo cursos voltados especificamente para teoria de relações internacionais (Herz, 2002, p.28).

O otimismo em relação à produção nacional a partir da década de 1990, todavia, é limitado pela percepção de que mesmo tendo alcançado os debates contemporâneos da área, a academia brasileira ainda não participa ativamente do debate teórico corrente e pouco contribui para a compreensão dos processos políticos em curso (Herz, 2002).

Mesmo que a grande maioria dos programas de graduação em RI atualmente enfatiza fortemente a apresentação das diversas correntes teóricas da área (uma herança da década de 1990 - ver Herz, 2002), os mesmos dedicam pouco tempo “ao debate mais amplo sobre a formulação de teorias e sobre sua utilização como ferramenta no desenvolvimento da pesquisa” (Barasuol, 2012, p.16). Isto reverberaria na produção intelectual da área (teses, artigos e relatórios técnicos), que utiliza pouco (ou não utiliza) o arcabouço teórico da área ou qualquer arcabouço teórico em sua produção. Ainda, quando da utilização de

algum arcabouço teórico, as abordagens de maior presença na produção de RI no Brasil seriam Realismo, Liberalismo e Construtivismo (ver mais detalhes em Barasuol, 2012).

Outro ponto significativo seria que, nas cadeiras de TRI destes programas, a leitura indicada da literatura produzida pelo país é bastante escassa (Barasuol, 2012). Das leituras obrigatórias das cadeiras de Teorias de Relações Internacionais dos cursos de graduação brasileiros, as versões clássicas e contemporâneas de Realismo e Liberalismo ocupam mais da metade dos textos (53%) utilizados no ensino de TRI no Brasil (Barasuol, 2012). Demais abordagens, como Construtivismo, Escola Inglesa, Marxismo, Pós-modernismo, Feminismo, Teoria Crítica, Estudos de Globalização e Política Externa ocupam quase todo o restante das leituras indicadas (45%), deixando somente 2% para o pensamento Latino-Americano (Barasuol, 2012).

Apesar do pessimismo em relação à contribuição efetiva da academia brasileira para o debate global da área, o próprio foco em demasia nas relações internacionais brasileiras e em interpretações do ambiente internacional a partir do Brasil já apresenta um desafio à produção hegemônica estadunidense, uma tradução que deturpa as chaves de entendimento do internacional a partir das Grandes Potências para as lentes da colônia, da periferia ou da potência média. Demandam, assim, sua qualidade de membros da área, sua capacidade de participação do diálogo global de RI por meio de suas próprias experiências. Assim, o foco do ensino nas abordagens estrangeiras pode ser interpretado como uma tentativa de capacitação para esse diálogo com o *mainstream*. No entanto, esta capacitação não reproduz inteiramente a produção hegemônica, pois, na medida em que discute outros temas, para além daqueles que a originaram, a capacitação a ressignifica.

Outra possibilidade de busca pelo diálogo com a produção global tem se desenvolvido na PUC-Rio. Em seu curso de graduação em RI, a PUC-Rio tem uma das maiores exigências de cumprimento de créditos em TRI do Brasil (contabilizando três disciplinas principais)³² (Barasuol, 2012). Para a pós-graduação, as disciplinas de TRI também são obrigatórias (assim como ocorre na grande maioria dos cursos de pós em RI no Brasil, após a década de 1990). No entanto, o diálogo que a PUC-Rio tem mantido com a produção internacional em RI tem sido diferenciado; principalmente por manter em seu quadro principal de professores acadêmicos internacionais advindos de abordagens alternativas ao

³² Barasuol (2012) aponta que somente a FACAMP possui maior exigência, com quatro disciplinas.

mainstream da área (como Rob Walker, Nicholas Onuf e Stefano Guzzini), mas também pelo contato próximo com demais acadêmicos internacionais por meio de seminários internacionais, periódicos e de seus vários projetos de pesquisa interinstitucionais (como, por ex. o BRICS Policy Center, que mantém diálogo com pesquisadores e acadêmicos dos países BRICS). Nesse sentido, poder-se-ia colocar que a PUC-Rio busca capacitar-se para o diálogo com o *mainstream*, ao mesmo tempo que busca se inserir no diálogo de abordagens alternativas (no caso, ontologicamente alternativas).

Todavia, dentro da área no Brasil, a negligência ao incentivo à produção autônoma e à leitura da produção nacional é, muitas vezes, considerada como posição de subserviência ao conhecimento produzido fora do país. Para Jatobá (2013) – assim como para Lessa (2005a), Saraiva (2009), Cervo (2009) e outros acadêmicos de Brasília– esta utilização das teorias dominantes na área tem acontecido de modo acrítico, diminuindo o potencial criativo da academia brasileira.

A prática pedagógica que prevalece – ao menos no Brasil, que acredito conhecer melhor por ser o lugar onde trabalho como professor –, é a simples reprodução das teorias dominantes, a julgar pelos materiais didáticos disponíveis no mercado editorial e pelos planos de ensino aos quais podemos encontrar na internet. Isto parece indicar que não se trata, na maioria dos casos, sequer de ajuste ou conformismo, mas da mera incorporação acrítica das teorias produzidas no núcleo estadunidense das RIs (Jatobá, 2013, p.42, tradução própria).

Em consequência desta percepção (isto é, da recepção acrítica das teorias estadunidenses), uma posição recente dentro da academia brasileira tem se formado, particularmente entre estes estudiosos de Brasília. Esta posição se opõe ao “imperialismo epistemológico” (Saraiva, 2009, p.13) das teorias de Relações Internacionais, ao tentar explicitar os valores e interesses implicitamente promovidos por estas teorias. Para estes autores, estes valores e interesses (apresentados como universais) informam modos de conduta específicos que não servem aos interesses de grande parte do mundo. Assim, busca-se identificar e formular conceitos e abordagens em RI baseados na experiência brasileira de inserção internacional (Cervo, 2008a; 2008b).

Lessa (2005a:11), nesse sentido, vai apontar que,

[...] se não é possível afirmar que a academia [brasileira] especializada [em RI] tenha se dedicado com afinco à produção de modelos teóricos originais com os quais explicar a inserção internacional de países como o Brasil, é um fato que pelo menos na área de História das Relações Internacionais se evoluiu de modo consistente nessa direção, ao ponto em que é possível falar em uma tradição brasileira de analisar as relações internacionais.

Esta tradição se revelaria na sua vinculação com teorias latino-americanas de Relações Internacionais (advindas do pensamento cepalino e suas inflexões

atuais) e no seu problema epistemológico central, a saber: o desenvolvimento (como projeto nacional) (Cervo, 2008b). Intenta-se, nesse projeto, formular conceitos a partir da prática das relações internacionais brasileiras e da reflexão sobre a mesma.

É latente, contudo, que esta tradição brasileira de pensar as relações internacionais a partir do Brasil e para o Brasil, apesar de se propor como uma leitura histórica dos projetos de inserção internacional brasileiros, é, também, normativa. A tradição brasiliense de RI volta-se para o desenvolvimento do país; isto é, busca uma produção intelectual que sirva ao projeto nacional de desenvolvimento brasileiro. A mesma reivindica uma posição epistemológica diferenciada da tradicional na área de RI, por representar um ator que se localiza à margem da teorização tradicional, que não é uma (super ou grande) potência e está na parte inferior da hierarquia entre países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvidos”.

Como ficará mais claro a partir da análise do artigo de Cervo (2008a), esta tradição busca, deliberadamente, se colocar como oponente ou adversário que objetiva emancipar-se da dominação da academia estadunidense através da criação de uma nova epistemologia, a partir de um lugar de enunciação diferenciado. Não obstante, esta posição partilha de pressupostos da gramática dominante, como a concepção de Estado (sujeito) moderno capaz de desenvolver-se, modernizar-se através da racionalidade. Assim, por mais que esta “epistemologia do sul” busque se opor à gramática dominante, esta oposição nunca pode ser completa devido aos seus compromissos ontológicos.

Neste contexto, apesar de suplantar alguns dos limites da gramática dominante (ao ressaltar as hierarquias políticas e econômicas do ambiente internacional), outros não são questionados, como a falta de preocupação em historicizar o Estado (tanto o Estado Westphaliano quanto o Estado brasileiro); demonstrada, na reiteração da soberania inquestionável do Estado brasileiro ou na manutenção da obliteração de conhecimentos e modos de vida indígenas e africanos; que apesar de constituírem a cultura e fazerem parte da sociedade que se convencionou a chamar brasileira, são raramente pensados através das lentes da área de RI no Brasil.

Com base nas reflexões desta seção, a próxima seção deste capítulo analisará, com mais detalhes, um artigo acadêmico brasileiro que aborda, mais especificamente, as relações internacionais do Brasil e maneiras variadas de interpretá-las.

3.4

Análise de Artigos

Nesta seção do capítulo, será analisado um artigo escrito por um acadêmico brasileiro de Relações Internacionais, a saber: Amado Cervo. Cervo é professor titular do Instituto Rio Branco e professor titular, emérito, do Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília. Cervo é, assim, um acadêmico que transita entre a diplomacia e a academia brasileira. É graduado, mestre e doutor em História pela Universidade de Strasbourg (França) e tem focado sua carreira no ensino e na pesquisa de temas como História da Política Exterior do Brasil, História das Relações Internacionais e Teoria e Política das Relações Internacionais do Brasil. O artigo de Cervo a ser analisado, “*Conceitos em Relações Internacionais*”, foi publicado em 2008, pelo periódico RPBI, e em 2009, como capítulo do livro “*Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st century: Regional and National Approaches*”, editado por José Flávio Sombra Saraiva, também professor do IREL da UnB.

Em seu artigo, Cervo (2008a:8) propõe-se a “analisar o nexos entre teorias de relações internacionais e conceitos aplicados às relações internacionais” com o intuito de ressaltar que ambos “exercem papéis diferenciados” na área. Assim, o autor argumenta que, por mais que as teorias anseiem ao universalismo, há limites para seu alcance explicativo, uma vez que as mesmas “se vinculam a interesses, valores e padrões de conduta de países ou conjuntos de países onde são elaboradas e para os quais são úteis” (Cervo, 2008a, p.8). Cervo (2008a, p.8), então, advoga pelas possibilidades de superação destes limites através do uso de conceitos nacionais ou regionais, haja vista que os mesmos “expõem as raízes nacionais ou regionais sobre as quais se assentam e se recusam estar investidos de alcance explicativo global”. Os conceitos, diferentemente das teorias, não seriam epistemologicamente agressivos a conhecimentos de outros locais ou épocas, uma vez que abraçam sua contigência intrínseca.

Para Cervo (2008a, p.10), enquanto as teorias disfarçam, sob a alcunha de universalismo, os valores e os padrões de conduta que as mesmas promovem, as mesmas também “descartam interesses, valores e padrões de conduta de outras sociedades”. O desvelar deste disfarce, então, teria levado a uma crise, uma desconfiança teórica, que levantou a questão da conveniência das teorias do centro do capitalismo ou do Primeiro Mundo aos desígnios do Terceiro mundo, da periferia ou dos países emergentes. Colocando o mundo emergente como um contrapoder que tem a capacidade de questionar as “teorias atreladas à ordem

internacional construída desde o centro e para o centro”, Cervo (2008a, p.11) aponta que conceitos baseados na experiência histórica e nos valores destes contrapoderes, podem ser mais objetivos e mais éticos do que as teorias universalistas do centro.

Neste contexto, Cervo (2008a) coloca que a sistematização dos conceitos brasileiros aplicados à inserção internacional do país é uma contribuição intelectual ao estudo das relações internacionais, que se aproxima da teoria por exercer duas funções que a disciplina se atribui historicamente: a explicativa (ao explicar a inserção internacional do Brasil ou, de maneira mais geral, de um país emergente) e a valorativa (ao conter os valores e princípios que a própria inserção internacional do Brasil carrega em si). Mas diferencia-se da teoria por restringir seu alcance às relações internacionais de um determinado país. Assim, Cervo (2008a, p.14) ressalta que a contribuição brasileira é “substantiva pelo lado cognitivo e legítima pelo lado ético”.

São três os segmentos da sociedade brasileira que servem de raízes para os conceitos que o autor almeja construir: os pensadores da nação, de seu destino e de seu lugar no mundo; os pensadores da vida política e da ação diplomática; e o meio acadêmico e os centros de produção científica. Os pensadores de expressão nacional, literatos ou intelectuais da cultura nacional, seriam aqueles que divagam sobre o mundo em que vivemos e que queremos viver, e o lugar do Brasil nesse mundo.

Para Manuel Bonfim, os males da civilização dos trópicos não advêm da raça ou do clima, porém do modelo de inserção internacional. Por que não libertar a América Latina do jugo externo e estimular seu dinamismo, tomando como fatores de propulsão energias próprias? O otimismo de Bonfim inspira os intelectuais dos anos 1920, como Oswald de Andrade, o modernista, e, na década seguinte, Gilberto Freire, o sociólogo, quando o Brasil dava seu salto de modernização. Democracia racial associada à ideologia do trabalho, eis a solução para o dilema não resolvido da mestiçagem, ensina Freire. O nacionalismo de isebianos e dos fundadores da Revista Brasileira de Política Internacional (1958) nada tinha de hobbessiano. Hélio Jaguaribe, Cleantho de Paiva Leite, Afonso Arinos e outros pensadores tomavam consciência do atraso econômico e requeriam a autonomia da política exterior como instrumento necessário de promoção da prosperidade (Cervo, 2008a, p.15).

Seriam estes pensadores que inspirariam quatro vertentes (ou paradigmas) intelectuais e políticas de se pensar e conduzir o Estado brasileiro desde sua independência.

O paradigma liberal-conservador estende-se da Independência a 1930, baseado na apropriação do Liberalismo clássico europeu e responsável por manter o atraso histórico da nação segundo análise estruturalista dos pensadores da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). O desenvolvimentista é destilado do pensamento modernizador de que demos algumas referências e induziu as conquistas do progresso durante sessenta anos. O neoliberal dos anos 1990 representa uma volta ao passado pela subserviência que pratica e, ao mesmo

tempo, um salto para o futuro, quando abre economia e sociedade aos fluxos da globalização. O logístico, enfim, no século XXI, que transfere à sociedade e a seus agentes as responsabilidades do desenvolvimento, sem deixá-los a mercê do mercado porque lhes dá suporte em sua ação externa (Cervo, 2008a, p.16).

Além dos pensadores de expressão nacional, Cervo (2008a, p.16) identifica correntes brasileiras do pensamento político e do pensamento diplomático que envolvem “ideias acerca do modo de conceber o sistema internacional, sua estrutura e funcionamento, a economia internacional, bem como as relações do país com estruturas e conjunturas e com as outras nações”. Dentre estas correntes, ele identifica duas que estariam presentes em diversas vertentes e em distintos períodos da história do Brasil: o pensamento liberal (procura da liberdade comercial e política através de instituições) e o pensamento industrialista (busca da industrialização do país). Ambos ajudaram a construir e colocar em prática os paradigmas supracitados; cada um tendo mais força em determinados momentos da história brasileira.

O meio acadêmico e os centros de pesquisa são aqueles que contribuem para a formação de conceitos aplicados às relações internacionais do país através de sua capacidade moral e crítica de avaliar como os pensadores e dirigentes têm conduzido ou devem conduzir a nação.

A esse terceiro segmento social construtor de conceitos cabe a responsabilidade de avaliar a todos os conceitos, tendo por referência sua capacidade de propulsão ou obstrução do desenvolvimento e do bem-estar da nação, quando postos em prática. Cabe, em especial, desvendar as ciladas das teorias que servem ao desenvolvimento e ao bem-estar alheio e prejudicam o nacional (Cervo, 2008a, p.18).

Em conjunto, estes segmentos produzem conceitos que integram conhecimento, “servindo como amálgama da reflexão que organiza a matéria empírica, base de observação científica da vida política e da realidade econômica, social e histórica” (Cervo, 2008a, p.20). Estes conceitos não somente exprimem reflexões, como também orientam a prática; ou seja, “as diversas áreas da ação externa, seja do Estado, como agente de primeira linha, seja de outros agentes sociais, internos, externos ou conjuntos” (Cervo, 2008a, p.20).

Cervo (2008a) aponta que o estudo da formação dos conceitos aplicáveis ao modelo brasileiro de inserção internacional é composto por quatro características que relacionam-se a sua gênese, seu significado e seu alcance operacional. A primeira é o fato de que os conceitos expressam uma construção social de determinada cultura e ambiente acadêmico. A segunda característica é que os mesmos são, também, uma expressão da historicidade; isto é, “penetram a estrutura profunda das coisas concretas” (Cervo, 2008a, p.23). A terceira é que

os conceitos carregam em si uma mensagem positiva, na medida em que se destinam a expressar valores “que compõem determinado lastro cultural, e inspirar decisões, aquelas que elevam o bem-estar do povo” (Cervo, 2008a, p.23). Por fim, a quarta, de ordem metodológica, coloca que o conceito deve desvendar o novo e constituir um “ponto de ruptura com relação a fenômenos preexistentes ou coexistentes entre os quais se estabelece” (Cervo, 2008a, p.23); espelhando uma nova verdade. Essas características seriam, para Cervo (2008a, p.23), a garantia da “qualidade de conceitos que se propõem exercer as funções explicativa, valorativa e operacional das teorias”. Em resumo, o autor expressa que o conceito “é produto de pensamento alimentado [...] pela base cultural da nação, pela leitura que dirigentes fazem do interesse nacional e pela avaliação crítica das pesquisas” (Cervo, 2008a, p.23).

Na conclusão de seu artigo, Cervo (2008a, p.21) retoma a posição de que é necessário “repensar a função da disciplina de teoria das relações internacionais que ocupa lugar de destaque nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação” em favor de sua substituição pela construção e comparação de conceitos nacionais e regionais. Para o autor, esta mudança reflete a nova configuração de poder mundial, pois traz à tona os valores e padrões de conduta que ascendem juntamente com o mundo emergente.

Contribuir para o fim das teorias de relações internacionais e para sua substituição por conceitos aplicados às relações internacionais propõe-se como caminho para transição do sistema internacional posto a serviço de interesses, valores e padrões de conduta das velhas estruturas do capitalismo para outro que acolha interesses, valores e padrões de conduta dos países emergentes. Propõe-se evolução mental correspondente à evolução material em curso (Cervo, 2008a, p.24).

O artigo de Cervo (2008a), apesar de advogar pela inovação que seu enfoque conceitual poderia trazer às RIs (ao tentar reabilitar saberes subjugados na área), abarca várias semelhanças conceituais com as teorias universalistas que o autor critica. Seu principal argumento, de que conceitos nacionais ou regionais carregam em si expressões da cultura e dos desígnios nacionais, traz também uma operacionalidade prática, ligada à promoção do “interesse nacional”; conceito caro à abordagem realista clássica das RIs. Os construtores dos conceitos nacionais, para o autor, são também aqueles capazes de passar entre as *revolving doors* dos salões acadêmicos e as cozinhas do poder³³, nas quais a orientação da prática política estatal é o fim privilegiado. Não obstante, para além do apelo ético em se pluralizar os saberes da área, Cervo (2008a) justifica sua

³³ Marginalizando, assim, a voz daqueles que não conseguem se representar ou não têm força política para ser representado na política “formal” estatal, como a grande maioria dos grupos indígenas ou de classes sociais menos privilegiadas no Brasil.

posição nas novas configurações ou relações de poder mundiais (nas quais os Estados são as figuras centrais), chamando atenção para a emergência de novos atores. Estes atores, contudo, somente emergem por possuírem condições materiais para sua ascensão; isto é, o critério de relevância na estrutura do ambiente internacional continua sendo o poderio militar e econômico dos Estados, como para os realistas.

O artigo, ainda assim, ultrapassa os limites dos conceitos da abordagem realista. Diferentemente dos Estados que buscam meramente por poder, os Estados emergentes de Cervo (2008a) são contrapoderes que questionam a ordem vigente por questões éticas, pela justiça contida na pluralização dos valores que regem as relações mundiais. A materialidade de seu poder não tem somente o fim de garantir sua sobrevivência ou seu prestígio, mas encerra em si a potência do pleito pela pluralização ou horizontalização de uma ordem hierárquica vertical. As grandes potências emergentes, assim, desafiam (tanto conceitual quanto politicamente) as Grandes Potências e a ordem mundial salvaguardada pelas mesmas.

A despeito da oposição declarada e do objetivo de emancipação da gramática dominante na área, através da criação de uma nova epistemologia, a partir de um lugar de enunciação diferenciado, a partilha de pressupostos da gramática dominante é clara neste artigo de Cervo (2008a) e exemplifica o hibridismo da produção brasileira de RI. Não obstante, a distorção da gramática dominante também é visível no decorrer do artigo, exemplificando a ambivalência de um discurso que ao mesmo tempo que reitera a ontologia realista, corrompe e ressignifica seu original.

4.

As Relações Internacionais na China

Este capítulo procura apresentar o desenvolvimento do entendimento chinês sobre as relações internacionais desde sua formação até os dias atuais. Busca-se identificar os múltiplos aspectos e características do entendimento chinês acerca das RIs, que se desenvolveram no decorrer da história da China. Para tal, subdivide-se este capítulo em quatro partes que tentam compreender o estado da área de RI na China em períodos distintos de seu desenvolvimento e uma quinta parte que procura analisar um artigo de autoria local que aborda as relações internacionais da China e maneiras de interpretá-las. Assim, a primeira parte do capítulo trata dos primórdios dos estudos de RI na China; a segunda parte aborda o período de institucionalização da área de RI na China contemporânea; a terceira parte aborda as principais abordagens, temas e debates da produção teórica da China contemporânea; e, finalmente, a quarta parte analisa o artigo *“International Society as a Process: Institutions, Identities, and China’s Peaceful Rise”* de Qin Yaqing.

4.1.

Primórdios das Relações Internacionais na China

O estudo de RI tem uma história bem recente na China, datando de meados da revolução socialista chinesa, que estabeleceu o novo sistema de governo chinês inspirado em ideais Marxistas – a República Popular da China (RPC), em 1949 (Xinning, 2001; Qin, 2007; Wang, 2009). Os antecedentes do desenvolvimento de uma área autônoma de RI na China, a partir da constituição da RPC, entrelaçam as histórias da Ciência Política e do Marxismo no país; as quais serão brevemente tratadas nesta seção.

A política é uma área do saber desenvolvida na China desde a era imperial, através de tratados e obras individuais que tinham como o propósito estudar a política, a administração estatal e a filosofia política. Esta situação muda, entretanto, quando em meados do século dezenove – com a forçada abertura dos portos chineses na Guerra do Ópio, entre 1840 e 1842–, a China (e,

consequentemente, os entendimentos acerca da Política) entra em contato com bens e ideias estrangeiros; incluindo ideias sobre política e governança. O período final da Dinastia Qing – cuja decadência foi acelerada pela humilhação sofrida pelo país na Guerra do Ópio – é o que mais transparece estas mudanças e presencia a institucionalização do estudo da política na China (Zhao, 1984; Taylor, 2011). É neste momento que o pensamento e as tradições intelectuais vigentes (como o confucionismo) são taxados como causa de um percebido “atraso” (social, político e econômico) em comparação com outras formas de pensar (no caso, aquelas taxadas como “ocidentais”) entendidas como mais “evoluídas”.

Assim, em meados de 1900, é lançado o primeiro livro considerado como fruto da influência da Ciência Política “ocidental” na China, intitulado “*The Study of Politics*”, o qual seria a tradução de uma série de palestras (ministradas em japonês) de um professor alemão que lecionou na Universidade Imperial de Tóquio (Zhao, 1984). Ainda, os primeiros cursos provenientes desta influência da Ciência Política “ocidental” foram oferecidos na Universidade de Pequim, em 1903 (Zhao, 1984; Taylor, 2011).

O momento posterior à revolução republicana de 1911 – a qual desbancou a ditadura de Yuan Shikai, que subiu ao poder com o declínio da Dinastia Qing – foi também marcado “por um desejo de aproveitar o conhecimento e a tecnologia “ocidental” para o propósito de construir a nação” (Taylor, 2011, p.325, tradução própria). Dessa forma, neste período, novas instituições de ensino superior foram construídas e departamentos de Ciência Política – inspirados no modelo estadunidense – foram estabelecidos. De acordo com dados incompletos, se estima que, por volta de 1948, havia algumas quarenta instituições chinesas com departamentos de Ciência Política e especialistas na área. Dentro deste contexto, vários professores chineses de Ciência Política obtiveram seus diplomas em universidades estadunidenses e por lá lecionaram durante parte de suas carreiras acadêmicas. A Associação de Ciência Política Chinesa foi fundada em 1932, também emulando sua contrapartida estadunidense, atuando ativamente na promoção de encontros e convenções nacionais da área, até a década de 1940 (Zhao, 1994; Taylor, 2011).

Todavia, este movimento (de reconstrução da Ciência Política e da própria China) teve sua contrapartida intelectual com a chegada do Marxismo na China. Ainda que se continuasse a entender que havia um “atraso” no país, outras formas de se emancipar desta condição – diferentes da emulação do “Outro ocidental” – foram cogitadas e colocadas em prática. Assim como coloca Fairbank e Goldman (2008, p.267, tradução própria), foi neste mesmo período pós-revolução de 1911,

que “ideias de diversos tipos de socialismo, de emancipação feminina, e de direitos trabalhistas *versus* capitalistas varreram o globo e inundaram a República Chinesa”.

A influência de intelectuais chineses nos afazeres políticos do país aumentou em demasia neste período devido ao incidente de 4 de maio de 1919; o qual resultou em uma força revolucionária estudantil na praça Tiananmen após a cessão das concessões alemãs em Shadong, na China, para mãos japonesas através do Tratado de Versailles. O movimento 4 de maio era liderado por intelectuais que integravam a recente busca por modernização científica e política nacional, o novo patriotismo republicano e um programa anti-imperialista. Foi mais do que nunca neste período que a classe estudantil assumiu a responsabilidade pelo destino da China (Fairbank e Goldman, 2008).

É nesse contexto que a introdução de autores anarquistas (como Proudhon, Bakunin e Kropotkin) nos círculos acadêmicos e sociais chineses colocou em foco os ideais de igualitarismo e de emancipação de exploração familiar e camponesa. Na década de 1920, vários grupos radicais de estudo se encontravam para discutir como reerguer o país; dentre eles, o grupo marxista criado pelo Professor Li Dazhao – um dos principais fundadores do Partido Comunista Chinês (PCC), na Universidade de Beijing. Chen Duxiu, líder do Movimento 4 de Maio, foi também um dos principais formuladores do PCC; assim como Li Dazhao, Chen propagou a teoria Marxista pela China e fortaleceu a vontade de criação de um partido político comunista (Fairbank e Goldman, 2008). “Através de propagandas de jornais, livrarias, traduções, grupos de estudo, e organização trabalhista, o comunismo chinês rapidamente estabeleceu sua identidade organizacional como ‘uma ideologia da ação’” (Fairbank e Goldman, 2008, p.276, tradução própria).

Assim como o Marxismo na Rússia desafiava os escritos originais de Marx (os quais previam que o socialismo alcançaria primeiramente os países industrializados), o Marxismo na China também possuía suas peculiaridades. Apesar de o Marxismo ter entrado na China através de leituras e discussões entre intelectuais e estudantes, a constituição formal do partido foi propiciada, em grande parte, pela atuação de representantes do Comintern (Internacional Comunista), que ajudaram com a organização de reuniões e a propagação dos ideais marxistas nas colônias asiáticas (Fairbank e Goldman, 2008). Esta atuação foi embasada a partir de discussões levadas a cabo por Lenin no seio do Comitê das Questões Nacionais e Coloniais. Nestas discussões, foi desenvolvida a Teoria de Revolução Colonial (largamente baseada na experiência de seu companheiro

Sneevliet na luta socialista pela revolução das colônias holandesas), que advogava pela união temporária do proletariado e de movimentos nacionalistas (mesmo que burgueses) em prol da libertação nacional (Bing, 2009).

A incipiente organização do núcleo do PCC, assim, se deu através da atuação do representante do Comintern, Voitinsky, na China, durante o ano de 1920. Quando da chegada de seu sucessor, o próprio Sneevliet, em 1921, a reunião de fundação do PCC foi rapidamente organizada em Shanghai. Todavia, sua constituição como um partido bolshevik (de inspiração leninista) afastou quase todos os fundadores iniciais do movimento comunista chinês (anarquistas, socialistas e marxistas) (Fairbank e Goldman, 2008). Sua existência foi tolerada pelo Partido Nacionalista (de Sun Yatsen) – que vinha buscando auxílio junto da União Soviética para conseguir reerguer o país – até a subida de Chiang Kaishek ao poder, quando os líderes de esquerda do Partido Nacionalista e os comunistas do PCC foram expulsos e perseguidos. A traição de Chiang com o PCC e a URSS facilitou o reconhecimento internacional de seu governo, mas levou a anos de conflitos internos, que culminaram na revolução comunista de 1949.

Assim como Domingues (2010, p.355) aponta, neste turbulento momento de conflitos internos entre nacionalistas e marxistas na China, o confucionismo perdia cada vez mais seu lugar entre a cultura popular e política chinesa.

Enquanto a luta entre nacionalistas e comunistas atravessava o país, a necessidade de uma ruptura com a tradição intelectual chinesa emergiu, no curso desse processo, como um tema central. [...] Se o Marxismo, o Liberalismo e o nacionalismo disputavam a adesão ideológica dos chineses nessa luta, o confucionismo, tradição com mais de 2000 anos, era o alvo a ser destruído, sendo considerado uma ideologia feudal, e por isso co-responsável pelo atraso que se abatia sobre o país e pela sua sina, contrariando assim a antiga visão de que a civilização chinesa era a mais perfeita do mundo, o seu centro, por outro lado auto-suficiente.

A afiliação e a emulação da Ciência Política estadunidense fez com que a Ciência Política chinesa fosse considerada demasiadamente “burguesa” aos olhos do PCC (Taylor, 2011). O desinteresse da área com os problemas e preocupações chinesas - das publicações na área, poucas lidavam com a política atual da China – aumentavam a suspeita do Partido. Ainda, de um ponto de vista marxista, por não seguir os princípios do materialismo histórico (como o foco nos problemas das relações de produção; da luta de classes, da base e da superestrutura), a Ciência Política na China não conseguia analisar devidamente os fenômenos sociais (Zhao, 1984). Nesse sentido, com o estabelecimento da RPC, em 1949, foram tomadas medidas para a “correção” destes problemas. Houve uma reforma educacional na China, para que pudesse ser seguido o modelo soviético de educação; assim, vários acadêmicos soviéticos foram chamados para lecionar e

modelar o sistema educacional chinês e vários acadêmicos chineses foram enviados para estudar na URSS (Zhao, 1984).

Entre 1949 e 1954, seguindo o exemplo soviético, devido às suas tendências burguesas, a Ciência Política foi banida na China (Baoux, 1984). Seu currículo foi mesclado e moderadamente introduzido em departamentos de Economia, Direito, Política Internacional ou Marxismo (Taylor, 2011). Mesmo que cursos sobre a Constituição Chinesa; Estudos Comparativos de Constituições; Governos Legislativos Ocidentais; História do Pensamento Político Chinês; História do Pensamento Político Ocidental; e Direito Internacional ainda existissem, os mesmos se encontravam dispersos em diversos departamentos das Ciências Sociais (Zhao, 1984).

Enquanto a Ciência Política deixava de ser uma área autônoma do saber na China, as Relações Internacionais ganhavam destaque e prestígio na recém-formada RPC. A próxima seção deste capítulo abordará o início da institucionalização da área de RI na China quando da constituição da RPC.

4.2.

Institucionalização da área de RI pós-estabelecimento da RPC

Após anos turbulentos de guerra civil entre revolucionários e nacionalistas, o novo sistema de governo chinês mudou a vida dos chineses de várias maneiras: a agricultura foi coletivizada, começou-se a industrialização do país e estabeleceram-se novas leis de conduta civil e política. Esta nova realidade se conjugava com a promessa de que o socialismo traria grande paz e desenvolvimento para o povo chinês, tendo Mao Zedong como o líder supremo que guiaria a China neste novo começo (Fairbank e Goldman, 2008). No entanto, ainda que esta liderança fosse progressista, a doutrina do Partido era influenciada por antigas tradições chinesas, como o legalismo e o confucionismo³⁴ mesmo neste momento em que o confucionismo era considerado como a causa do “atraso” chinês (Domingues, 2010).

³⁴ O *legalismo* é uma tradição filosófica chinesa originada no período da Dinastia Zhou, que ganhou destaque no governo autoritário da Dinastia Qin, baseada nos escritos de diversos autores, como Lord Shang e Han Fei Tzu, partia do princípio de que a moralidade humana era adquirida através da imposição de regras governamentais de controle e punição que almejassem a igualdade de todos e o bem comum em geral. Já o *confucionismo* é uma tradição filosófica chinesa baseada nos escritos de Confúcio e de seu discípulo Mencius, na qual o governo está a serviço de todos no intuito de aperfeiçoar-se e aperfeiçoar a seu povo, com base nos valores (moralidade) coletivos e individuais; ao invés da punição, o exemplo benevolente do governante lidera e ordena. Ambas as tradições, mesmo que filosoficamente contrapostas, encontram-se em uso em períodos simultâneos na história da China, apesar de o confucionismo ter maior aceitação atual, como em seu uso contemporâneo como doutrina do PCC (Zhongying, 1991).

Quando a China se estabeleceu como um novo Estado, os governantes procuraram preparar diplomatas e pessoal especializado para buscar o reconhecimento da China no mundo e também para representá-la oficialmente (Wang, 2009). Para entender o ambiente internacional “hostil” que a Guerra Fria implicava para o Estado socialista recém-formado, “na reunião inaugural do Ministério Exterior em 1949, o então primeiro-ministro Zhou Enlai convocou a comunidade epistêmica chinesa para o estabelecimento de uma disciplina de RI” (Geeraerts e Jing, 2001, p.253, tradução própria). Nesse sentido, pode-se entender que, na medida em que o novo Estado surgiu, sentiu-se que a lógica das relações internacionais deveria ser compreendida para que o mesmo pudesse orientar as suas relações diplomáticas. Desta maneira, entre 1953 e 1963, o novo governo montou os primeiros departamentos e institutos relacionados a RI no país. Estes foram o *Foreign Affairs College*, o *Institute of International Politics* e o *Institute of International Relations*. Estas instituições procuravam, principalmente, “satisfazer a necessidade imediata por talentos nos campos de segurança nacional e pública” (Qin, 2007, p.315, tradução própria).

Após este período, entre 1964 e 1979 foram estabelecidos departamentos de política internacional nas três maiores universidades chinesas: Universidade de Beijing, Universidade de Renmin e Universidade de Fudan. Estes departamentos podem ser distintos por áreas de estudo: a Universidade de Beijing se concentraria no estudo de movimentos de libertação nacional; a Universidade de Renmin, no estudo de movimentos comunistas em todo o mundo; e a Universidade de Fudan, no estudo de RI no mundo “ocidental” (Qin, 2007). Esta diferenciação perdura até os dias atuais e segue o foco “geográfico” dos estudos de cada universidade, sendo que a Universidade de Beijing se concentra em estudos asiáticos e latino-americanos; a Universidade de Renmin, em estudos relacionados com a ex-União Soviética e os países da Europa Oriental; e a Universidade de Fudan, nos Estados da Europa Ocidental e da América do Norte (Wang, 2009).

Ao mesmo tempo em que os departamentos de Política Internacional foram estabelecidos nas três principais universidades chinesas, em 1963 houve também a criação de dez institutos de pesquisa que trabalhavam sob o controle de uma série de agências governamentais – como o Ministério das Relações Exteriores e a Agência de Notícias da Nova China –, que tiveram como maiores realizações a publicação de vários textos e periódicos e a tradução de obras de autores

estrangeiros (Xinning, 2001). Estes institutos teriam sido os primeiros *think tanks*³⁵ chineses, alguns deles (como o Instituto Chinês de Estudos Internacionais [CIIS])³⁶ figurando como os mais influentes na formulação da política externa chinesa atual (Bondiguel e Kellner, 2010). Há, dessa forma, uma divisão de trabalho entre as diversas instituições chinesas relacionadas com RI que foram criadas nesse momento, na qual “o sistema universitário focava em educação e pesquisa; os institutos de pesquisa estavam sob o comando de ministérios focados em planejamento de políticas; e a Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS) localizava-se no intermédio” (Wang, 2009, p.105, tradução própria).

Nesse momento de introdução ao estudo de RI, a teorização chinesa no domínio de RI poderia ser entendida como “diretrizes para a ação prática, declarações políticas de regras e princípios a serem seguidos, e estratégias do governo para lidar com o mundo e outros atores” (Qin, 2007, p.318, tradução própria). Os artigos publicados pelos jornais existentes na época eram bastante curtos e se concentravam em temas como “interpretação política, informações contextuais e descrição de eventos atuais” (Qin, 2007, p.318, tradução própria). Nem mesmo os três novos departamentos de Política Internacional tinham “uma orientação disciplinar clara e tinham pouca consciência de desenvolver TRI (Teoria de Relações Internacionais) no sentido de um esquema ou sistema de ideias e declarações tidos como uma explicação ou narrativa de um grupo de fatos ou eventos” (Qin, 2007, p.318-319, tradução própria).

Trabalhando em um Estado de orientação socialista, no qual o Marxismo passa a ter influência não somente na política, mas na vida social e intelectual chinesa, os departamentos de Política Internacional das universidades chinesas buscavam estudar e interpretar os textos clássicos de líderes revolucionários. Neste contexto, o estudo de RI na China se dava da seguinte maneira:

No começo, os estudos de RI chineses focavam, primeiro, na promoção da superioridade do socialismo e na crítica da escuridão do capitalismo, especialmente suas tendências imperiais, e, segundo, na introdução de experiências da URSS e no estudo da história e atualidade do movimento internacional comunista e das revoluções ao redor do mundo. Este segundo foco envolvia a análise dos partidos comunistas em outros países, especialmente suas atitudes em relação à China, e o aprendizado de como desenvolver propaganda e

³⁵ De acordo com Bondiguel e Kellner (2010), existem cinco tipos de think tanks na China: think tanks do governo (China Institute of Contemporary International Relations [CICIR], China Institute of International Studies [CIIS]), think tanks acadêmicos especializados (a Chinese Academy of Social Sciences [CASS] e os muitos institutos de pesquisa sob sua supervisão), think tanks afiliados a universidades, institutos públicos semioficiais (o China Centre for Information Industry Development [CCID], estabelecido pelo Ministério da Informação em 2000, e o China Development Institute [CDI]) e think tanks civis (Unirule Institute of Economics, Friends of the Nature, China Think Tank).

³⁶ O CIIS é o antigo Instituto de Relações Internacionais, montado em 1956. Foi fechado durante a Revolução Cultural e aberto em 1973 com este novo nome.

contatos externos de maneira positiva e respeitosa (Wang, 2009, p.104, tradução própria).

Seguindo essa lógica, os cursos universitários de RI e de Política Internacional “seriam somente para explicar as teorias marxistas de imperialismo, colonialismo, movimentos de libertação nacional, e guerra e paz” (Xinning, 2001, p.63, tradução própria). Os poucos autores “ocidentais” estudados eram analisados para “entender o inimigo ou como alvo de críticas” (Qin, 2007, p.315, tradução própria) e somente “envolviam esforços pelo entendimento dos sistemas políticos ocidentais” (Wang, 2009, p.105, tradução própria), sem uma grande preocupação em conhecer as tradições intelectuais “ocidentais” que se distanciavam do (também “ocidental”) Marxismo.

Segundo Xinning (2001), o interesse chinês no estudo de RI aumentou quando da deterioração das relações entre a China e a União Soviética e da emergência de conflitos entre os dois poderes socialistas, durante a década de 1960. Isto pois, o início da divisão política entre a China e a União Soviética teria feito com que a China buscasse se libertar da influência ideológica e conceitual da URSS (Geeraerts e Jing, 2001). Essa conjuntura fez com que os oficiais chineses se voltassem para o pensamento de que seu país era autossuficiente e que poderia trilhar seu caminho sozinho (Domingues, 2010). Nesse contexto, em 1963, o premier Zhou Enlai mais uma vez evocaria a comunidade intelectual chinesa para fortalecer a pesquisa nacional em temas internacionais, o que resultou na “Decisão de Reforçar a Pesquisa sobre Assuntos Internacionais”, emitida pelo Comitê Central do Partido (Geeraerts e Jing, 2001).

Todavia, mesmo havendo estas divergências entre a China e a União Soviética, o estudo de RI na China continuou sendo influenciado pelo “modelo soviético” e manteve as abordagens marxistas-leninistas. Entre a comunidade chinesa acadêmica de RI, a interpretação de fenômenos através da análise de classe e da teoria da contradição de Mao era muito comum. “Se existia alguma TRI [na China], os acadêmicos chineses baseavam-se no trabalho de russos ou citavam os clássicos do Marxismo-leninismo” (Wang, 2009, p.105, tradução própria).

Muitos estudiosos chineses consideram que este período não representa um momento importante ou relevante para o desenvolvimento acadêmico chinês em RI. Isto se deve ao fato de que estes estudiosos consideram não haver grande preocupação com uma construção teórica própria da área de RI neste período devido à estreita ligação dos intelectuais com a ideologia socialista/marxista do governo e com suas práticas políticas, uma vez que os trabalhos e pesquisas da

época eram feitos como um guia para a política externa do governo. No entanto, esta prática advém de tempos anteriores à entrada do Marxismo na China. O conceito chinês de “teoria” tem sido de construção de conhecimento aplicável para instruir a prática, ou seja, teorias conhecidas como *problem-solving* que seriam usadas pelo governo para gerir as relações externas do país (Geeraerts e Jing, 2001).

A prática da assessoria a príncipes e reis teria vindo da China Antiga, quando “intelectuais errantes” (sendo Confúcio um deles) viajavam ao redor da China para fornecer conselho aos governos. Da mesma forma como faziam outros intelectuais de diferentes lugares e épocas, como Kautilya, na Índia, e Maquiavel, na Itália. Ademais, assim como Hoffmann (1977) apresenta, a academia estadunidense agia de maneira similar durante a Guerra Fria. Como Zhang (2007) coloca, parafraseando Hoffmann (1977), com o Estado recém-criado, os estudiosos chineses de RI estavam ansiosos para fornecer ao seu governo novos conhecimentos aplicáveis sobre o mundo.

Os tomadores de decisão chineses estavam procurando por uma bússola intelectual para guiar sua formulação de política, para justificar suas decisões e racionalizar suas ações. Aquilo que os líderes buscavam os acadêmicos de RI estavam ansiosos para suprir com teorias *problem-solving*. A ascensão e o domínio de teorias *problem-solving* pareciam lógicos. De uma maneira rudimentar, “as trocas entre as cozinhas do poder e os salões acadêmicos” (Hoffmann, 1995: 226) começaram a ter forma na China (Zhang, 2007, p.8-9, tradução própria).

Os estudiosos e pesquisadores chineses passaram a se preocupar mais com reflexão teórica “pura” na área de RI somente após o encontro com o conceito “ocidental” (ou positivista³⁷) de teoria. No entanto, este encontro tem criado muitos debates dentro da academia chinesa, os quais serão tratados nas seções seguintes deste capítulo. É importante ressaltar, todavia, que este período marcou as bases institucionais do pensamento chinês contemporâneo em RI e as abordagens teóricas deste tempo estão profundamente enraizadas na academia chinesa, assim como nas formas contemporâneas de vida e de governo chinesas que se apresentam como um hibridismo entre tradições antigas da China e o imaginário socialista/marxista.

A evolução política e econômica da sociedade chinesa influenciou grandemente em como os intelectuais chineses refletem sobre o internacional, sejam estes acadêmicos ou pensadores ligados ao governo. Se o estabelecimento do Estado socialista foi um marco para o início do pensamento contemporâneo

³⁷ Este conceito se relacionaria com a ideia de uma ciência universal, desprovida de interesses normativos. Novamente, cabe ressaltar que nem todos os autores “ocidentais” se utilizam deste conceito, isto pode ser argumentado tanto atualmente, com o interesse acadêmico em teorias normativas, quanto na própria tradição intelectual “ocidental”, exemplificada por Maquiavel.

chinês sobre o internacional, sua mudança para uma economia orientada pelo mercado criou inflexões enormes no desenvolvimento desse pensamento, alterando as relações internas da sociedade chinesa e suas relações com o mundo ao seu redor.

A origem dessa alteração pode ser encontrada na Revolução Cultural, iniciada em 1966, que freou completamente o processo de ensino e pesquisa na área de RI na China (Xinning, 2001). Não obstante, foi um movimento de parada de quase toda a vida acadêmica na China pela grande agitação política e social ocorrida em todo o país. Isto se deu em virtude das dificuldades econômicas causadas pelas falhas em tentar colocar em prática na realidade chinesa o modelo soviético de desenvolvimento,³⁸ sob a orientação de Mao³⁹; o que gerou dissidência entre alguns setores da política, dos militares, dos acadêmicos e da imprensa chinesa. A crítica desses setores foi tomada por Mao e seus seguidores como movimentos revisionistas e direitistas que deveriam ser perseguidos. Esta convulsão política e social terminou oficialmente em abril de 1969, mas várias formas de terrorismo continuaram até a morte de Mao, em 1976, e a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, em 1978 (Fairbank e Goldman, 2008).

Somente após o fim da Revolução Cultural o estudo de RI na China entrou em uma nova fase, na qual houve a restauração e a ampliação das instituições de RI e também o crescimento da produção de textos acadêmicos e periódicos. Esta nova fase de desenvolvimento da academia chinesa de RI foi criada com a decisão do Partido Comunista Chinês para reformar todo o sistema de ensino superior, na década de 1980, seguindo as políticas de Deng Xiaoping de abertura e reforma (Xinning, 2001). Essas políticas buscaram revitalizar as instituições econômicas e políticas do governo chinês em uma tentativa de trazer mais desenvolvimento e bem-estar à população chinesa e também para garantir o poder do partido governante, após um período tão turbulento e incerto da história chinesa (Fairbank e Goldman, 2008).

Mais uma vez, a China se via em “atraso” em relação ao desenvolvimento (social e científico) do “ocidente”, considerado, em alguns aspectos, como exemplo de “evolução”. A concepção da “evolução” do Outro “ocidental”, neste caso, não advém de um ato de força colonial, mas da percepção de que o modelo de desenvolvimento (principalmente científico) poderia ajudar a alcançar os ideais

³⁸ Este modelo consistia em estabelecer uma economia planificada, coletivizar a agricultura e dar ênfase à indústria pesada (Wu, 2005).

³⁹ O plano do “Grande Salto para a Frente” de Mao, dos anos 1950, acabou sendo um desastre e não conseguiu superar a baixa produção agrícola chinesa nem o seu fraco desenvolvimento industrial (Fairbank e Goldman, 2008).

de bem-estar do país. Tentou-se, então, promover o aprimoramento científico da China através de incentivo governamental. Neste contexto, “em um discurso em 1979, Deng Xiaoping admitiu que a ciência política, o direito, a sociologia e a política mundial têm sido ignoradas nos últimos anos” (Geeraerts e Jing, 2001, p.254, tradução própria). Dessa forma, na medida em que “o governo chinês se esforçou para fazer sua política ‘mais científica’” (Zhang, 2007, p.6, tradução própria), a Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS) instituiu-se, no ano de 1977, como uma organização de pesquisa acadêmica para as áreas das Ciências Sociais e da Filosofia e também como um centro nacional de estudos.⁴⁰ Portanto, pode-se dizer que, juntamente com a política de reforma da economia socialista e a abertura da sociedade chinesa para o mundo, havia também a preocupação com a modernização do país através do desenvolvimento científico.

Além da reformulação dos institutos de pesquisa e de ensino de RI, este novo impulso acadêmico também contribuiu para a introdução de um curso obrigatório para todos os estudantes universitários na China chamado Política Mundial, Economia e Relações Internacionais Contemporâneas. No entanto, apesar de cerca de uma centena de livros terem sido publicados para os alunos deste novo curso, a maioria dessas publicações foram “copiadas umas das outras e não são consideradas como trabalhos teóricos pelos acadêmicos chineses em universidades e instituições importantes” (Xinning, 2001, p.63, tradução própria).

Durante a década de 1980, foi criada a Associação Nacional de História das Relações Internacionais, a primeira associação nacional acadêmica focada diretamente na área de RI. Em 1999, a associação mudou seu nome para Associação Nacional Chinesa de Estudos Internacionais (CNAIS), de modo que a mesma poderia trabalhar com uma gama mais ampla de temas relacionados com RI. Atualmente, a CNAIS inclui todas as grandes instituições de RI da China, contando com 68 instituições membros (Qin, 2007, p.316). Além desta realização, durante o período de abertura de Deng, houve o surgimento e o aumento da importância de periódicos chineses como *China International Studies*, *Europe* (agora *European Studies*), *American Studies Quarterly* e *Contemporary IR* (Wang, 2009, p.105).

Nesse contexto de institucionalização e desenvolvimento da produção acadêmica chinesa de RI, a política de abertura e reforma também proporcionou o encontro dos pensadores chineses com autores “ocidentais” para além do

⁴⁰ O Bureau of International Cooperation, Hongkong, Maco and Taiwan Academic Affairs Office, Chinese Academy of Social Sciences, desenvolvido pela CASS, 2003, apresenta informações sobre a CASS. Disponível em: <<http://bic.cass.cn/english/>>. Acesso em: 9 ago. 2010.

Marxismo. Durante esse período, a China se abriu ao mundo exterior, revertendo a “insistência de Mao na independência e representando um recuo da antiga noção da China como ‘centro do universo’, que, como o imperador Ch’ien-lung disse ao conde de Macartney, em 1793, ‘possui todas as coisas em abundância prolífica’” (Karnow, 1979, tradução própria). Ou seja, a China não apenas se abriu para as relações econômicas e políticas com o mundo exterior, adotando novas formas de conduzir sua própria sociedade (isto é, as práticas do capitalismo), mas também se encontrou, novamente, com demais aspectos da cultura “ocidental” e sua tradição intelectual.

Após muitos anos de isolamento, a comunidade acadêmica chinesa estava “ávida” pelo conhecimento produzido no “ocidente”. Assim, aqueles que eram proficientes na língua inglesa ou procuravam por aperfeiçoamento acadêmico nos EUA – após o estabelecimento formal de relações diplomáticas da China com os Estados Unidos, em 1979 – eram convidados para atuar como professores visitantes por lá. Quando de seu retorno à China, “estes acadêmicos tiveram um papel de liderança, publicando traduções de materiais estadunidenses ou livros e artigos baseados em materiais de língua inglesa” (Wang, 2009, p.106, tradução própria). No início deste movimento,

[...] os livros didáticos escritos por chineses neste período subscreviam à liderança do Marxismo e do maoísmo na política internacional. A introdução de RI ocidental sempre foi deixada como último capítulo de livros ou como um suplemento. As edições publicadas nos anos 1990 continham algumas revisões marcantes. Apesar do Marxismo ainda ter prioridade – algo que sempre foi mencionado no prefácio ou no primeiro capítulo –, não mais detinha tanta atenção (Geeraerts e Jing, 2001, p. 255, tradução própria).

Neste contexto, não somente os chineses estavam entusiasmados com a abertura de seu país. A comunidade acadêmica de RI e diversas fundações estadunidenses começaram a investir na promoção do estudo de RI na China durante o período de abertura e reforma. Este investimento foi direcionado para a promoção de cursos, seminários e palestras em estudos internacionais, metodologia e técnicas de pesquisa e programas de intercâmbio de acadêmicos entre a China e os EUA através de institutos,⁴¹ fundações⁴² e programas de intercâmbio⁴³ (Zhang, 2000). Neste contexto, “muitos estudantes e acadêmicos chineses fizeram intercâmbios acadêmicos e centenas de intelectuais ocidentais

⁴¹ O autor nomeia como exemplo o Committee on IR Studies with the People’s Republic of China (CIRSPRC) (Zhang, 2000), conhecido agora com o nome de Program for International Studies in Asia (PISA). Disponível em: <http://www.gwu.edu/~pisa/index.cfm> Acesso em: 31 ago. 2011.

⁴² Assim como a National Science Foundation, a Ford Foundation, a Asia Foundation, a Luce Foundation e a MacArthur Foundation (Zhang, 2000).

⁴³ Assim como a Fulbright Commission (Zhang, 2000).

foram ensinar RI em universidades chinesas” (Xinning, 2001, p.62, tradução própria).

Nesse sentido, a abertura da China levou à sua maior integração com o “mundo exterior”. Este movimento fez com que fosse tomado o lugar do pensamento de Mao sobre a guerra e a revolução constantes como os principais temas de discussão na China, sendo estes substituídos pelo pensamento mais positivo de Deng sobre a ordem internacional, que focava no desenvolvimento e na cooperação internacional (Wang, 2009; Geeraerts e Jing, 2001). Portanto, a ênfase anterior em imperialismo, movimentos de libertação nacional, solidariedade internacional e os princípios de coexistência pacífica foi substituída por temas de interdependência, cooperação internacional, estratégia diplomática e elementos culturais na agenda de pesquisa de RI chinesas (Geeraerts e Jing, 2001).

A partir do encontro da comunidade acadêmica chinesa com a produção de demais acadêmicos “ocidentais”, passou-se a surgir, na China, uma visão romântica destes pensadores “ocidentais”. O uso de seus conceitos e teorias passa a suplantiar as abordagens marxistas ou tradicionais da Ciência Política chinesa. Assim como coloca Wang (2009, p.105, tradução própria), a academia chinesa de RI perde a “consideração por perspectivas e ideias chinesas”. A influência das teorias “ocidentais”, especialmente da academia estadunidense, começa, então a moldar o “caráter do estudo de RI chinês” (Wang, 2009, p.105, tradução própria). Desde 1979, têm sido feitos esforços para traduzir a literatura “ocidental” em RI na China, na qual há o predomínio da literatura realista, que tem proeminência no discurso de RI na China. Assim como Qin (2007) afirma, antes do fim da Guerra Fria, a comunidade acadêmica chinesa estava “inclinando-se para o equívoco de que Realismo era TRI” (Qin, 2007, p.316-317, tradução própria). Contudo, após esse período, foram feitos esforços para introduzir novas traduções de diferentes abordagens teóricas na China – ainda dentro da produção acadêmica estadunidense –, tais como o Liberalismo e o construtivismo (Qin, 2007).

A partir deste diagnóstico, Zhang (2007, p.9, tradução própria) – parafraseando Wæver (1998) – vai argumentar que “os acadêmicos chineses, assim como seus homólogos em outras comunidades de RI, também ‘seguem os debates estadunidenses e ensinam teorias estadunidenses’”. É importante ressaltar, contudo, que isto ocorre em um momento em que os Estados Unidos são percebidos pela China como exemplo de avanço científico, modelo a ser perseguido. Ademais, essa percepção é inflada pelo deliberado apoio dos EUA na

promoção de sua academia na China através de bolsas de estudo, de intercâmbios, de constituição de cursos e programas de ensino etc.

No entanto, ao mesmo tempo em que começa a existir o sentimento de que a única maneira de se “falar e fazer RI” é a estadunidense, essa conjuntura também propiciou o movimento contrário. Alguns estudiosos chineses passaram a procurar um pensamento independente, fora da influência “ocidental” e dentro da realidade e das tradições chinesas. Após o discurso de Deng, que abordou a nova condução política e econômica do país, esses intelectuais começaram a almejar por produzir RI com *características chinesas*. Não obstante, a enorme quantidade de peso político que a expressão *características chinesas* carregava levantou suspeitas internas entre os estudiosos chineses “iluminados pelo Ocidente”, que pensavam se essa seria outra maneira de continuar fazendo RI sob a ideologia marxista/socialista⁴⁴ do Partido para dirigir a condução da política externa chinesa. (Geeraerts e Jing, 2001; Xinning, 2001). Mesmo que essa discussão esteja presente desde 1987, quando a primeira conferência sobre o assunto foi realizada em Xangai (Geeraerts e Jing, 2001), este debate será avaliado na próxima seção, que lida com o atual desenvolvimento do pensamento chinês de RI.

É importante ressaltar aqui que, durante esse período de abertura e reforma, mesmo que o Marxismo tenha perdido influência entre a sociedade e os intelectuais chineses, o mesmo continuou a ser a chave para a legitimidade do Partido, sendo “a justificação para o seu domínio incontestado em todas as esferas sociais” (Domingues, 2010, p.356). Portanto, a sociedade chinesa contava agora com três grandes influências culturais: o Marxismo na vida política (que estendeu a sua autoridade em muitas rotinas diárias e práticas), o Capitalismo (em muitas práticas e leis dentro da vida econômica) e tradições antigas chinesas (como o Confucionismo e suas variações).

4.3.

Temas, Abordagens e Debates Contemporâneos

De acordo com Geeraerts e Jing (2001) e Wang (2003), o fim da Guerra Fria foi outro ponto de inflexão no pensamento chinês, diminuindo o peso que a grande divisão do mundo entre capitalismo/socialismo colocava no ombro da

⁴⁴ É interessante notar que o Marxismo é também uma tradição intelectual “ocidental”, mas, neste contexto, o Ocidente passa a ser representado por uma tradição de *statecraft* realista ou liberal democrata.

China. Nesse contexto, durante um breve período de isolamento do “ocidente” devido a questões de Direitos Humanos,⁴⁵ a China virou-se para seus vizinhos, para o comércio e tornou-se menos dependente dos países “ocidentais”. Já no início da década de 1990, a China resolveu a maioria de seus problemas com o “ocidente”, mas os laços regionais foram fortemente reforçados e as suas relações diplomáticas com os países da ex-URSS também foram normalizadas (Goodman, 1994; Roberts, 2006; Fairbank e Goldman, 2008).

A “leveza” trazida pelo fim da bipolaridade deu mais liberdade para os pensadores chineses buscarem diferentes e inovadoras agendas de pesquisa e utilizar novas abordagens teóricas. Como Wang (2003, p.6, tradução própria) afirma:

De um modo geral, um ar de otimismo cauteloso caracterizou este período de pensamento oficial e acadêmico sobre RI, apesar dos contratempos, como a crise financeira asiática, testes nucleares no sul da Ásia, as tendências pró-independências de Taiwan e o fortalecimento da aliança de segurança entre EUA-Japão. Os estudos de RI tornaram-se crescentemente consolidados, diversificados e pluralizados.

Após o período de reprodução e emulação da academia estadunidense, houve a introdução de outras teorias de RI na China, como a Escola Inglesa,⁴⁶ a Escola de Copenhague, a Teoria da Dependência e os estudos australianos de RI. Assim, teria ocorrido uma mudança na produção acadêmica chinesa a partir da qual esta teria passado de um período de aprendizagem e cópia – durante a década de 1980 – a um de resposta mais autônoma ao estímulo proveniente do mundo exterior – na década de 1990. Neste momento, a comunidade acadêmica chinesa continuou a utilizar teorias “ocidentais” na China; no entanto, começou-se a ter uma interpretação mais crítica em relação às mesmas. “Reflexões críticas sobre as teorias existentes emergiram como o formato-chave para o trabalho em RI na China, com menor ênfase dada à aplicação ou desenvolvimento teórico” (Wang, 2009:107, tradução própria).

Juntamente com as traduções dessas novas abordagens teóricas, também houve um *boom* de publicações que não somente introduziam as teorias do exterior, mas também faziam críticas e revisões acerca das mesmas.

⁴⁵ Sendo que o episódio mais conhecido são as manifestações da Tiananman Square, em 1989.

⁴⁶ A introdução da Escola Inglesa, ou RI com características inglesas, como os acadêmicos chineses a nomearam quando de seu o encontro inicial com a Escola Inglesa, no final da década de 1980 e durante os anos 1990, é detalhado por Zhang (2000). O autor expressa que a Escola Inglesa representou um ponto de inflexão na academia chinesa, uma vez que a mesma apresentou para os chineses que havia maneiras de produzir conhecimentos em RI diferentes dos que eram produzidos pela academia estadunidense.

De fato, no final dos anos 1980, a comunidade chinesa de RI começou a entender que teoria não são somente diretrizes para formulação política, mas também perspectivas com as quais se observa o mundo de RI, hipóteses com que se testam abstrações do mundo de RI, e generalizações através das quais se entende o mundo de RI (Qin, 2007, p.319, tradução própria).

Nesse sentido, o encontro da China com o “resto do ‘ocidente’” trouxe novas perspectivas para seus pensadores e sua academia no que se refere a teorias de RI e também à produção de conhecimento científico. A perspectiva chinesa sobre a teorização em RI foi ampliada e surgiu mais espaço para a abstração e produção teórica baseadas em reflexões sobre o mundo contemporâneo e em escavações do pensamento político tradicional chinês.

Esse encontro ocorreu junto com o movimento da China de integrar-se ainda mais no jogo político e econômico internacional. Desde meados da década de 1990, a China vem se tornando mais e mais integrada com o sistema internacional, tanto política quanto economicamente. A China tem apostado em abordagens bilaterais e multilaterais para tratar de questões de segurança, economia e desenvolvimento em organizações e fóruns intergovernamentais e não-governamentais. Seguindo esse movimento, sua política externa tornou-se mais institucionalizada e mais eficiente na consecução dos objetivos do país (Medeiros e Fravel, 2003). Em muitas declarações oficiais, essas mudanças foram atribuídas à nova visão de mundo do país e à nova compreensão de seu lugar e das suas responsabilidades dentro da ordem internacional.⁴⁷ A China já chamou a atenção para seu caminho de desenvolvimento pacífico⁴⁸ e seu papel na manutenção da paz e na estabilidade mundiais com base na sua história de relações regionais e tradições teóricas.

Portanto, na medida em que a China se tornou mais envolvida e integrada com o mundo globalizado – participando da “sociedade internacional” e tendo um papel mais importante nos assuntos mundiais –, o interesse no estudo de RI cresceu grandemente no país. Dessa forma, entrando na década de 2000, os “interesses chineses em RI são guiados por questões que uma China globalizada enfrenta”, e esses interesses estariam em sincronia com os de outras academias de RI (Wang, 2009, p.107, tradução própria). Wang (2009) apresenta as tradições teóricas e temas que estão sendo abordados pela academia chinesa:

Os acadêmicos chineses aplicam e avaliam inúmeras tradições teóricas, incluindo Realismo estrutural, Liberalismo institucionalista, construtivismo, feminismo e pós-modernismo. Eles abordam uma ampla gama de temas associados com estudos

⁴⁷ Ver, por exemplo, o China's National Defense in 1998 (China, 1998), que argumenta que “os fatos mostram que a China é uma potência responsável e uma força firme que salvaguarda a paz e estabilidade mundial”.

⁴⁸ Ver China (2005).

de segurança, economia política internacional, diplomacia (política externa), tomada de decisão, cultura e identidade, meio ambiente, direito/organizações/governança internacional, nacionalismo e religião em RI (Wang, 2009, p.107, tradução própria).

Atualmente, a academia chinesa de RI tem se destacado por seus grandes números. “A China pode, hoje, vangloriar-se por ter uma das maiores comunidades epistêmicas de RI no mundo em termos de números de estudantes, faculdades, centros de pesquisa, analistas e praticantes políticos” (Zhang, 2002, p.101, tradução própria). Dados estatísticos da CNAIS, em 2006, demonstram a atual amplitude da comunidade acadêmica de RI na China: “dentre as universidades chinesas e os institutos de pesquisa, há 36 escolas de RI nas universidades, 54 programas de bacharelado ou mestrado, e 29 programas de doutorado em RI” (Qin, 2007, p.315, tradução própria).

Como introduzido na seção anterior, vem acontecendo um grande debate entre os estudiosos chineses sobre construir ou não uma escola chinesa de RI. Os estudiosos chineses estão buscando as razões pelas quais não há uma escola chinesa de RI, envolvendo-se em debates histórico-culturais e metateóricos (Geeraerts e Jing, 2001; Xinning, 2001; Qin, 2007; Wang, 2009; Ren, 2008). Não somente a academia chinesa de RI tem se envolvido nesta busca, mas há também um movimento dentro das Ciências Sociais chinesas por uma maior indigenização (no mandarim, *bentuhua*) do conhecimento. Este movimento pode ser demonstrado pela declaração de Deng Zhenglai de que os acadêmicos chineses devem “largar a perspectiva ocidental trazida pela ‘ocidentalização’ para que possam recuperar ou redescobrir a ‘China’ e a criar sua própria imagem da ordem social” (*apud* Alpermann, 2009, p.344, tradução própria). No caso de RI, este debate

[...] tem focado em temas que abrangem se teoria é sempre universal ou pode ser enraizada na história ou memória coletiva de um povo, se uma escola chinesa ou TRI com características chinesas seriam capazes de emergir e evoluir, e se o método positivista deveria ser o método de pesquisa em RI. Mais recentemente, discussões profundas sobre a visão de mundo chinesa têm sido conduzidas (Qin, 2007, p.321, tradução própria).

Dentro desse debate, quatro posições principais podem ser identificadas. A primeira seria daqueles que acreditam que a tradição Marxista/Socialista deva ser o princípio orientador de uma abordagem chinesa para RI, seguindo a ênfase política do Partido e da Constituição chinesa que estipulam que o Marxismo deve ser a referência para ação em todas as esferas sociais na China (Geeraerts e Jing, 2001). Estes acadêmicos, assim, se colocam como oponentes ou adversários da academia estadunidense (ou da intelectualidade “ocidental”). Os mesmos não

reconhecem, contudo, que partilham pressupostos com a gramática dominante (como o próprio Marxismo partilha com a filosofia moderna anglo-europeia). Ao mesmo tempo, estes académicos alteram ambas as gramáticas, dominante e marxista, na medida em que buscam uma abordagem a partir da China. Portanto, não possuem consciência da sua própria imersão e sutil modificação da gramática dominante.

A segunda posição diz respeito à atual posição da China na escala global de desenvolvimento e sua cota de poder no mundo, defendendo que o seu estatuto de grande potência também lhe dá o direito de sistematizar a sua compreensão da política mundial, como outras grandes potências fizeram (Geeraerts e Jing, 2001). Esta posição se coloca como adversária da gramática dominante, mas assim o faz por perceber uma fratura no discurso desta gramática. Se o poder é aquilo que permite sua voz ser escutada ou silenciada, o aumento de poder da China na atualidade a permitiria criar uma abordagem chinesa para as RIs. Esta estratégia discursiva, assim, tenta revirar a gramática dominante contra si mesma; produzindo algo que parte dos mesmos pressupostos, mas que alcança um resultado inesperado.

A terceira posição é a de estudiosos que tomam o conceito “ocidental” de teoria universal e renegam todo tipo de tentativa de construir uma escola chinesa de RI ou RI com *características chinesas*⁴⁹ (Geeraerts e Jing, 2001). Esta posição reclama para si sua posição de participante numa produção global de conhecimento na área; isto é, busca por um diálogo com a ortodoxia da área. A despeito de sua negação à possibilidade de uma abordagem chinesa para as RIs, estes académicos possuem interesse primário em entender e analisar a China no ambiente internacional, a partir da gramática dominante. Assim, não possuem consciência da sutil subversão que provocam ao partir de suas experiências para entender o internacional dentro do *framework* da ortodoxia.

A última posição seria a de estudiosos tentando reavaliar o pensamento chinês tradicional (Confúcio, Mêncio e a história antiga chinesa, como o período dos Estados Guerreiros e o Sistema Tianxia) na busca de semelhanças e diferenças entre o pensamento filosófico de chineses e “ocidentais” e na procura do impacto das tradições chinesas no comportamento da China e no seu pensamento (Xinning, 2001; Geeraerts e Jing, 2001). Esta posição não se coloca em oposição à gramática dominante, mas busca o diálogo com a mesma, através

⁴⁹ Geeraerts e Jing (2001) argumentam que académicos mais novos, que estudaram em universidades ocidentais (especialmente nos EUA), são mais receptivos a esta posição, enquanto estudiosos mais velhos se aproximam mais da primeira.

de abordagens alternativas (baseadas na experiência chinesa), que podem alterar e retornar o discurso dominante de maneiras inesperadas.

As publicações chinesas em torno da busca por inovação teórica na área de RI têm se concentrado em três categorias: 1) princípios básicos de relações entre Estados (desenvolvidos a partir da análise da formação e interação de estados na história da China entre os períodos de “Primavera e Outono” – 770 a 476 a.C. – e “Estados Guerreiros” – 475-221 a.C.); 2) ideias relacionadas à estrutura do sistema internacional; e 3) conceitos visionários de política global (ambas categorias são embasadas em teorias normativas de política mundial aferidas a partir da análise de pensadores tradicionais chineses) (Noesselt, 2012). A academia chinesa de RI, nesse sentido, argumenta que a visão dos estudiosos chineses (não-europeus e não-ocidentais) pode ser uma grande contribuição para transformar RI em uma disciplina mais internacional e que compreende o internacional de uma forma mais ampla (Zhang, 2002).

Embora não haja uma escola chinesa de RI ou ainda não haja uma teorização sistemática na área, os acadêmicos chineses argumentam que há um discurso teórico frutífero acerca de RI na China. Este discurso “reflete, em algum sentido, o pensamento diplomático chinês, e implícita ou explicitamente afeta a formulação de sua política externa” (Ren, 2010, p.100, tradução própria). Neste discurso, pode-se observar que os pontos de vista chineses sobre a ordem internacional e sobre as oportunidades para o engajamento ou desengajamento com o sistema internacional mudaram ao longo dos anos devido a várias razões, “algumas vezes porque a liderança mudou, outras vezes devido a uma alteração no ambiente internacional, e algumas vezes ainda porque o pensamento dos líderes mudou em relação ao ambiente internacional, mesmo que o mesmo não tenha mudado muito” (Ren, 2010, p.115, tradução própria).

Apesar do financiamento governamental para as universidades chinesas ter aumentado nos últimos anos, sua proporção entre a arrecadação de fundos das universidades decresceu em quase 50% entre 1996 e 2005. Esta diversificação na arrecadação de recursos junto às recentes reformas no sistema universitário (que permitiram que as universidades escolhessem os critérios de contratação e de remuneração dos professores) diminuiu a dependência das universidades em relação ao governo. Não obstante, a influência governamental ainda persiste uma vez que cada universidade chinesa está sob a supervisão de um secretário do Partido que pode penalizar os professores que se afastam demais das diretrizes do Partido (Kriestensen e Nielsen, 2013).

O governo chinês dá indicações de que abraçou o projeto de construção de uma Escola Chinesa de RI. Em 2009, Qiu Yuanping – vice-diretor do *Foreign Office of the Chinese Communist Party Central Committee* – declarou que, “como uma potência emergente, é inaceitável que a China não tenha sua própria teoria” (*apud* Chou, 2011). Todavia, o trabalho dos intelectuais que procuram escavar o pensamento e a história tradicional da China não está em completo acordo com o discurso e as ações do Estado chinês. Ao analisar a atuação internacional da China atual – tendo como base seu trabalho sobre o pensamento político tradicional chinês –, Yan⁵⁰ (2011) considera que a ênfase em conseguir poder material, que o país tem tido desde o período da reforma, pode trazer duras consequências para a China: perda de alianças e conquistas no cenário internacional. Somente com uma *governança humana*,⁵¹ baseada em preceitos morais (incluindo, nesse sentido, um sistema democrático de governo), a China poderia ser considerada uma autoridade global legítima (Yan, 2011 *apud* Chou, 2011).

Motivado pela percepção da discrepância entre o discurso e as práticas chinesas,⁵² Buzan (2010) sublinhou que os estudiosos e os líderes chineses têm ainda um longo caminho a percorrer para esclarecer o entendimento chinês de seu lugar no mundo e como os mesmos veem a ordem internacional. Portanto, o autor argumenta que, apesar de a China ter reivindicado o seu caminho pacífico para o desenvolvimento e sua integração harmoniosa com a sociedade internacional, seu discurso não está claro para o resto do mundo, e que elucidar esta questão “[deveria] ser prioridade para aqueles que procuram desenvolver uma ‘Escola Chinesa de RI’” (Buzan, 2010, p.29). Todavia, apesar de alguns intelectuais chineses se proporem a explicar o comportamento político de seu Estado, nem todos procuram elucidar as ações governamentais através de uma teoria nativa de RI – como demonstrado pelo trabalho de Yan (2011), que propõe novas vias ação para o governo, ao invés de tentar esclarecer ou apoiar seu comportamento atual. Fica latente, contudo, o silêncio dentro da área de RI sobre

⁵⁰ Apesar de Yan ser um autor reconhecido na China como precursor da Escola de Tsinghua – voltada para o estudo de pensadores chineses tradicionais –, o mesmo se denomina como um realista clássico em grande débito ao trabalho de Morgenthau (Yan, 2012).

⁵¹ Para o autor, uma ordem global equilibrada deve possuir, simultaneamente, uma autoridade hegemônica (material) e humana (ideacional).

⁵² A partir de uma análise de orientação da Escola Inglesa de RI, Buzan (2010) ressalta a posição ambígua que a China tem demonstrado em seu relacionamento com o resto do mundo, tendo concordado com algumas das instituições da sociedade internacional atual – assim como tendo se engajado na ordem econômica liberal –, mas não todas, como pode ser percebido na manutenção de um Estado não democrático e autoritário.

questões como a do Tibet ou de outras minorias que viveram e vivem no território que hoje chamamos de China.

A próxima seção deste capítulo analisará, com mais detalhes, o trabalho de dois acadêmicos chineses que abordam, mais especificamente, as relações internacionais da China e maneiras variadas de interpretá-las. Esta seção, em conjunto com a historiografia delineada nas seções anteriores, almeja elucidar o argumento central da dissertação; isto é, que os saberes sobre as RIs produzidos globalmente são fruto dos relacionamentos históricos que os proporcionaram e, portanto, híbridos – indo além do nativismo (ou essencialismo) completo ou da sujeição total ao estrangeiro.

4.4.

Análise de Artigos

Nesta seção do capítulo, será analisado um artigo escrito por um acadêmico chinês de Relações Internacionais, a saber: Qin Yaqing. Qin é Vice-Presidente Executivo e Professor de Estudos Internacionais da *China Foreign Affairs University*; Vice-Presidente da *China National Association for International Studies*; e Coordenador da *China Network of East Asia Think Tanks* (NEAT). Doutor e Mestre em Ciência Política, pela *University of Missouri* (EUA), treinado em Economia Internacional, pela *Antwerp University* (Bélgica). Assim, Qin é um acadêmico que transita entre a academia e os *think tanks* chineses.

Qin formou-se em Línguas durante sua graduação na China, mas durante sua formação em Ciência Política nos EUA, ganhou grande interesse em RI – principalmente pelo Realismo estrutural de Waltz. Sua experiência no processo de integração no sudeste asiático (participando do NEAT) grandemente alterou seu foco teórico de um Realismo estrutural (que, para Qin não se relacionava à realidade da integração asiática) para sua ênfase nos processos e na relacionalidade (Qin, 2011). O artigo de Qin a ser analisado, “*International Society as a Process: Institutions, Identities, and China’s Peaceful Rise*”, foi publicado em 2010, pelo periódico “*Chinese Journal of International Politics*”⁵³.

O artigo de Qin (2010) é uma resposta direta ao já mencionado artigo de Buzan (2010). Qin (2010) propõe-se a debater as diferenças de interpretação do

⁵³ O *Chinese Journal of International Politics* (CJIP) foi fundado em 2005 pelo Institute of International Studies da Tsinghua University e é publicado pela Oxford University Press. O CJIP foi um dos primeiros periódicos chineses a ser publicado em inglês e, desde seu surgimento, possui financiamento da John D. and Catherine T. MacArthur Foundation (Yan, 2010).

relacionamento entre a China e a Sociedade Internacional proporcionadas pelas lentes da Escola Inglesa e da Dialética Chinesa; de maneira a apresentar como duas perspectivas divergentes sobre a Sociedade Internacional visualizam possibilidades distintas de ação e interação da China para com a SI. De acordo com Qin (2010, p.132, tradução própria), a Escola Inglesa entende a Sociedade Internacional como uma entidade independente – isto é, um sujeito estável e bem delimitado –, nascida em um ambiente sócio-cultural particular – a Europa ou o Ocidente –, que se expande pelo mundo enquanto cresce – tornando suas instituições mais fortes e mais abrangentes.

Subjacente a esta abordagem, estariam duas características presentes na tradição do pensamento “ocidental”: o modo de pensar taxonômico (foco nas características naturais e imutáveis - físicas ou sociais – que diferenciam objetos e/ou sujeitos) e a dialética conflitual (entendimento de que o relacionamento entre dois objetos distintos é conflituoso, contraditório e confrontacional; uma vez que suas naturezas distintas e imutáveis nunca permitirão que um se reconheça no outro). Neste contexto, Qin (2010) coloca que, partindo destas características, a Escola Inglesa concebe uma Sociedade Internacional moderna, que é originalmente europeia e ocidental, a qual se diferencia – substancial e subjetivamente – de outras sociedades; ou seja, do seu Outro não-moderno.

O cerne desta abordagem, então, seria descobrir e classificar as “dinâmicas internas do que é, de fato, a sociedade internacional europeia e seus aspectos únicos” (Qin, 2010, p.134, tradução própria). Qin (2010:135, tradução própria) volta-se para as considerações de Bull sobre a Sociedade Internacional para traçar as principais características da Sociedade Internacional elencadas pela Escola Inglesa: “um sentimento de identidade comum [entre estados] e uma consciência da necessidade de operar instituições comuns na persecução de propósitos comuns”. O autor aponta, contudo, que a globalização proporciona novos desafios à Escola Inglesa.

[E]nquanto o mundo se torna cada vez mais livre de obstáculos – geográficos, econômicos, tecnológicos e ideacionais – a Escola Inglesa agora tende a enfrentar as questões que surgem da expansão desta ego-categoria, que deve e tem que se encontrar com outras-categorias (Qin, 2010, p.135, tradução própria).

Segundo Qin (2010), as respostas a estes novos desafios têm se dado em torno do debate entre pluralistas e solidaristas. Os pluralistas concedem que a expansão da Sociedade Internacional se daria através de uma mudança comportamental dos Estados, que aceitariam o código de conduta básico e as instituições da Sociedade Internacional europeia. Já os solidaristas estariam mais preocupados com o compartilhamento de valores entre os membros da SI; isto é,

ou os valores da Sociedade Internacional europeia são considerados universais, ou aqueles que possuem valores distintos serão sempre considerados opostos e alheios a estes valores⁵⁴. É nesse sentido que a preocupação de Buzan (2010) com a ambiguidade do relacionamento da China com a Sociedade Internacional se dá. Se, por um lado, a China tem demonstrado mudanças comportamentais – tendo concordado com algumas das instituições da Sociedade Internacional atual, como a soberania, a diplomacia e a ordem econômica liberal –, por outro, haveria possibilidades destas mudanças serem internalizadas ideacionalmente? “Falando francamente, poderia um governo comunista algum dia apoiar o mercado ideacionalmente, ou deve o seu apoio ser para sempre mero cálculo?” (Buzan, 2010, p.17; Qin, 2010, p.137, tradução própria).

De acordo com o modo de pensar taxonômico e a dialética conflitual, Qin (2010) aponta que uma síntese entre a SI e um postulante à membresia somente pode ser atingida quando um dos opostos (a SI ou o postulante) é eliminado ou absorvido. O relacionamento da China com a Sociedade Internacional é definido por Buzan como o de um reformista revisionista, que “aceita algumas das instituições da sociedade internacional... mas resiste e quer reformar outras [instituições] e, possivelmente, quer mudar seu *status*” (Qin, 2010:137, tradução própria). Qin (2010, p.137, tradução própria) coloca, então, que se pode interpretar, neste sentido, que “ou a China irá aceitar completamente as novas instituições primárias estabelecidas da sociedade internacional ocidental, ou irá ascender violentamente, destruindo a ordem internacional sustentada por estas instituições [das quais ela discorda]”.

Qin (2010) introduz outra abordagem que, ao contrário de entender a Sociedade Internacional como uma entidade, conceitua a Sociedade Internacional como um processo em constante transformação, baseando-se no modo de pensar relacional (foco nas relações em processo, entendimento de que objetos são relacionados uns com os outros e atores são atores-em-relações⁵⁵) e na dialética da complementaridade (opostos são interdependentes e complementários, um é a condição de formação, existência e transformação do outro, como no diagrama

⁵⁴ O autor também aponta que o debate revisto por Buzan (2010a), sobre as possibilidades de expansão da Sociedade Internacional europeia – entre vanguardistas (uma sociedade internacional global deveria ser uma expansão da Sociedade Internacional europeia); sincretistas (a expansão da Sociedade Internacional europeia deve levar em conta outras culturas em seu processo de homogeneização cultural) e, a posição proposta pelo próprio Buzan, de uma Sociedade Internacional em duas camadas, global e regional (reconhecendo a impossibilidade de integração entre a Sociedade Internacional europeia e o resto do mundo, mas levantando uma solução temporária com a formação de Sociedades Internacionais Regionais) – não resolve a contradição desta expansão que, em qualquer posição, resulta em homogeneização cultural.

⁵⁵ Nesse sentido, atores que não estão em algum tipo de relação são não-atores e eventos que não estão em processo são inexistentes.

yin e yang). Esta abordagem é inspirada nas obras tradicionais “I Ching” (O Livro da Mudança) – conjunto de textos filosóficos cuja data de escrita ainda é contestada, mas estudos atuais alegam que, em sua maioria, foram escritos durante a Dinastia Zhou – e o “Dao De Jing” (O Livro do Caminho) de Lao Zi, escrito entre 350 e 250 a.C.

A partir deste quadro de pensamento, a Sociedade Internacional é pensada como uma complexidade de relações sociais e interações práticas em constante movimento, que definem e transformam a forma (comportamento) e a natureza (identidade) de suas instituições e de seus agentes individuais. A síntese entre SI e postulante, neste contexto, “é sempre a inclusão e a combinação dos dois ao contrário da eliminação ou destruição de um pelo outro” (Qin, 2010, p.139, tradução própria); seu fundamento é a harmonização das relações e não o conflito⁵⁶. A violência não é descartada por essa ontologia; mas ao contrário de ser vista como destino inevitável do encontro entre opostos, é entendida como relacionamento possível, mas transitório. No contexto do relacionamento da China com a SI, poderia ser argumentado que a violência foi a opção escolhida durante a Guerra do Ópio, mas que tem fluído para um relacionamento mais harmonioso desde então.

Qin (2010) compara os conceitos de identidade e instituições nas duas abordagens analisadas. Para o autor, na abordagem de processo a identidade é definida e redefinida de acordo com seus relacionamentos, vivenciando constantes mudanças através de práticas sociais; assim, demonstra aspectos característicos múltiplos, plurais e até mesmo ambíguos. “Identidade, como a sociedade, é um constante tornar-se (*becoming*) ao contrário de um ser fixo (*being*)” (Qin, 2010, p.140, tradução própria). Da mesma maneira, para o autor, as instituições participam deste mesmo processo. “Quando dois atores se encontram, suas instituições também se encontram [...] e se envolvem num processo de tornar-se e transformar-se” (Qin, 2010, p.144-5, tradução própria).

É dentro deste contexto que o autor interpreta o relacionamento entre a China e a Sociedade Internacional não como um potencial conflito (ulteriormente homogeneizante para o lado vencedor); mas como uma potencial harmonização. “É por isso que a mudança fundamental no relacionamento entre a China e a

⁵⁶ Segundo Yaqing (2010, p.140, tradução e ênfase próprias), “quando nós observamos o conflito e a contradição no mundo, é o fenômeno transitório ou superficial ao contrário que seu caráter essencial, uma vez que o Caminho [Tao] ou a natureza do universo que produz todos os opostos é ontologicamente harmoniosa em seu princípio. O conflito ocorre quando o “eu” não entende a verdade, o relacionamento apropriado entre si e o outro, assim desviando do Caminho, na medida em que as relações não são propriamente governadas. O processo de transformação é então, ao mesmo tempo, um processo de auto-cultivação de volta ao Caminho”.

sociedade internacional desde a reforma e a abertura da China é tão significativa” (Qin, 2010, p.139, tradução própria); uma vez que a mesma representa o primeiro relacionamento positivo entre a China e a SI, o qual teria permitido que a China se entendesse como um membro desta sociedade e, portanto, que “começasse a intensiva interação que a envolveu no processo de *becoming*” (Qin, 2010, p.146, tradução própria).

Qin (2010) ainda elenca três aspectos importantes para repensar este processo de *becoming* da China, a saber: *he* – o fundamento harmonioso ou não-conflitual das relações –, visto na política externa de não-violência da China, que tem evitado que tensões internacionais (principalmente com EUA, Japão ou Taiwan) terminem em conflitos bélicos; *shi* – ênfase na direção ou tendência geral dos processos –, encontrado nos discursos governamentais, desde Deng Xiaoping, que estressavam as mudanças da ordem internacional da Guerra Fria para uma ordem mais pacífica, voltada para o desenvolvimento a cooperação internacional; e, por último, *bian* – possibilidade de transformar e de ser transformado no processo de mudança –, percebido na própria mudança da China nas últimas décadas (que, ao contrário de propiciar uma nova Guerra Fria, proporcionou relações mais amistosas com a SI). Qin (2010) observa, ainda, que é impossível determinar se esta mudança foi identitária ou auto-interessada, pois é, da mesma forma, impossível separar os interesses da identidade, ambos se confundem e podem ser ambíguos e aparentemente contraditórios.

Apesar de a ontologia relacional fazer parte do arcabouço intelectual chinês há séculos, a mesma não é exclusivamente chinesa, uma vez que tradições de pensamento, ou mais especificamente, abordagens teóricas de RI consideradas “ocidentais” também enxergam o mundo através desta ontologia (como o Construtivismo, por exemplo). Há, contudo, como visto através do artigo de Qin (2010), especificidades do entendimento chinês acerca desta ontologia (advindas de sua construção e interação com, principalmente, outras tradições intelectuais regionais, como o confucionismo, durante séculos), principalmente em sua aplicação na área de RI para se pensar a política externa chinesa e sua interação com a SI. Isto se dá, especialmente, na primazia da harmonização, como resultado último do processo de interação; sendo a possibilidade de conflito transitória e, em algum sentido, ultrapassada no processo de *becoming* entre a China e a SI – uma vez que tem se visto muito mais harmonização do que violência nas relações entre os dois desde Deng.

A abordagem de Qin (2010) não é construída em isolamento, mas em interação constante com outras tradições intelectuais (definidas pelo autor como

“ocidentais”), mais detidamente, na área de RI, a Escola Inglesa. Apesar das abordagens serem distintas, elas partilham de pressupostos semelhantes: os Estados são os atores centrais da Sociedade Internacional e a temática discutida gira em torno da guerra ou do conflito nas interações destes atores. Qin (2010) se coloca neste diálogo entre abordagens sem se opor ou tentar superar a abordagem com a qual dialoga, mas com a intenção de apontar outras possibilidades de interpretação dentro do arcabouço teórico da área de RI. Nesse sentido, Qin (2010) reclama para si o direito de participar da área e produzir conhecimento legítimo, a partir de sua experiência particular. Contudo, ao apresentar esta outra possibilidade, que compartilha de pressupostos, mas extrapola a gramática da área ao trazer uma ontologia tradicional chinesa, Qin (2010) expõe fraturas na gramática dominante, altera e retorna o discurso de maneiras inesperadas pelo arcabouço da área. Sua produção é, assim, híbrida.

5.

As Relações Internacionais na Índia

Este capítulo procura apresentar o desenvolvimento do entendimento indiano sobre as relações internacionais desde sua formação até os dias atuais. Busca-se identificar os múltiplos aspectos e características do entendimento indiano acerca das RIs, que se desenvolveram no decorrer da história da Índia. Assim, almeja-se realçar os entrelaçamentos históricos entre o desenvolvimento da área na Índia com a experiência dominante na área (a estadunidense), com o intuito de expor a participação subordinada (mas criativa) da Índia na construção da área globalmente. Para tal, subdivide-se este capítulo em três partes que tentam compreender o estado da área de RI na Índia e uma quarta parte que procura analisar um artigo de autoria local que aborda as relações internacionais da Índia e formas de interpretá-las. Assim, a primeira parte do capítulo trata dos primórdios dos estudos de RI na Índia; a segunda parte aborda o período de institucionalização da área de RI na Índia após sua independência; a terceira parte discute alguns aspectos característicos da área de RI na Índia; e, finalmente, a quarta parte analisa o artigo “*Theory for Strategy: Emerging India in a Changing World*”, de Rajesh Basrur.

5.1.

Primórdios das Relações Internacionais na Índia

O estudo de RI tem uma história bem recente na Índia, datando da conquista da independência indiana, em 1947. Os antecedentes do desenvolvimento de uma área autônoma de RI na Índia perpassam pela história da colonização britânica e seu relacionamento com a Ciência Política no país; as quais serão brevemente tratadas nesta seção.

O estudo da política (*Dandaniti*) faz parte da vida intelectual indiana por séculos. Estudos estimam que, desde a Antiguidade, já existiam tratados e obras individuais (como os textos atribuídos à Bhardjava e as obras de Kautilya), assim como escolas de pensamento (como os Manavas, os Parasaras, os Barhaspatyas e os Ausanasas) devotadas ao estudo da política como área do saber autônoma

na Índia⁵⁷ (Mishra, 2004). Todavia, com a colonização inglesa de grande parte do território hoje conhecido como a Índia – após a queda do Império Mogol no século XVIII –, o estudo da política deixou de ser uma área autônoma do saber na Índia.

Assim como coloca Bains (1971, p.394, tradução própria), por conta do “status dependente da Índia, o estudo da política e de instituições políticas não era encorajado pelas autoridades no poder”. Ainda mais, a empresa colonial inglesa na Índia passou a repudiar o conhecimento produzido na colônia sobre quaisquer assuntos, principalmente políticos. A administração inglesa somente permitia que o estudo da política na Índia fosse derivado do que era produzido pelos círculos acadêmicos ingleses (Bains, 1971) e não da vasta literatura política escrita sob o signo da cultura hindu.

Em geral, as Ciências Sociais indianas como um todo sofreram com as limitações da administração inglesa, mas a Ciência Política e as Relações Internacionais tiveram um impacto maior. De acordo com Bains (1971), sob uma atmosfera sobrecarregada com movimentos pela libertação nacional, as autoridades britânicas não eram favoráveis à expansão de programas sobre o estudo do fenômeno político a fim de evitar o crescimento do nacionalismo indiano. Todavia, mesmo que limitados, existiam programas (ou disciplinas) de Ciência Política nas universidades indianas; o mesmo não ocorria com a área Relações Internacionais, que se via restrita ao estudo da história e diplomacia europeia.

A Ciência Política indiana, neste período, era confinada aos currículos de diversos cursos universitários regulares como os cursos de História, principalmente, e cursos de Economia, Filosofia e Sociologia, como um apêndice dos mesmos (Bains, 1971; Rajan, 1979). Dentro destes cursos, as principais disciplinas ministradas sob o signo da Ciência Política eram: Desenvolvimento Constitucional Indiano, História da Constituição Britânica, Ideias Políticas Ocidentais e Relações Internacionais (que se resumia ao estudo da história moderna da Europa) (Bains, 1971). A separação da Ciência Política destes diversos departamentos se deu ao desgosto dos mesmos, que temiam a perda de recursos governamentais com o desvencilhamento das áreas (Bains, 1971).

Segundo Bajpai (2005) e Dixit (1997), a severa administração colonial em relação às relações externas da Índia impedia não somente o envolvimento de indianos na condução das relações externas do país, mas também oprimia a reflexão sobre os assuntos externos da Índia por temer que o engajamento

⁵⁷ O autor coloca que a autonomia desta área pode ser exemplificada pelo primeiro capítulo do Arthashastra, de Kautilya, que demonstra a separação entre os ramos do conhecimento (Vidya) na época: Anvikshik (Filosofia), Trayi (Teologia), Varta (Economia) e Dandaniti (Política).

intelectual com fenômenos e ideias internacionais pudesse prejudicar seu domínio imperial.

Do ponto de vista do poder colonial, a última coisa que os indianos teriam seria qualquer controle sobre a política externa. Londres pode estar disposta a dividir algum grau de responsabilidade pela administração interna, gerenciamento econômico, e assuntos sociais, mas para fazer o mesmo para os assuntos externos era equivalente à concessão da independência. Portanto, enquanto havia espaço intelectual, administrativo e econômico no qual os indianos poderiam refletir sobre assuntos internos, não havia nada comparável para os assuntos internacionais: este espaço só poderia se tornar disponível com a independência em si (Bajpai, 2005, p.21, tradução própria).

O esforço colonial, contudo, não conseguiu conter o movimento de libertação nacional indiano. Apesar do limitado acesso à educação no exterior, os colonos indianos privilegiados com o acesso ao pensamento “ocidental” (através de educação superior, livros e jornais), como Mohandas Ghandi e seu sucessor Jawaharlal Nehru, tornaram as principais ‘presidências’ indianas (as cidades de Calcutá, Mumbai e Madras) cada vez mais politizadas em busca da independência (Keay, 2010). Por outro lado, no interior indiano, as associações políticas nacionalistas confundiam-se com grupos políticos e religiosos imbricados na cultura hindu e muçulmana, que se sentiam orgulhosos de não se inspirarem em ideologias estrangeiras (Keay, 2010).

A diversidade dentro dos movimentos pela luta de libertação não impediu ou atrapalhou o alcance dos objetivos emancipatórios indianos. Após décadas de protestos, revoltas e boicotes, a independência da Índia foi finalmente alcançada em 1947; tendo o Congresso Nacional Indiano (ou, simplesmente, Partido do Congresso), fundado em 1885, assumido o governo de então (e, posteriormente, presente no poder por vários momentos da história política indiana) (Keay, 2010). O novo governo indiano inspirou-se nos modelos de desenvolvimento e industrialização de seus vizinhos socialistas (China e URSS, em detrimento do “incerto” capitalismo ocidental) para superar seus problemas com a pobreza através da intervenção estatal (Sibal, 2012). Assim, “as instituições centralizadas da Índia Britânica foram facilmente adaptadas para o modelo de planejamento centralizado que sucedeu na Índia independente” (Sibal, 2012, p.18, tradução própria).

Todavia, com a supressão intelectual feita pela metrópole durante seu domínio imperial em relação à reflexão dos colonos sobre as relações internacionais, a independência revelou tal deficiência nos movimentos de libertação.

[P]oucos no movimento nacionalista se atentavam para os assuntos externos no sentido de traçar uma estratégia diplomática para a nação que eles lideravam à

liberdade. Havia, claro, cálculos refinados sobre o papel do sistema internacional em ajudar ou atrapalhar a luta indiana contra o colonialismo, mas, no que se relaciona a direção dos assuntos externos após independência, isto era assunto para engajamento pós-colonial (Bajpai, 2005, p.21, tradução própria)⁵⁸.

Neste momento pós-independência, ambas as áreas de Ciência Política e Relações Internacionais, assim como as demais áreas do conhecimento, tiveram um crescimento exponencial na Índia, devido à priorização dada pelo novo governo ao sistema educacional indiano como um todo (Bains, 1971). O número de universidades e instituições de ensino superior multiplicou-se cinco vezes nos primeiros vinte anos de independência; de 17 universidades no território indiano, em 1947, o número aumentou para 85, em 1968 (Bains, 1971).

Com a proliferação de universidades e instituições de ensino superior, a disciplina de ciência política com certeza receberia encorajamento. Várias universidades abriram departamentos de ciência política. Em 1938, somente cinco universidades tinham departamentos separados de ciência política. Este número aumentou para 15 no ano de 1951 (Bains, 1971, p.396, tradução própria).

Venkatarangaiya (1975:212) aponta, contudo, que a administração das universidades era desfavorável à autonomia da Ciência Política (em relação aos demais departamentos), devido a seu “obsessivo” foco em áreas mais tecnológicas, em busca da modernização do país.

Os vice-chanceleres das universidades, que eram obcecados pela ideia de que a era moderna era uma era de ciência e tecnologia, que as universidades deveriam encorajar o ensino e a pesquisa somente nestes assuntos e que os assuntos humanos deveriam esperar até que a ciência e a tecnologia assegurassem melhores posições (Venkatarangaiya, 1975, p.212, tradução própria).

Com a independência, esta situação se altera, na medida em que Ciência Política passa a ser, novamente, uma área do conhecimento valorizada na Índia, pelo prospecto de se poder repensar e reconstruir as instituições políticas e sociais do país, agora independente da ex-metrópole. “A necessidade de modernizar as instituições sociais e políticas para atender as aspirações trazidas pela independência e a ansiedade em alcançar os países desenvolvidos contribuiu com a popularidade da ciência política” (Bains, 1971, p.396, tradução própria). Assim, departamentos de Ciência Política autônomos foram estabelecidos (Bains, 1971; Venkatarangaiya, 1975) e, aos poucos, os currículos universitários de Ciência Política na Índia deixaram de ser “cegamente baseados nas tradições das antigas universidades britânicas” (Bains, 1971, p.398, tradução própria) e novas

⁵⁸ Dixit (1997) aponta que, anteriormente à independência indiana, alguns momentos históricos marcaram o início do despertar indiano para a relevância de eventos internacionais para a situação indiana, como: as atividades de Gandhi na África do Sul; a participação dos soldados indianos na I Guerra Mundial; o (pan-islâmico) Movimento Khilafat; o Movimento Gaddar de imigrantes indianos que viviam no Canadá; e a participação de Nehru no Congresso Internacional contra a Opressão Colonial e Imperial, que ocorreu em Bruxelas, 1917.

disciplinas – que ansiavam dar conta das particularidades indianas – foram desenhadas, como: Modernas Ideias Políticas Indianas; Antigo Pensamento Político Indiano; Constituição Indiana; Constituições Asiáticas etc. (Bains, 1971:399).

O florescimento da Ciência Política na Índia acompanhou intimamente o surgimento da área de Relações Internacionais no país. A relação entre as duas áreas, entretanto, assemelhava-se ao antigo relacionamento de dependência mantido entre a Ciência Política e, principalmente, a área de História e demais áreas “maternas” da Ciência Política na Índia. Assim como aponta Rajan (1979, p.75, tradução própria):

Há três décadas, quando eu era um estudante universitário, poucas universidades possuíam departamentos separados de Ciência Política; naquele tempo, a Ciência Política era ensinada como parte da disciplina de História (como no caso da minha própria universidade, a Universidade de Mysore) ou Filosofia ou até mesmo Economia. De fato, a História (assim como outras disciplinas tradicionais) era tratada como a “madrasta” da Ciência Política. Agora que a Ciência Política conseguiu libertar-se de sua madrasta, e é universalmente conhecida como uma disciplina e um campo de estudos distintos, ela parece ter começado a se comportar como uma “madrasta” em relação ao novo campo das Relações Internacionais!

O início da construção de uma área de conhecimento de Relações Internacionais distinta da Ciência Política na Índia se deu através de esforços individuais pelo arrecadamento de investimentos governamentais na área de RI (Rajan, 1979). Apesar dos avanços na institucionalização da área de RI como um saber autônomo na Índia (os quais serão explorados nas próximas seções deste capítulo), a mesma ainda permanece intimamente ligada às áreas de Ciência Política e de Estudos de Área; assim como também permanece inserida na lógica de modernização governamental.

5.2.

Institucionalização da Área de RI pós-Independência Indiana

O estudo de RI na Índia surge pouco tempo antes de sua independência (Appadorai, 1987). Uma das instituições que atuou como precursora da introdução da área de RI no país teria sido o Conselho Indiano de Assuntos Mundiais (ICWA), instituído em 1943, sob a presidência de Tej Bahadur Sapru (Rajan, 1994). O Professor Angadipuram Appadorai (apontado como uma das figuras fundadoras da área na Índia) juntou-se à instituição como Secretário em 1944; e, posteriormente, tornou-se Secretário Geral do Conselho (Rajan, 1979; 1994). Durante seu trabalho, Appadorai foi o responsável pela criação do periódico *India*

Quarterly, descrito por Rajan (1994, p.207, tradução própria) como “um importante fórum para a expressão da opinião indiana sobre assuntos internacionais”. O Conselho, sob a presidência de Pandit Hriday Nath Kunzru, ainda publicou vários livros e panfletos, os quais são considerados como os “alicerces da pesquisa e da publicação da área [de RI] na Índia” (Rajan, 1994, p.207, tradução própria).

Segundo Appadorai (1987), desde a independência da Índia, há um crescente interesse na área de Relações Internacionais devido à percepção de que as relações da Índia, agora como um país livre (ao invés de uma colônia inglesa), com outros países livres no mundo, teriam sido alteradas. Todavia, quando da independência do país, havia pouco incentivo governamental e estrangeiro à introdução do estudo das relações internacionais e de estudos de área na Índia (Rajan, 1994). Ademais, com a quebra das relações entre metrópole e colônia, as ligações acadêmicas entre a Índia e o mundo exterior diminuíram.

De acordo com Bajpai (2009), depois dos anos 1950, o número de acadêmicos indianos que ingressavam em programas de Ciência Política e RI no exterior, através de intercâmbios, declinou grandemente. Devido ao desgosto governamental por auxílio estrangeiro, a Fundação Ford e outras instituições de financiamento acadêmico reduziram seu apoio financeiro ao país; estrangeiros não eram mais contratados para ensinar na Índia e poucos tinham quaisquer oportunidades de passar algum tempo nas universidades do país (Bajpai, 2009). As restrições monetárias da Índia dificultavam a compra de livros e periódicos estrangeiros, isolando a academia indiana do desenvolvimento da área no exterior (Bajpai, 2009).

A partir da percepção de que, sem investimentos a área não conseguiria se desenvolver e, assim, não seria possível promover uma *expertise* indiana em relações internacionais, o ICWA estabeleceu a *Indian School of International Studies* (ISIS), junto à *University of Delhi*, sob a diretoria de Appadorai, em 1955, como uma escola de treinamento de especialistas em assuntos internacionais e estudos de área (Rajan, 1994). No início, por falta de profissionais para uma instituição especializada em RI, a ISIS convidou especialistas renomados, tanto indianos quanto estrangeiros (canadenses, australianos, japoneses e russos), para treinar jovens promissores (*special fellows*) que pudessem vir a ocupar as vagas permanentes na escola (Rajan, 1994). O *International Studies*, periódico regular do ISIS ainda atualmente, foi fundado em 1959 (sendo um dos periódicos que mais tem discutido o desenvolvimento da área de RI no país). Já em 1960, a ISIS tinha instituído programas de doutorado e, em 1970, se tornou parte da *Jawaharlal Nehru University* (JNU), sob o nome de *School of International Studies*

(SIS), e instituiu um programa de mestrado com especialização em Política Internacional (Rajan, 1994, 2005; Mattoo, 2009, Mallavarapu, 2009).

Os *fellows* da SIS tornaram-se especialistas em diversos temas e áreas geográficas, sendo capazes de supervisionar o estudo e o doutoramento dos alunos da escola (Rajan, 1994). Estes alunos, em sua maioria, recebiam bolsas de estudo (de suas cidades e estados, da *University Grants Commission* (UGC), do Banco de Reservas da Índia etc.) para estudarem por dois ou três anos fora do país. Após seus estudos na SIS, estes alunos se espalharam por outras universidades e instituições de pesquisa (Rajan, 1994). A UGC, instituída em 1956, deu grande apoio financeiro às áreas de RI e de estudos de área, particularmente, para estudos sobre países e regiões que a Índia tinha maior contato⁵⁹, através de seus Programas de Assistência Especial (Rajan, 1994; Sharma, 2009).

A biblioteca da ISIS, compartilhada com a biblioteca do Conselho, obteve financiamento (particular e governamental) para construir um dos maiores acervos asiáticos sobre assuntos internacionais e estudos de área. Todavia, quando da separação da escola, a partilha da biblioteca entre a SIS e o ICWA deixou ambas as instituições com grande perda no acervo (Rajan, 2005).

Tendo em vista o sucesso da pioneira SIS, outras universidades também introduziram cursos e disciplinas de RI (Política Internacional e Organizações Internacionais) e estudos de área (Estudos do Sul e do Sudeste Asiático, Estudos Americanos, Estudos Latino-Americanos, Estudos do Oceano Indiano etc.), principalmente, em seus departamentos de Ciência Política (Rajan, 1994). Assim como Appadorai (1987) coloca, em várias universidades indianas, é o Departamento de Ciência Política que se encontra, principalmente, encarregado dos trabalhos relacionados às relações internacionais e assuntos afins; o departamento trabalha em cooperação com os Departamentos de História, Economia e Direito. De acordo com Rajan (1994), o primeiro Departamento de Relações Internacionais montado foi o de *Jadavpur University*, em 1956.

Outros departamentos relacionados à área foram estabelecidos em diversas universidades entre as décadas de 1950 e 1970.

No campo da defesa/segurança, além do Instituto de Estudos e Análise de Defesa [...], algumas universidades estabeleceram departamentos separados – como, por exemplo, as Universidades de Allahabad, Kanpur, e Madras [...]. No campo de

⁵⁹ Sahni (2009) coloca que, apesar de nenhum documento da UGC fazer menção explícita, é possível argumentar que o interesse governamental no estudo das regiões e países mais próximos da Índia provém da derrota militar indiana em uma disputa fronteiriça com a China em 1962. O acontecimento teria “levado ao entendimento de que o país teria interpretado totalmente mal os desenvolvimentos na China, assim como as intenções da liderança Chinesa” (Sahni, 2009, p.51, tradução própria).

economia internacional, menção pode ser feita pelo trabalho conduzido pelo Instituto Indiano de Comércio Exterior, de Nova Delhi. A Sociedade Indiana de Direito Internacional, de Nova Delhi, tem promovido o estudo e a pesquisa no campo de Direito Internacional e Organizações Internacionais (Rajan, 1994:209-10, tradução própria).

O estabelecimento de escolas e departamentos, especificamente, de Estudos Internacionais⁶⁰ só se deu no fim da década de 1980⁶¹, assim como na *University of Pondicherry* (Rajan, 1994). Segundo Bajpai (2009), mesmo que a área de RI na Índia fosse ainda relativamente nova até o final dos anos 1980, a mesma podia ser considerada como exemplar meio ao mundo em desenvolvimento, especialmente nos países ao redor da Índia. Ainda nos anos 1990, de acordo com o autor, houve uma modernização curricular (atualização das teorias de RI, maior atenção à metodologia e introdução de economia política, estudos de segurança e cursos de resolução de conflitos); novos periódicos foram lançados; *think tanks* proliferaram e materiais eletrônicos (mais particularmente, periódicos eletrônicos) foram disponibilizados, principalmente nas universidades de Chandigarh, Goa, Hyderabad, Kolkata, Kottayam, Pondicherry e Varanasi – isto é, fora das principais universidades do país, a JNU e a Universidade de Delhi.

Entre as universidades indianas, há 150 que ensinam Estudos Internacionais, dentre as quais 120 estão localizadas dentro de departamentos de Ciência Política e somente 30 em escolas, centros ou departamentos que focam, exclusivamente, em Estudos Internacionais (Mattoo, 2009, p.38). Há somente um curso de graduação em RI na Índia, o de Jadavpur University, em Kolkatta (Behera, 2007). As tentativas periódicas de se criar uma associação de Estudos ou Relações Internacionais culminaram na criação de duas associações, a *Jadavpur Association of International Relations* (JAIR) – criada em 2007-08 na Jadavpur University – e a *Indian Association of International Studies* (IAIS) – criada em 2010, na JNU. Há, ainda, associações de temas relacionados ao estudo de RI na Índia, como Direito Internacional, Estudos Africanos etc. (Mattoo, 2009).

A despeito do crescimento da área na Índia, há pouco interesse da sociedade indiana por uma formação na área, uma vez que há poucas oportunidades de emprego na área acadêmica e no mercado de trabalho privado. A maioria dos estudantes indianos de RI não retorna ao país depois de estudar no exterior, pois os empregos na academia e nos *think tanks* nacionais são escassos

⁶⁰ A próxima seção deste capítulo tratará com mais detalhes sobre as diferenças entre Estudos Internacionais e Relações Internacionais na Índia.

⁶¹ Data desta época, também, a instituição do *Foreign Service Institute* (FSI), de 1986, que objetivava dar treinamento profissional e acadêmico na área de RI para os servidores públicos, primariamente, do Ministério de Relações Exteriores da Índia, mas também a outros servidores do Estado Indiano.

(Bajpai, 2009). Presente na inauguração da IAIS, o vice-presidente indiano Shri Hamid Ansari sublinhou a necessidade de crescimento da área de RI na Índia não somente para avançar uma participação mais consciente e efetiva do país nos processos decisórios internacionais, como também para a criação de novas avenidas para o emprego de acadêmicos em universidades, *think tanks*, centros especializados de pesquisa, negócios e indústrias indianas⁶².

Há grande descontentamento em relação ao que foi alcançado na institucionalização das RIs no país, tendo em vista o caráter dependente da área no que concerne departamentos e cursos exclusivos de RI. Assim como Behera (2007, p.342, tradução própria) coloca

[q]uando a Índia se tornou independente em 1947, sua elite governamental acreditava que a Índia estava destinada a ter um papel de importância nos assuntos asiáticos e mundiais proporcional a sua localização geográfica, suas experiências históricas e seu potencial de poder. Estas aspirações deveriam ter ajudado o crescimento de uma disciplina de RI, mas quase seis décadas depois, a mesma ainda não alcançou o status de uma disciplina separada. Não há programas de graduação e somente quatro universidades oferecem programas de mestrado ainda que [a Índia] seja a casa de provavelmente uma das maiores escolas de Estudos Internacionais do mundo – a *School of International Studies* (SIS) da *Jawaharlal Nehru University* (JNU).

De acordo com Behera (2008), a maioria das universidades no sul asiático depende exclusivamente de financiamento estatal, o que tem impedido, severamente, o crescimento da área de RI na região. Os institutos de pesquisa e *think tanks*, por outro lado, possuem fontes de financiamento variadas. Behera (2009) aponta que há uma diferença clara entre instituições mais antigas – como o *Indian Center for World Affairs* e, também, o *Institute for Defence Studies and Analysis* –, as quais foram estabelecidas pelo estado e serviam como fornecedores de justificativas para as ações estatais; e as instituições mais recentes – como o *Institute for Peace and Conflict Analysis*, o *Observer Research Foundation* e o *Institute for Conflict Management* –, as quais recebem maior financiamento privado, assim, ampliando a agenda de pesquisa destes institutos. De maneira semelhante, institutos regionais – como o *Regional Center for Strategic Studies* (RCSS) e o *South Asian Center for Policy Studies* (SACEPS), ambos estabelecidos na década de 1990 –, foram financiados por fundações estrangeiras, mais especificamente, a *Ford Foundation* (Behera, 2008). De acordo com Behera (2004), a *Ford Foundation* promoveu, também, redes regionais entre acadêmicos e *think tanks*. A autora argumenta, contudo, que, no campo das

⁶²Site oficial da Jawaharlal Nehru University – JNU News: “Inauguration of the Indian Association of International Studies (IAIS) at JNU”. Disponível em: <http://www.jnu.ac.in/JNUNewsArchives/JNUNews_May_June10/activities.htm>. Acesso em: 28 Fev. 2014.

ideias, a fundação não incentivou a criatividade regional, promovendo os modos de pensar dominantes nas RIs e deixando pouco espaço para vozes subalternas.

A próxima seção deste capítulo abordará alguns aspectos característicos da área de RI na Índia, como sua caracterização como “Estudos Internacionais”, sua relação com outras áreas do conhecimento, suas principais abordagens e temas de pesquisa; e, também, apontará diagnósticos e análises apresentados por acadêmicos indianos sobre os problemas e as possíveis avenidas com as quais a área poderia seguir adiante no país.

5.3.

Delimitações, Abordagens e Temas

A área de RI na Índia possui várias definições além de Relações Internacionais *per se*, como Estudos Internacionais, Assuntos Internacionais e Política Internacional. A denominação mais comum no país seria “Estudos Internacionais” que, apesar de não ter uma definição oficial, de acordo com Bajpai (2005, p.21, tradução própria), poderia ser entendida como “um mix tradicional de Relações Internacionais e Estudos de Área, ligados às preocupações de política nacional” indiana. Assim como coloca Rajan (2005, p.202; Sharma, 2009, p.5, tradução própria), no começo da institucionalização da área, pensava-se que RI deveria ser

uma síntese de disciplinas tradicionais como a Ciência Política, História, Economia, Geografia, Sociologia e Direito – apesar, como Appadorai disse uma vez, uma síntese suficientemente diferenciada de cada disciplina tradicional mencionada acima para se tornar uma disciplina distinta.

Sharma (2009) também observa que os Estudos de Área ligados à área de RI também deveriam ser transdisciplinares – convergindo *insights* de disciplinas tradicionais no estudo intensivo de uma região ou país. Contudo, a autora aponta que em nenhuma das áreas os objetivos foram alcançados, por diversos motivos, como falta de incentivo e financiamento governamental e por falta de interesse de acadêmicos pelas dinâmicas internacionais.

De acordo com Sharma (2009), a negligência governamental e acadêmica pode ser vista em diversas dinâmicas da área na Índia. Uma destas dinâmicas seria a importância do estímulo externo como principal impulsionador dos debates teóricos e de auto-reflexão da área no país. Os principais estudos que revisam o estado da área de RI na Índia teriam sido impulsionados e financiados por agências e atores externos, como a estadunidense *International Studies*

Association (ISA), que instiga a promoção de estudos do estado da arte da área no país (ver Rana e Misra, 2005); e a *Asian Political Science and International Studies Association* (APISA), que, sob a liderança de Amitav Acharya e Hari Singh, promoveram o primeiro workshop do sul asiático sobre TRI intitulado “*South Asian Conceptions of International Relations: Search for Alternative Paradigms*”, em Goa, em 2003 (Sharma, 2009).

A grande ligação que, desde o início da institucionalização da área, RI tem com outras áreas do conhecimento na Índia, principalmente com os Estudos de Área e a Ciência Política, tem sido considerada debilitante devido ao tratamento que as RIs têm como uma subdisciplina⁶³ pouco explorada por estas áreas⁶⁴ (Sharma, 2009). A falta de interesse na área tem diminuído o espaço acadêmico disponível para as RIs nos departamentos de Ciência Política, mesmo nos maiores departamentos das universidades indianas (Behera, 2007). Dessa forma, a despeito da grande ligação entre a Ciência Política e as RIs, esta situação não tem gerado grandes trocas de saberes entre as áreas, uma vez que os acadêmicos indianos não têm se engajado ou não estão interessados nas RIs, como pode ser visto no fato de que existem poucos trabalhos (artigos ou livros) escritos por acadêmicos de RI em colaboração com acadêmicos de outras áreas do conhecimento (Sharma, 2009).

Sua relação com os Estudos de Área também gera desconforto, já que, muitas vezes, as RIs e os Estudos de Área são “erroneamente equacionados com base na presunção simplista de que as áreas estudadas são ‘estrangeiras’” (Behera, 2007, p.342, tradução própria). Assim como coloca Sahni (2009), a falta de diferenciação entre as áreas de RI e Estudos de Área impede uma formação completa de acadêmicos de áreas específicas, uma vez que a mescla de currículos prejudica ambas as áreas e impede o ensino de disciplinas particulares a cada área.

As percepções das áreas de RI, CP e EA entre os acadêmicos indianos é variada. Acadêmicos formados em Estudos de Área na Índia tendem a se autodenominar como acadêmicos de RI para aumentar suas chances de

⁶³ Esta situação poderia ser vista através de estudos que visam analisar as publicações das áreas ligadas às Ciências Sociais na Índia. Um estudo de Chatterjee (2002:3604-12) sobre as disciplinas que contribuem para a publicação de ‘*Special Articles*’ do *Economic and Political Weekly* (EPW) aponta que RI é colocada como uma subdisciplina de diversas temáticas, como Ciência Política, Economia, Sociologia, História, Antropologia, Gênero, Meio Ambiente e Demografia (Sharma, 2009).

⁶⁴ Outro artigo do EPW escrito por Giri (2003, p.3605-08) considera que os acadêmicos indianos (das ciências sociais) têm uma falta de desejo em estudar qualquer parte do mundo e que, por isso, eles não têm contribuído para a criação de conhecimento básico ou crítico sobre o mundo (Sharma, 2009).

conseguirem um emprego após sua graduação (Sahni, 2009). Por outro lado, acadêmicos da Ciência Política que “migram” para as RIs na pós-graduação sentem que estão entrando em um curso academicamente inferior à CP (Bajpai, 2005). “Quando questionados sobre o motivo de mudarem de campo ou qual seria a diferença entre sua disciplina de origem e os Estudos Internacionais, a sua resposta frequentemente é que o último “não tem teoria” ou “não é teórico, mas prático” (Bajpai, 2005, p.28, tradução própria).

Segundo Behera (2007), o componente teórico das RIs indianas⁶⁵ é realmente escasso. A maioria dos currículos da área consistiria em um amálgama de histórias diplomáticas de grandes potências e das relações externas da Índia; com pouca atenção devotada aos conceitos fundamentais e debates teóricos em RI. Outras áreas de estudo (denominados como subcampos de RI pela autora), como Estudos de Segurança, Estudos de Paz e Conflitos e Economia Política Internacional, são ofertados como cursos opcionais no nível de mestrado; e outros, como Ecologia, Globalização e Estudos de Gênero, são raramente ensinados. O resultado seria uma “base intelectual estreita para a disciplina” (Behera, 2007, p.343, tradução própria).

Para Bajpai (2005), a resistência ao aprofundamento do ensino e do fazer teórico na Índia possui três origens. A primeira se relaciona com o período formativo da área de RI na Índia – ou seja, os anos 1950 e 1960 –, no qual a maioria dos acadêmicos que adentravam esta nova área não eram treinados especificamente em RI, mas advinham de outras áreas do conhecimento – assim, não conheciam ou não davam crédito às teorias de RI existentes; isto ocorria muito devido ao fato de que as teorias de RI da época não apelavam intelectualmente aos acadêmicos como maneiras de se pensar as relações internacionais do ponto de vista da Índia⁶⁶. Apesar da antipatia intelectual de Nehru pelo Realismo Político (Paul, 2009), o mesmo era a única abordagem teórica de RI que tinha algum apelo na Índia, principalmente o trabalho de Morgenthau.

Uma teoria que apresentava e justificava um mundo de Estados, no qual cada um era soberano na busca de seu interesse nacional como concebido por seus líderes e povos era atraente [...]. Seus ecos Kautilyanos, sua simplicidade, sua legitimação de um mundo de Estados-nação soberanos, sua suficientemente clara solução (o equilíbrio de poder), e, como no famoso livro de Hans Morgenthau [Política entre as Nações], sua inclusão de melhorativos, como o direito

⁶⁵ Sahni (2009) nota que o mesmo pode ser dito sobre o componente teórico dos Estudos de Área na Índia.

⁶⁶ De acordo com o autor, a Teoria de Sistemas se preocupava mais com as grandes potências do que com um país do porte da Índia; da mesma forma, o crescente interesse na comparação de Política Externa não chamava atenção dos indianos por não haver países, naquele momento, comparáveis com a realidade indiana; teorias de Integração Regional eram vistas com ceticismo pelo país recém independente; e, por fim, a lógica da Deterrência Nuclear não se aplicava a um país que não possuía armas nucleares (Bajpai, 2005).

internacional e as organizações internacionais (certamente de interesse para Estados relativamente fracos como a Índia), tudo isso era atraente. Ainda mais, em sua ênfase no poder, o Realismo era universal: todos os Estados estavam fadados a buscar poder e a balancear poder. O Realismo em sua forma pura não afirma que o poder era melhor nas mãos de democracias ocidentais, ditaduras comunistas, um grupo racial ou outro. Em um mundo regulado pelo poder, a Índia, em virtude de seu tamanho e potencial econômico, constituiria uma das grandes potências reguladoras, certamente uma possibilidade gratificante. Sem surpresas, a abordagem teórica que tem informado os Estudos Internacionais [na Índia] é o Realismo político (Bajpai, 2005, p.26-27, tradução própria).

A segunda origem gira em torno do culto àquilo que é considerado como “relevante” para um país em desenvolvimento, que foi jogado “em um mundo pós-colonial hostil e impiedoso”. Teorizar, nesse sentido, é tido na Índia como uma fuga da resolução dos problemas mais imediatos do país.

Para ser claro, não é que a atividade teórica é considerada como algo ruim; ao contrário, é que teorizar é considerado como inapropriado para um país em desenvolvimento, uma distração dos melhores e mais brilhantes [acadêmicos] de resolver os problemas [do país] para se focar em um empenho confuso e especulativo (Bajpai, 2005, p.29, tradução própria).

Haveria, ainda, uma terceira origem, que advém de um medo disseminado na academia indiana de que as teorias de RI seriam uma armadilha neocolonial que legitima, justifica e racionaliza a visão de mundo e as políticas “ocidentais” em detrimento de modos de viver e pensar diversos. Todavia, ao invés de se engajar com a exposição deste discurso a serviço do “Ocidente”, “os Estudos Internacionais na Índia parecem ter escolhido se distanciar de teoria e, com efeito, a baniram de suas margens intelectuais” (Bajpai, 2005, p.29, tradução própria).

Assim como aponta Behera (2007:352, tradução própria), “o caráter disciplinar de RI na Índia não pode ser entendido sem um minucioso exame de sua relação umbilical com o Estado indiano, ambos nascidos em 15 de Agosto de 1947”. Esta relação umbilical impediria que os acadêmicos de RI indianos refletissem sobre o passado, o presente e o futuro do Estado indiano, tomando o mesmo como dado em suas análises. Bajpai (2005) também nota que entre os acadêmicos de RI indianos há pouca problematização ou pensamento crítico sobre o Estado, uma vez que, na maioria das vezes, se parte do entendimento de que seu objeto de estudo é como o Estado Indiano lida com outros Estados. Para Behera (2007), a falha da academia indiana em historicizar o Estado (tanto o Estado Westphaliano quanto o Estado indiano) não permite o reconhecimento de que a noção de Estado da ortodoxia de RI advém da experiência europeia, a qual difere sobremaneira da experiência indiana (e de muitos países do resto do mundo).

Diferentemente de outras ciências sociais, as quais estudam os “passados tradicionais” da Índia para entender suas respectivas noções do “Presente” como

uma forma legítima de aprendizado; as RIs indianas tomam o Estado indiano como ponto de partida pré-definido para todos os seus empreendimentos acadêmicos. Não há “passados”, pois os mesmos foram desacreditados ou considerados irrelevantes. Seguindo as pegadas – metafórica e substantivamente – de seus “Mestres Criadores” (leia-se RI ocidental), nas quais “o ritual de poder realista administra silêncio em relação à historicidade dos limites que produz, ao espaço que esvazia historicamente e aos sujeitos que cria historicamente” (Ashley citado em Tickner, 2003, p.300), as RIs indianas também evitam interrogar criticamente o seu nascimento. A não ser que isso seja feito, [as RIs indianas] não conseguirão lidar com exclusões que há tempos têm sido naturalizadas, aceitas e internalizadas mesmo quando elas desnudam seu terreno intelectual (Behera, 2007, p.352, tradução própria).

A negligência dada ao passado histórico e intelectual da Índia dentro da academia indiana de RI é evidenciado, segundo Behera (2007), pela falta de reconhecimento dos próprios cientistas políticos tradicionais indianos, como Kautilya; o qual não é ensinado em nenhum curso de TRI na Índia, apesar de seus escritos versarem sobre as relações internacionais de maneira semelhante ao que se entende atualmente como Realismo político ou *realpolitik*⁶⁷.

Essa filosofia política “não é exclusivamente oriental e nem exclusivamente medieval ou primitiva” (Sarkar, 1919; 1921), todavia, o objeto disciplinar da ortodoxia de RI somente oferece silêncio sobre Kautilya. De maneira semelhante aos “passados pré-coloniais” indianos, o mundo “pré-moderno” de Kautilya é renegado ou excluído pela visão moderna da ortodoxia de RI. Ele tem que ser dispensado (Gowen, 1929:192) ou adequadamente modernizado. A ressurreição de Kautilya somente é possível se ele é visto por sensibilidades modernas. Então, Kautilya é reduzido a um “Maquiavel indiano” e suas ideias mantêm valor pela sua aproximação àquelas presentes no *Leviatã* de Hobbes ou no *Príncipe* de Maquiavel, não o contrário (Behera, 2007, p.353, tradução própria).

Behera (2007) ainda argumenta que a limitação da imaginação política da ortodoxia de RI (por seu estreito foco na política de poder e, assim, nas questões militares entre Estados) tem impedido, desde os tempos de Nehru, um maior envolvimento da academia indiana de RI com o desafio (normativo) de repensar a ordenação econômica mundial e os termos deste debate (ligados ao discurso de desenvolvimento econômico e modernização). Assim, com a independência do país, o objetivo de se criar uma Índia modernizada (industrializada) já estava definido pela “narrativa mestre” da sequência desenvolvimentista pela qual todas

⁶⁷ De acordo com Sarkar (1919, p.402; 1921, p.83-89 *apud* Behera, 2007, p.353, tradução própria), “a Teoria das Mandalas de Kautilya (esferas ou círculos de influência, interesse e ambições) afirma que cada rei ou *vijigeesoo* (aspirante à conquista) deve entender seu reino localizado dentro de um centro concêntrico de reinos ou mandalas (anéis), que representam, alternadamente, seus inimigos e aliados naturais. Cada aspiração similar dos reinos estimula uma luta pela existência, auto-afirmação e dominação mundial entre *vijigeesoos*, resultando em *matsya-nyaya* (a lógica do peixe), isto é, se não há regulador para desferir punição na terra, o mais forte devorará o fraco como peixes na água. A Teoria da Mandala prevê um mundo de eternos Estados guerreiros e estressa a “perpétua preparação” ou doutrina do *Danda* (punição, sanção)” É nesse sentido que Behera vai colocar que as relações internacionais concebidas por Kautilya derivam de uma teoria secular do Estado na qual o poder seria sua única base, sem permitir considerações morais ou éticas, como no Realismo político ou na *realpolitik* ocidentais.

as sociedades devem passar para superar o subdesenvolvimento. “A trajetória de[stes] ‘universais evolutivos’ nunca foi sistematicamente questionada por acadêmicos de RI – uma tarefa deixada para os economistas (de esquerda)” (Behera, 2007, p.354, tradução própria).

A importância de Nehru, nesse sentido, não se deu somente na luta pela liberdade e na condução política do novo Estado; mas se expressou também como um legado intelectual, ou um paradigma, para se pensar as Relações Internacionais a partir da Índia que, apesar de informar o pensamento, também o limitava.

A única pessoa entre a liderança central do Partido Congressista que pensou profundamente sobre o papel da Índia nos assuntos internacionais depois da independência política foi Jawaharlal Nehru. [...] O Partido Congressista deixou as relações internacionais e a política externa a cargo de Nehru [...] Sua resposta estratégica global para a Guerra Fria, o não alinhamento, [...] refletia a preferência da classe política indiana e mantinha a Índia sob controle meio as águas turbulentas dos anos da Guerra Fria. O conhecimento e os diagnósticos de Nehru, o aparente sucesso de sua estratégia, e sua dominância política na Índia instalaram uma visão de mundo e uma política externa dentro dos momentos da independência. Na sombra de Nehru, o que restou para aqueles que eram atraídos pelos assuntos internacionais era justificar e operacionalizar o não-alinhamento. A tarefa primária era mostrar como a política externa da Índia era uma postura moral, mas também pragmática; e também apresentar como a mesma seria utilizada em situações específicas e com quais efeitos. Essa elaboração da postura estratégica da Índia era vital e não deve ser negada, mas o efeito nos Estudos Internacionais na Índia foi misto: aqui havia um “paradigma” dentro do qual uma boa porção de atividade de pesquisa “normal”, para usar a linguagem de Thomas Kuhn, poderia ser levada; mas, com o tempo, a imaginação foi afetada (Bajpai, 2005, p.22, tradução própria).

Behera (2007) aponta que a agenda de RI na Índia teve três fases, as quais giravam em torno de três temas que se sobrepõem no decorrer dos anos: auto-concepções da Índia como um *soft* ou *hard power*; a busca e a preservação do papel de preeminência da Índia no Sul da Ásia e o desenvolvimento de seu potencial de poder na arena asiática e global; e, por fim, a reestruturação da ordem internacional fundamentada em valores normativos e de caráter multipolar. Na primeira fase, dos anos 1950 a 1970, a visão normativa de Nehru direcionou a área de RI (e a política externa indiana) para a denúncia das desigualdades (políticas e econômicas) da ordem internacional através do não-alinhamento (Behera, 2007). Na segunda fase, na década de 1980, as frustrações políticas e militares sofridas pela Índia durante as décadas passadas (na questão da Cashemira nos anos 1950; nas guerras com a China, em 1962, e o Paquistão, em 1965; e na falha coletiva no estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional, de 1974) mudaram o foco para a construção de uma forte agenda de segurança nacional e internacional (Behera, 2007); apesar de também ter

surgido um movimento de recuperação histórica e teórica do *movimento de não-alinhamento* ainda nesta década (Mallavaparu, 2009). Já na terceira fase, o crescimento econômico da Índia, num momento de abertura e integração internacional de sua economia – apoiado por seu poderio nuclear – passa a ser central nas discussões de RI (Behera, 2007).

Assim, atualmente, os temas mais abordados por autores indianos focam-se em política externa e segurança. As abordagens tradicionais de RI (Realismo, Liberalismo e suas vertentes atuais) são as mais utilizadas na academia indiana. Em menor grau, outras abordagens (como a Escola Inglesa, Feminismo, Pós-modernismo e o Pós-Colonialismo) têm sido introduzidas no país. O Realismo Periférico (trabalhado em conjunto com a Interdependência Complexa) é uma das poucas contribuições de países e autores que são de fora dos principais centros de produção e publicação que ganhou destaque na Índia.

O uso destes conceitos e abordagens “estrangeiros” não é visto com maus olhos pelos indianos, ao contrário, há um movimento contra o “excepcionalismo asiático” ou a possibilidade de uma produção puramente nativista, tendo em vista as adaptações, reinterpretações e recontextualizações (chamadas por Appadurai de “vernacularização”⁶⁸) que são feitos quando da utilização de conceitos e abordagens “estrangeiros” (Mallavaparu, 2009). Esta vernacularização, que deturpa as chaves de entendimento do internacional a partir do *mainstream* para as lentes do país em desenvolvimento ou da potência média, desafia a autoridade “exclusiva” dos Estados Unidos como único lugar de enunciação das RIs. Os indianos, demandam, assim, sua qualidade de membros da área, sua capacidade de participação do diálogo global de RI por meio de suas próprias experiências. O Realismo Subalterno⁶⁹, de Mohammed Yooob (2002), é um exemplo de vernacularização de várias abordagens das RIs (Realismo Clássico, Sociologia Histórica e Escola Inglesa), que almeja pensar as relações internacionais a partir da perspectiva daqueles que têm sido negligenciados pela ortodoxia da área (especialmente, os estados pós-coloniais, como a Índia; mas o autor considera o “terceiro mundo”, em geral, em sua perspectiva).

⁶⁸ Semelhante à noção de hibridez de Bhabha, de acordo com Behera (2007:142, tradução própria), Arjun Appadurai (1996) denomina de “vernacularização” o processo pelo qual “modos dominantes de produção cultural são reinscritos em contextos periféricos nos quais eles adquirem novos sentidos”.

⁶⁹ De acordo com Yooob (2002), o realismo subalterno é uma perspectiva que traz em si os elementos essenciais do realismo (o estadocentrismo, a sobrevivência e a auto-ajuda) para a realidade cotidiana do terceiro mundo, daqueles estados que têm sido negligenciados e colocados em uma posição subalterna na teorização sobre as relações internacionais.

A entrada de pontos de vista para além do *mainstream* na área de RI na Índia tem produzido uma nova fase, chamada por Behera (2007) de “*new IR*”, que tem abordado novos temas (como cultura e identidade, relações de gênero, modernidade etc) na área de RI. Nesse sentido, poder-se-ia colocar esta nova fase busca se inserir no diálogo da área através de abordagens alternativas (no caso, ontologicamente alternativas). Todavia, a desunião desta “*new IR*”, que comporta um “amálgama amorfo de tradições acadêmicas”, faz também como que os escritos desse gênero sejam “raramente reconhecidos como parte do *mainstream* de RI” e relegados, pejorativamente, ao campo pós-positivista⁷⁰ da área (Behera, 2007, p.355, tradução própria).

Behera (2007), todavia, nota que é preciso estar consciente das limitações desta nova fase, que apesar de abrir novas avenidas para a área de RI na Índia, ainda teria que se engajar mais propriamente com conhecimentos para além do que é tradicionalmente considerado com RI; se focar mais em práticas cotidianas como fonte de saber e práticas para a área.

Com base nas reflexões desta seção, a próxima seção deste capítulo analisará, com mais detalhes, um artigo acadêmico indiano que aborda, mais especificamente, as relações internacionais da Índia e maneiras de interpretá-las.

5.4.

Análise de Artigos

Nesta seção do capítulo, será analisado um artigo escrito por um acadêmico indiano de Relações Internacionais, a saber: Rajesh Basrur. Basrur é bacharel e mestre em História, pela *University of Delhi* (Índia), mestre e doutor em Ciência Política, pela *University of Bombay* (Índia). Atualmente, é professor, coordenador do Programa do Sul Asiático e coordenador do Mestrado em RI da *S. Rajaratnam School of International Studies* da *Nanyang Technological University* (Singapura), que atua como um *think tank* e uma instituição de ensino na área de RI, mais especificamente, de segurança internacional. Anteriormente, foi professor da *University of Mumbai* (Índia). Basrur tem se especializado nas áreas de Política Externa e Política de Segurança Indianas, Política de Armas Nucleares; e TRI. O artigo de Basrur a ser analisado neste capítulo intitula-se “Theory for Strategy: Emerging India in a Changing World”, publicado pelo

⁷⁰ Behera (2007) reconhece que há inúmeras divergências entre pós-positivistas, mas aponta que todos concordam que o ideal metodológico positivista é impraticável e normativamente perigoso.

periódico do *Indian Council for South Asian Cooperation*, o “*South Asian Survey*”⁷¹, em 2009.

Basrur (2009, p.5, tradução própria) inicia seu artigo delineando que uma importante função das teorias de RI “é (ou deveria ser) acessar a natureza do mundo para que tomadores de decisão possam estipular estratégias de política externa apropriadas”. Colocando-se nesta posição de conselheiro político, Basrur (2009, p.5) indica que a Índia, como uma nação prestes a se tornar um poder global, precisa ter um quadro conceitual claro que providencie entendimentos sobre as relações internacionais e que sirva como guia de sua política externa. A escolha do autor para este guia prático seria uma reformulação do Realismo neoclássico, a qual é apresentada no decorrer do artigo.

Basrur (2009) coloca que o não-antecipado final da bipolaridade e a dificuldade de se delinear os contornos dessa nova realidade fez com que as teorias de RI se reinventassem. Em resposta às críticas deste momento, o Realismo teria se reinventado, recuando de sua forte orientação estrutural – ou Neorrealista – e se reformulou através de um seletivo engajamento com seu passado clássico. Basrur (2009) resgata esse passado clássico apontando para um legado de pensamento que alcança tanto o antigo pensador indiano Kautilya quanto o grego Tucídides. Sem trazer à tona a ligação entre os diversos autores que são comportados dentro deste legado, Basrur (2009, p.6, tradução própria) o resume como um legado que sustenta que

a política internacional é um reino de Estados auto-centrados que se comportam em padrões repetitivos em um sistema internacional anárquico. Estes padrões de comportamento são fundamentalmente caracterizados por um conflito endêmico de interesses e pela busca por poder, a qual é a única garantia pela sobrevivência [...]. O sistema de estados está em uma constante condição de conflito em potencial já que os interesses dos estados frequentemente colidem e o poder de qualquer dos estados é fonte de insegurança para os outros. A cooperação acontece, mas quando interesses individuais estão em conflito com interesses coletivos, os primeiros têm precedência invariavelmente. Estados tendem a priorizar segurança militar sobre qualquer outro aspecto, como segurança econômica e ambiental, e a praticar uma política de balanceamento de poder para que o estado possa ameaçar outros. Moralidade existe, mas sob a sombra da *raison d'état*.

Basrur (2009) aponta que a despeito da predominância do Realismo no pós-II Guerra, este legado tem, atualmente, declinado em importância na disciplina; isto poderia ser visto na diminuição de publicações informadas pelo

⁷¹ O *South Asian Survey* é publicado, desde 1994, pela SAGE Publications. Seu conselho editorial conta, em sua maioria, com acadêmicos indianos. Em seu editorial, o *South Asian Survey* aponta que o mesmo serve como um fórum para o compartilhamento de pensamento inovador e para o debate de assuntos de preocupação nacional e regional para os países do Sul Asiático a partir de sua própria perspectiva.

Realismo no período entre 1970-2000⁷². Este declínio derivaria de uma realidade contemporânea que não apresenta ameaças significativas aos Estados Unidos; portanto, atrairia também menos interesse teórico para uma área amplamente dominada por estadunidenses. Ademais, a ausência de grandes guerras e o crescimento da interdependência entre os Estados também teriam exacerbado os limites do Realismo como abordagem teórica contemporânea e acrescido a importância de outras abordagens, mais especificamente, o Liberalismo e, em menor grau, o Construtivismo. “Porque o NeoRealismo tem pouco a dizer sobre assuntos para além do básico da anarquia e da polaridade sistêmica, sua utilidade é limitada” (Basrur, 2009, p.8, tradução própria).

Todavia, Basrur (2009, p.9, tradução própria) aponta que o Realismo “tem mostrado uma capacidade impressionante de se adaptar a condições em mudança, responder a críticas e se reformular”. Da ênfase na natureza egoística humana de Morgenthau, passando pelo ressaltar dos constrangimentos estruturais da anarquia de Waltz, ao realce da busca infinita pelo poder de Mearsheimer, Basrur (2009) vai assinalar a emergência do Realismo Neoclássico na contemporaneidade⁷³. A posição central do Realismo Neoclássico, segundo o autor, seria que mesmo que a estrutura coloque limites no que os Estados podem fazer, eles podem responder a estes limites de maneiras diversas, através do exercício da escolha dos líderes políticos; seja pela escolha racional, a percepção e as propensões pessoais, a política doméstica etc.

Esta redefinição, contudo, também atraiu críticas sobre a incorporação de variáveis domésticas ter acarretado a perda de seu “núcleo-duro”, assegurado pelo cientificismo ou estruturalismo de Waltz. Discordando desta perda, Basrur (2009:10, tradução própria) advoga que os elementos essenciais do legado realista permanecem.

[Q]ue os principais atores são estados (ou, mais amplamente, grupos de conflito [Schweller 2003, p. 325–26]; que seu relacionamento anárquico estrutural define os aspectos centrais de sua política, que é vista mais utilmente em termos de poder e interesse; que sua política é essencialmente conflitiva; e que, a despeito das alegações transformativas de liberais e construtivistas, o mundo não mudou com o tempo, nem é provável de mudar.

O autor contende, contudo, que a maior aproximação entre as abordagens da área (Realismo, Liberalismo e Construtivismo) é benéfica e traz maior complexidade às análises da área.

⁷² Que teria sido suplantado por publicações de vertente liberal (ver Walker e Morton, 2005).

⁷³ Schweller é o autor mais citado por Basrur (2009); poder-se-ia dizer que isto ocorre, talvez por Schweller (2004) dar ênfase à política externa do terceiro mundo como um contraponto à naturalidade das alianças e do balanceamento de poder na política internacional.

Não obstante, Basrur (2009) reflete que ainda precisa clarificar de que maneira a estrutura molda desenlaces na política internacional em um mundo, cada vez mais, interdependente; no sentido de que há uma perda de autonomia no processo de tomada de decisão e um aumento no custo de um conflito que interfira nestes relacionamentos.

Até mesmo um realista não pode negar que rivais nucleares estão localizados em uma posição de forte interdependência. A erupção de uma guerra nuclear seria um custo inaceitável para ambos. Similarmente, as economias envolvidas são intimamente integradas e altamente interdependentes. Uma quebra em suas relações integradas de produção, serviços e comércio seria um custo inaceitável para todos. Na medida em que tal interdependência existe, claramente nós estamos em um mundo em que sérios conflitos não é uma opção realista. Isto significa que há uma brusca redução na autonomia nos processos de tomada de decisão e que o escopo para escolha neste processo é restrita. Tomadores de decisão são fortemente inibidos de engajar em conflitos sérios e há um prêmio para políticas que garantem a estabilidade de relacionamentos interdependentes. Assim, o papel da estrutura depende no grau de interdependência em um relacionamento específico. Ademais, a interação entre estrutura e interdependência determina a medida na qual o agente pode exercer a escolha (Basrur, 2009, p.12, tradução própria).

A partir da constatação deste mundo, cada vez mais, interdependente e constrangedor de uma política pura de poder, Basrur (2009) passa a pensar sobre a posição da Índia no sistema global atualmente. Para o autor, a reivindicação dessa posição de emergência se fundamenta no tamanho do país, no crescimento rápido de sua economia, na sua capacidade militar, sua posição como um grande estado democrático e sua história de liderança no mundo em desenvolvimento. Esta potência emergente tem expandido seu papel nas políticas regionais e globais, mas tem mantido seus interesses em sintonia com os das grandes potências ao fazer parte da OMC e outros regimes multilaterais e ao se comprometer com a agenda político-militar (principalmente em relação à Armas de Destruição em Massa, ao terrorismo e à estabilização de estados falidos)⁷⁴.

Diferentemente da política de não-alinhamento (que atuava através de *balancing* e *distancing*), agora como potência emergente em um mundo interdependente, a Índia deve procurar uma *entente* com os EUA (a potência global, agora constrangida por demais pela interdependência) que ultrapasse o acordo de cooperação nuclear e alcance mais temas militares e econômicos, “num clássico exercício de *bandwagoning*” (Basrur, 2009, p.16, tradução própria). Os benefícios desta orientação política de *bandwagoning* ultrapassaria as relações Índia-EUA. “O Paquistão vai achar politicamente mais e mais difícil de jogar o jogo de guerra assimétrica enquanto as relações Índia-EUA crescem”.

⁷⁴ Dentro desta agenda, restaria à Índia tornar-se um participante de peso ao regime de não-proliferação de armas nucleares (Basrur, 2009).

Da mesma forma, a “China também levará a Índia mais à sério” (Basrur, 2009, p.16, tradução própria) e a potencialidade de um relacionamento Índia-China antagônico vai decrescer ainda mais, “a despeito das reservas [indianas] em relação às intenções chinesas” (Basrur, 2009, p.15, tradução própria). O reconhecimento dos custos de um antagonismo com a China tem se demonstrado na mudança de relacionamento Índia-China, o qual “tem se deslocado de um jogo de soma-zero para um jogo de motivos-mistos em que os dois jogam jogos de balanceamento estratégico um contra o outro, mas, simultaneamente, cooperam no comércio pelo benefício mútuo” (Basrur, 2009, p.15, tradução própria).

O autor advoga que uma política de *bandwagoning* não significa dependência, uma vez que, em um mundo sem alianças, é possível ter relacionamentos diferenciados. Assim, o reforço do relacionamento da Índia com outros jogadores (UE, Rússia, Japão) dará à Índia mais espaço de manobra para processos de barganha que “crescentemente substituirão os antigos jogos de poder de um mundo menos interdependente. Diversas coalizões, no lugar de balanços de poder, será a marca deste mundo” (Basrur, 2009, p.15, tradução própria).

Em sua conclusão, Basrur (2009) reitera que a perspectiva realista ainda oferece utilidade para acadêmicos e políticos, mas descarta o mecanismo do balanceamento – que teria constituído o centro do Realismo clássico e do Neorealismo, para o autor – como uma política apropriada a um mundo interdependente. Isto, pois, o autor vê a política global cada vez menos moldada pelo poder de Estados individuais e mais marcada pela ação coletiva e barganha entre pares e grupos de Estados. As lições para a Índia, neste contexto estrutural, seriam claras:

[e]m primeiro lugar, lutar por poder institucional, que é essencial para moldar a agenda global; em segundo, perseguir poder econômico, que provê o potencial necessário para obter verdadeiro poder institucional; e em terceiro, apreciar os limites do poder militar, que é um instrumento muito caro para a perseguição de políticas outras que a defesa nacional (Basrur, 2009, p.18, tradução própria).

O artigo de Basrur (2009) claramente arroga para si a capacidade de produzir conhecimento dentro da área e, mais particularmente, dentro do legado Realista ao qual o autor clama sua membresia. Nesse sentido, dentro de um arcabouço realista, o autor preocupa-se com as relações de poder (militar e econômico) entre a Índia e os demais Estados que participam do jogo político global e quais as possibilidades de ação para a Índia neste jogo. Basrur (2009) busca apoio em autores (como Schweller) que têm tentado expandir a capacidade explicativa deste arcabouço realista para além dos exemplos retirados da história

diplomática anglo-europeia. Assim, o autor utiliza uma perspectiva que permite enfatizar suas experiências, seus conhecimentos e seus interesses (que, no caso, se relacionam às relações internacionais da Índia). Basrur (2009), todavia, não somente furta-se desta capacidade explicativa que o Realismo oferece às relações internacionais da Índia, como utiliza-se de sua capacidade prática como guia político para a nação Indiana no cenário internacional. Basrur (2009), nesse sentido, “traduz” (e assim deturpa) a produção da academia estadunidense sem a intenção ou a consciência de alterá-la, mas de fazer parte do diálogo existente na área de RI por meio de suas próprias experiências.

6.

Considerações Finais

As considerações finais desta dissertação buscam apresentar as observações que sobressaltaram no decorrer da execução da pesquisa. Como já ressaltado na Introdução desta dissertação, não se procurará fazer comparações ou classificações das experiências analisadas durante a pesquisa, mas buscar-se-á delinear os relacionamentos históricos que levaram às relações de dominação/resistência na área de RI, as múltiplas respostas locais à dominação na produção de conhecimento na área e as ambiguidades destas relações. Assim como apresentado no Capítulo 2, as Considerações Finais desta dissertação seguem os *insights* pós-coloniais que nortearam esta pesquisa.

No decorrer da pesquisa, tornou-se saliente que não somente os relacionamentos históricos assimétricos que se vincularam mais diretamente com a área de RI foram importantes para se entender como a área foi construída em cada local. Na busca pelos primórdios da área; ou seja, do que existia antes da institucionalização formal das RIs como uma área de conhecimento, saltou aos olhos a importância dos primeiros *encontros imperiais*⁷⁵ para a cultura, a intelectualidade e a educação de Brasil, China e Índia. Como visto nas primeiras seções dos Capítulos 3, 4 e 5 – as quais abordavam os antecedentes e/ou primórdios da área em cada local –, durante os encontros imperiais entre Brasil e Portugal, China e Inglaterra e Índia e Inglaterra, os saberes locais foram rejeitados, menosprezados e apagados pelos últimos e, muitas vezes, também pelos primeiros⁷⁶.

Estes encontros, assim, tanto produziram quanto negaram identidades. No Brasil, os saberes locais foram, praticamente, dizimados juntamente com as

⁷⁵ Assim como Doty (1996:3) conceitua, o termo tenta transmitir a ideia de encontros assimétricos, nos quais uma parte tem a capacidade de produzir realidades, identidades e práticas enquanto, a outra parte, tem esse tipo de agência negada.

⁷⁶ É válido ressaltar que a importância destes encontros imperiais e suas implicações foi percebida somente após a feitura desta dissertação. Como grande parte da literatura que trabalha com a área de RI em cada local inicia sua discussão com a institucionalização da área, os primórdios da área foram buscados em uma literatura outra, mais direcionada à pesquisa da área de Ciência Política, da Educação Superior e da intelectualidade em geral dos locais aqui analisados. Assim, apesar da demasiada importância da conceituação e da prática destes encontros imperiais para o tema aqui abordado, os mesmos foram mais tematizados nestas Considerações Finais; pois, cronologicamente, os *insights*, apresentados sobre os mesmos só foram possíveis após o término da pesquisa.

populações indígenas (e africanas) durante a empresa colonial portuguesa. Na Índia, os saberes locais foram silenciados pelos colonos britânicos pelo medo de que os mesmos inspirassem sentimentos nacionalistas. No caso mais particular da China, que não passou por um processo *stricto sensu* de dominação colonial, os saberes locais foram rejeitados pelos próprios indivíduos locais que se viram humilhados por não conseguirem resistir às práticas de violência dos britânicos (Guerras do Ópio). A intelectualidade de Brasil, China e Índia foi sobremaneira marcada pela intelectualidade anglo-europeia, o que repercutiu na cultura e na educação destes locais.

Este encontro produziu identidades negativadas nestes locais, que foram (e até hoje são) considerados como “atrasados”, no que refere a sua cultura, seu desenvolvimento tecnológico e suas instituições políticas. Neste sentido, somente os saberes considerados como “modernos” ou “avançados” (tanto por agentes estrangeiros, no caso de Brasil e Índia, quanto por agentes locais, no caso de Índia e China) foram norteadores da condução política e econômica destes Estados e eram passados adiante nos sistemas de ensino locais. Em grande decorrência deste entrelaçamento histórico, estes locais passaram a rejeitar, silenciar ou apagar saberes locais e buscaram se desenvolver e alcançar os moldes modernos anglo-europeus (mesmo que de maneiras diferenciadas, uma vez que a opção chinesa, ainda que de origem europeia, visualizava uma modernização alternativa; isto é, o socialismo).

Destarte, a instituição das áreas de RI nestes locais foi influenciada por este arcabouço intelectual que buscava transformar suas sociedades em Estados modernos. A instituição da área de RI, neste contexto, tornou-se uma necessidade dos Estados em vias de modernização, que precisavam de governantes capazes de atuar num mundo moderno. Daí que as primeiras instituições da área de RI foram estabelecidas no Brasil de Vargas, na China de Mao e na Índia de Nehru (governos nos quais a modernização era temática principal), com o intuito de formar intelectuais e, mais especificamente, de capacitar diplomatas para pensar as relações internacionais de seus países.

Mesmo quando da formalização acadêmica da área nestes locais, este entrelaçamento entre a reflexão sobre as relações internacionais e a formação de diplomatas e a condução da própria diplomacia não foi dissociada. Isto, pois, há interesse na academia em produzir conhecimento que sirva de compasso intelectual para a diplomacia e, da mesma forma, há interesse da diplomacia em dialogar com a academia, na medida em que esta faz parte da formação intelectual de futuros diplomatas, governantes e intelectuais nacionais. Não há

excepcionalidade neste relacionamento entre academia e diplomacia nos casos estudados. Assim como apontam Hoffmann (1977), no caso dos Estados Unidos, e Krippendorf (1987), no caso dos países europeus, a institucionalização da área nestes locais também teria passado pelas trocas entre as cozinhas do poder e os salões acadêmicos.

É importante ressaltar que mesmo que este arcabouço intelectual “modernizador” tenha passado a servir de compasso intelectual e político nestes locais, os relacionamentos que os mesmos mantiveram com a intelectualidade anglo-europeia foram diversos. Enquanto Brasil manteve um diálogo com esta intelectualidade, China e Índia tentaram se isolar da mesma, em um primeiro momento. Assim, há, no Brasil, desde o início da institucionalização da área na década de 1970, uma busca pelo diálogo e pelo relacionamento próximo com as instituições de ensino e de financiamento estrangeiras. Enquanto que China e Índia fecharam as suas portas, impedindo intercâmbios, financiamentos etc. Somente a partir da década de 1980, ambos os países se abriram para o diálogo e o relacionamento mais próximo com estas instituições.

Quando do estabelecimento deste relacionamento mais íntimo com esta intelectualidade, agora com foco mais preciso na área de RI, houve uma aproximação de Brasil, China e Índia com o local que havia tido uma institucionalização acadêmica da área precoce e que, portanto, mais produzia conhecimento na área (pelo grande número de acadêmicos, de instituições e de financiamento próprio); isto é, os Estados Unidos. Dentro de um contexto em que os Estados Unidos haviam emergido como potência política e econômica mundial, sua intelectualidade ganha destaque e passa a ser estudada em outros locais do globo. Assim como coloca Krippendorf (1987, p.212, tradução própria), em seu estudo sobre a área de RI na Europa, “o que poderia ser mais natural e óbvio do que mandar seus alunos para os Estados Unidos para aprender com o *Big Brother*, para estudar e traduzir os livros estadunidenses”.

Em contrapartida, houve também claras tentativas das instituições que compõem a área de RI nos EUA em disseminar seu conhecimento pelo mundo através de instituições de financiamento de ensino e intercâmbio estudantil. Todas as historiografias aqui apresentadas apontaram uma atuação forte de instituições estrangeiras na promoção de fóruns e na construção de instituições de ensino e pesquisa na área de RI, mais especificamente, da Fundação Ford. Assim como já foi constatado por Behera (2004) e Tickner (2009, 2013, p.633, tradução própria),

o papel da Fundação Ford no treinamento de especialistas em RI, no enquadramento de agendas de pesquisa, no fortalecimento de infraestruturas institucionais e na criação de links entre acadêmicos locais e comunidades

regionais e globais tem sido ostensivo em regiões como a América do Sul e o Sul Asiático.

Há, neste contexto, um esforço dos EUA na busca do reconhecimento global de sua hegemonia na área de RI, na medida em que este procura difundir sua história e seus saberes e participar ativamente na construção das instituições que compõem a área mundialmente. Por outro lado, este esforço de construção institucional, de direcionamento da agenda de pesquisa e de delimitação de abordagens próprias da área, não é acompanhado por um movimento de inclusão, ou até mesmo de diálogo, mas de diferenciação das histórias e dos saberes da área de RI globalmente; que são definidos como mera imitação de sua produção (ver Puchala, 1997), como aprendizes atrasados de seus ensinamentos universais (ver Wæver, 1998; Brown, 2001; Bilgin 2008) ou como manifestações irrelevantes de experiências particulares (ver Aydinli e Mathews, 2000).

Todavia, por mais que este movimento de diferenciação entre o atrasado e inautêntico “resto” do mundo e a inovadora e autêntica área de RI nos EUA tente exaltar a superioridade dos EUA na área, sua hegemonia depende de seu reconhecimento pelo “resto” do mundo, que faz assinaturas de seus periódicos; compra seus livros; usa seus conceitos e abordagens; faz intercâmbios em suas universidades, etc. Este reconhecimento da superioridade estadunidense na área (que, como visto acima, é buscado pelos EUA) é, contudo, ambíguo, como demonstrado nos Capítulos 3, 4 e 5 desta dissertação. Esta ambiguidade se revela tanto na tentativa de imposição de uma superioridade que deve ser reconhecida pelo lado inferiorizado ou negativado da relação; quanto na tentativa de aprendizado ou reprodução dessa superioridade pelo inferior. Ou seja, na medida em que o “resto” do mundo arroga para si a capacidade de produzir conhecimento como os estadunidenses produzem (trabalhando com os mesmos temas ou usando as mesmas abordagens teóricas), o mesmo acaba por questionar (conscientemente ou não) a superioridade e a autoridade única dos EUA na área.

Ademais, apesar da recente aproximação de Brasil, China e Índia com a produção estadunidense na área, as posições tomadas em relação ao aprendizado e à reprodução daquilo que é delimitado como apropriado para a área pelos estadunidenses são variadas, em busca, por vezes, de um diálogo com o *mainstream*, de um diálogo alternativo com o *mainstream* ou de emancipação do *mainstream*. A despeito do levantamento destas categorias de relacionamento com a ortodoxia estadunidense, os Capítulos 3, 4 e 5 demonstraram grande pluralidade nestes relacionamentos, no ensino e na produção da área de RI de

Brasil, China e Índia; isto é, por mais que se tente categorizar estes relacionamentos, a diversidade de vivência dos mesmos é o que salta aos olhos.

Esta diversidade de vivências dá-se não só espacialmente, como também temporalmente. Assim, apesar dos contextos históricos influenciarem nas reflexões sobre o internacional dos locais analisados – apresentando novas condições materiais e impondo novos problemas a serem solucionados; os mesmos são apreendidos de maneiras diversas. Os contextos, assim, não criam uma totalidade sobre o pensar de uma época; uma vez que a mesma apresenta uma pluralidade de saberes, sejam estes “antigos” ou “atuais”. Dessa forma, os vários momentos e períodos demarcados em cada historiografia apresentada nos Capítulos 3, 4 e 5 desta dissertação, antes de imporem a supremacia de uma forma de ver o mundo lapidada pelo contexto histórico que a contém, apresentam tendências nunca consolidadas completamente. Exemplos disto poderiam ser tomados, como a resiliência do Marxismo como chave interpretativa das RI na China, mesmo após a abertura (acadêmica e intelectual) do país, que marcou o período do encontro da China com a academia estadunidense; ou o retorno dos trabalhos de Kautilya na discussão atual da área de RI na Índia, num contexto de primazia realista clássica como chave interpretativa no país.

As análises dos três artigos, que compõem as seções finais dos Capítulos 3, 4 e 5, procuram exemplificar a pluralidade da área globalmente, cada uma representando um tipo de relacionamento dos casos estudados com a ortodoxia da área de RI. O artigo de Cervo (2008a), analisado no Capítulo 3, coloca-se em busca da emancipação da ortodoxia da área, em busca de uma epistemologia plural, que compreenda saberes advindos de locais de enunciação diversos. O artigo de Qin (2010), analisado no Capítulo 4, posiciona-se em um diálogo entre abordagens sem se opor ou tentar superar a abordagem com a qual dialoga, mas com a intenção de apontar outras possibilidades de interpretação dentro do arcabouço da área de RI. O artigo de Basrur (2009), analisado no Capítulo 5, arroga para si a capacidade de produzir conhecimento dentro da ortodoxia e clama sua membresia como igual na área.

Ficou claro nestas análises que todos os artigos analisados, independentemente de suas posições em relação ao *mainstream* da área, partilham de pressupostos (ontológicos e epistemológicos) da gramática dominante das RIs. Nesse sentido, por mais que algumas posições busquem a emancipação à hegemonia estadunidense (ou ao paroquialismo e ao eurocentrismo da área), as mesmas não são alternativas emancipatórias à Historiografia Tradicional e aos saberes ortodoxos da área. São, contudo,

experiências híbridas que, ao mesmo tempo em que reiteram esta historiografia e seus saberes, os corrompem e os ressignificam a partir de suas vivências e modos particulares de ver e construir o internacional. Foi objetivo desta dissertação demonstrar como esta produção híbrida é fruto dos relacionamentos históricos delineados e resumidos nestas considerações finais e apresentar como a mesma participa criativamente, mesmo que de maneira subordinada, na construção da área globalmente.

É latente, contudo, que em todas as historiografias estudadas, há a reiteração do esquecimento ou do silêncio em relação aos primeiros encontros imperiais e suas consequências (políticas e) ontológicas para a área; isto é, a reificação do Estado-nação e a exclusão de temas, como raça e gênero, dentro das reflexões da área de RI globalmente (nesse sentido, entende-se o silêncio de todas as historiografias aqui apresentadas em relação à abordagens que tratam destes temas, como o Marxismo e o Pós-Colonialismo, na área de RI). Assim, semelhante à Historiografia Tradicional, as historiografias trabalhadas nesta dissertação também demonstram e/ou escondem várias facetas do nosso mundo. Dessa forma, como fechamento desta dissertação, relembro a argumentação de Behera (2007), a qual nota que é preciso se engajar mais propriamente com conhecimentos para além do que é tradicionalmente considerado como RI, para que a área possa ultrapassar seus próprios limites acadêmicos e políticos. Assim, como indicação de pesquisas futuras dentro desta incipiente temática, propõe-se que não somente sejam escavadas historiografias *outras* da área, mas que também seja explorado, mais detidamente, o relacionamento entre as RIs (seus temas e abordagens) e outras áreas do conhecimento, assim como outras formas de conhecer, para além do saber “acadêmico” ou “intelectual”, na construção de *outras* historiografias para a área de RI; da mesma forma, seria necessário aprofundar a análise das consequências intelectuais e práticas dos encontros imperiais, para que sejam desvelados, em maiores detalhes, as hierarquias, as exclusões e os silêncios impostos pelos mesmos.

7.

Referências Bibliográficas

ACHARYA, Amitav. Dialogue and Discovery: In Search of International Relations Theories Beyond the West. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 619, n. 39, p. 619-637, 2011.

ALKER, Hayward R.; BIERSTEKER, Thomas J. The Dialectics of World Order: Notes for a Future Archeologist of International Savoir Faire, **International Studies Quarterly**, v. 2, n. 28, p. 121-142, 1984.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Estudos de Relações Internacionais do Brasil: Etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 36, n. 1, p. 11-36, 1993.

_____. Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção internacional do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 41 (especial de 40 anos), p. 42-65, 1998.

ALPERMANN, Björn. Political Science Research on China: Making the Most of Diversity. **Journal of Chinese Political Science**, v.14, n. 4, p. 343-356, 2009.

APPADORAI, A. International and Area Studies in India. **International Studies**, v. 24, n. 2, p. 133-143, 1987.

APPADURAI, A. **Modernity at Large**: Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ARAÚJO CASTRO, J. A. O Congelamento do Poder Mundial. In: AMADO, R.; ARAÚJO CASTRO, J. A. (Org.). **O Congelamento do Poder Mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 197-212.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFEN Helen (Ed.). **The Empire Writes Back**: Theory and Practice in Postcolonial Literatures. New York: Routledge, 1989.

AYDINLI, Ersel; MATHEWS, Julie. Are the Core and Periphery Irreconcilable? The Curious World of Publishing in Contemporary International Relations. **International Studies Perspectives**, v.16, n. 1, p. 289-303, 2000.

AYOOB, Mohammed. Inequality and Theorizing in International Relations: The Case for Subaltern Realism. **International Studies Review**, v. 4, n. 3, p.27-48, 2002.

BAINES, S. G. As Sociedades Indígenas no Brasil e a Conquista das Américas. **Revista do CEAM**, v. 1, n. 1, p. 73-79, 2000.

BAINS, J. S. State of Political Science in India. **The Indian Journal of Political Science**. v. 32, n. 4, p. 393-444, 1971.

BAJPAI, Kanti. Indian Conceptions of Order and Justice: Nehruvian, Gandhian, Hindutva and Neo-Liberal. In: FOOT, Rosemary Foot; LEWIS, John; HURRELL, Andrew (Ed.). **Order and Justice in International Relations**. Oxford University, 2002. p. 236-261.

_____.; MALLAVARAPU, Siddharth. International Studies in India: Bringing Theory (Back) Home. In: BAJPAI, Kanti (Ed.). **International Relations in India: Bringing Theory Back Home**. New Delhi: Orient Longman Private Limited, 2005. p. 17-38.

_____. Obstacles to Good Work in Indian International Relations. **International Studies**, v. 46, n. 1, p. 109-128, 2009.

BANKS, Michael. The Interparadigm Debate. In: LIGHT, M. GROOM, J.R. (Ed.). **International Relations: A Handbook of Current Theory**. Londres: Francis Printer, 1985, p. 7-26.

BARASUOL, Fernanda. **Teorias de Relações Internacionais no Brasil: tendências e desafios no Ensino e na Pesquisa**. Porto Alegre, 2012. 40 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

BASRUR, Rajesh M. Scholarship on India's International Relations: Some Disciplinary Shortcomings. **International Studies**, v. 46, n. 1, p. 89-108, 2009.

BEHERA, Navnita C. Meta Narratives and Subaltern Voices: Role of the Ford Foundation in South Asia. In: ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION, 45., 2004, Montreal, Canadá. **All Academic Archives 2004**. Montreal, Canadá: ISA, 2004. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p74473_index.html>. Acesso em: 15 Março 2014.

_____. Re-imagining IR in India. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, n. 3, p. 341-368, 2007.

_____. International Relations in South Asia: State of the Art. In: _____ (Ed.). **International Relations in South Asia: Search for an Alternative Paradigm**. New Delhi: Sage Publications, 2008. p. 1-41.

BELL, Duncan. Writing the World: Disciplinary History and Beyond. **International Affairs**, v. 85, n. 1, p. 3-22, 2009.

BHABHA, Homi. **The Location of Culture**. New York: Routledge, 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BIESTEKER, Thomas J. The parochialism of hegemony: Challenges for "American" International Relations. In: WÆVER, Ole; TICKNER, Arlene B. (Ed.). **International Relations Scholarship around the World**. Oxon: Routledge, 2009. p. 308-327.

BILGIN, Pinar. Thinking past 'Western' IR? **Third World Quarterly**, v. 29, n. 1, p. 5-23, 2008.

_____. Looking for 'the International' Beyond the West. **Third World Quarterly**, v. 31, n. 5, p. 817-828, 2010.

BING, Dov. Lenin and Sneevliet: The Origins of the Theory of Colonial Revolution In The Dutch East Indies. **New Zealand Journal of Asian Studies**, v. 11, n. 1, p. 153-177, 2009.

BLANEY, David L.; TICKNER, Arlene B. Introduction: thinking difference. In: _____. (Ed.). **Thinking International Relations Differently**. Oxon: Routledge, 2012. p. 1-24.

_____. Introduction: Claiming the International Beyond IR. In: _____. (Ed.). **Claiming the International**. Oxon: Routledge, 2013. p. 1-24.

BONDIGUEL, Thomas; KELLNER, Thierry. The Impact of China's Foreign Policy Think Tanks. **BICCS Asia Paper**, v. 5, n. 5, p. 3-32, 2010.

BROWN, Chris. Fog in the Channel: Continental International Relations Theory Isolated (Or an Essay on the Paradoxes of Diversity and Parochialism in IR Theory). In: CRAWFORD, Robert M. A.; JARVIS, Darryl S. L. (Ed.). **International Relations – Still an American Social Science?** Toward Diversity in International Thought. New York: SUNY Press. 2001. p. 203-220.

BUZAN, Barry; ACHARYA, Amitav. Why is there no non-Western International Relations Theory? An introduction. In: BUZAN, Barry; ACHARYA, Amitav (Ed.). **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, n. 3, p. 287-312, 2007.

BUZAN, Barry. China in International Society: Is Peaceful Rise Possible? **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, n.1, p. 5-36, 2010.

_____. Culture and international society. **International Affairs**, v. 86, n. 1, p. 1-25, 2010a.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 8-25, 2008a.

_____. **Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros**. Brasília: Editora Saraiva, 2008b.

_____. Concepts of International Relations. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Ed.). **Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century**: Regional and National Approaches. Brasília: IBRI, 2009. p. 41-66.

CHATTERJEE, Partha. Institutional Context of Social Science Research in South Asia. **Economic and Political Weekly**, v. 37, n. 35, p. 3604-3612, 2002.

CHINA. **China's National Defense in 1998**. Beijing: China's Information Office of the State Council, 1998.

CHINA. **China's Peaceful Development Road**. Beijing: China's Information Office of the State Council, 2005.

CHOU, Mark. Theorising China's International Relations. **Australian Review of Public Affairs**, Set. 2011. Disponível em: <<http://www.australianreview.net/digest/2011/09/chou.html>>. Acesso em: 20 Out. 2012.

COUTINHO, Luciano. Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho, **Revista Contexto**, n. 2, 1977.

_____; BELLUZZO, L. G. O Desenvolvimento do Capitalismo Avançado e a Reorganização da Economia Mundial no Pós-Guerra. **Estudos Cebrap**, v. 23, p. 14-35, 1979.

CRAWFORD, Robert M. A. International Relations as an Academic Discipline: If It's Good for America, Is It Good for the World? In: _____.; JARVIS, Darryl S. L. (Ed.). **International Relations – Still an American Social Science?** Toward Diversity in International Thought. New York: SUNY Press. 2001. p. 1-26.

CRUZ, Sebastião C. Velasco; MENDONÇA, Filipe. O campo das Relações Internacionais no Brasil. In: MARTINS, C.B. (Coord.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo, ANPOCS: Ed. Barcarolla, 2010.

DARBY, Phillip; PAOLINI, Albert. Bridging International Relations and Postcolonialism. **Alternatives**, v. 19, n. 3, p. 371-397, 1994.

_____. A Disabling Discipline. In: REUS-SMIT, Christopher; SNIDAL, Duncan (Ed.). **Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 94-105.

DE CARVALHO, Benjamin; LEIRA, Halvard; HOBSON, John M. The Big Bangs of IR: The Myths That Your Teachers Still Tell You about 1648 and 1919. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 39, n. 735, p. 735-758, 2011.

DIXIT, J. N. Inadequacies in the Study of International Relations and Area Specialization in India's Policy and Relations. In: RAJAN, M. S. (Ed.). **International and Area Studies in India**. New Delhi: Lancer Books. 1997. p. 51-60.

DOMINGUES, José M. O confucionismo e a China de hoje. **Análise Social**, v. 65, n. 195, p. 355-365, 2010.

DOTY, Roxanne Lynn. **Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China: uma nova história**. 3.ed. Tradução Marisa Motta. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008. Título original: China: a new history.

FERGUSON, James. **Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order**. London: Duke University Press, 2006.

FIGUEIREDO, Wilma. **Desenvolvimento Dependente Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FINNEGAN, Richard B.; GILES, John J. A Citation Analysis of Patterns of Influence in International Relations Research. **International Studies Notes**, n. 1, p. 11-21, 1975.

FONSECA Jr. Gelson. Studies on International Relations in Brazil: recent times (1950-80). **Millennium – Journal of International Studies**, v. 16, n. 2, p. 273-280, 1987.

_____. **Diplomacia e Academia**: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A Emergência Da Ciência Política No Brasil: Aspectos Institucionais. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, p. 1997.

FRIEDRICH, Jörg. **European Approaches to International Relations Theory: A House with Many Mansions**. London: Routledge, 2004.

FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GAREAU, Frederick. The Discipline International Relations: A Multi-National Perspective. **Journal of Politics**, v. 43, n. 3, p. 779–802, 1981.

GEERAERTS, Gustaaf; JING, Men. International Relations Theory in China. **Global Society**, v. 15, n. 3, p. 251-276, 2001.

GIRI, Ananta Kumar. Social Science Research. Call of Home and the World. **Economic and Political Weekly**, v. 38, n. 34, p. 3605-3608, 2003.

GOODMAN, David S. G. **Deng Xiaoping and the Chinese Revolution: A Political Biography**. Londres: Routhledge, 1994.

GOWEN, H. The Indian Machiavelli or political theory in India two thousand years ago. **Political Science Quarterly**, v. 44, n. 2, p. 173-192, 1929.

GRIFFITHS, Martin; O'CALLAGHAN, Terry. The End of International Relations? In: CRAWFORD, Robert M. A.; JARVIS, Darryl S. L. (Ed.). **International Relations – Still an American Social Science?** Toward Diversity in International Thought. New York: SUNY Press, 2001. p. 187-202.

GROOM, A. J. R.; MANDAVILLE, Peter. Hegemony and Autonomy in International Relations: The Continental Experience. In: CRAWFORD, Robert M. A.; JARVIS,

Darryl S. L. (Ed.). **International Relations – Still an American Social Science?** Toward Diversity in International Thought. New York: SUNY Press. 2001. p. 151-166.

GROSSER, Alfred. L'étude des relations internationales, spécialité américaine? **Revue Française de Science Politique**, v. 6, n. 3, p. 634-651, 1956.

HERZ, Mônica. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, v. 24, n. 1, p. 7-40, 2002.

HIRST, Mônica. Relações Internacionais no Brasil como Área de Pesquisa. In: MICELI, S. (Org.). **Temas e problemas de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: IDESP, 1992. p. 64-74.

HOBSON, John. **The Eastern origins of Western Civilization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. The Other Side of the Westphalian Frontier. In: SETH, Sanjay (Ed.). **Postcolonial Theory and International Relations: A Critical Introduction**. Londres: Routledge, 2013.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. **Daedalus**, v. 106, n. 3, p. 41-60, 1977.

HUTCHINGS, Kimberly. Dialogue Between Whom? The Role of the West/Non-West Distinction in Promoting Global Dialogue in IR. **Millennium: journal of International Studies**, v. 39, n. 3, p. 639-647, 2011.

IANNI, Otávio. **Imperialismo e Cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976.

JAGUARIBE, Hélio. A Condição Imperial. **Dados**, n. 15, 1977.

_____. Autonomia Periférica e Hegemonia Cêntrica. **Relações Internacionais**, ano 3, n. 5, 1980.

JATOBÁ, Daniel. Los desarrollos académicos de las Relaciones Internacionales en Brasil: elementos sociológicos, institucionales y epistemológicos. **Relaciones Internacionales**, n. 22, p. 27-46, 2013.

JONES, Branwen. From Eurocentrism to Epistemological Internationalism: power, knowledge and objectivity in International Relations. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR CRITICAL REALISM, 2004, Cambridge, UK: IACR, 2004. Disponível em: <<http://www.csog.group.cam.ac.uk/iacr/papers/Jones.pdf>>. Acesso em: 4 Abril 2014.

JØRGENSEN, Knud E. Continental IR Theory: The Best Kept Secret. **European Journal of International Relations**, v. 6, n. 1, p. 9-42, 2000.

_____.; KNUDSEN, Tonny, B. (Ed.). **International Relations in Europe: Traditions, Perspectives and Destinations**. New York: Routledge, 2006.

JULIÃO, Taís Sodrin. **O Brasil no Mundo e o Mundo no Brasil: A Formação de Quadros, a Produção de Conhecimento e a Construção da Área de Relações Internacionais**. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. 2009.

_____. A Graduação em Relações Internacionais no Brasil. **Revista Monções**, v. 1, n. 1, p. 13-48, 2012.

KAHLER, Miles. International Relations: Still an American Science? In: MILLER, Linda B.; SMITH, Michael J. (Ed.). **Ideas and Ideals: Essays in Honor of Stanley Hoffmann**. Boulder: Westview, 1993. p. 395-414.

KAPOOR, Ilan. **The Postcolonial Politics of Development**. New York: Routledge, 2008.

KARNOW, Stanley. East Asia in 1978: The Great Transformation. **Foreign Affairs**, v. 57, n. 3, p. 589-612, 1979.

KEAY, John. **India: A History**. Nova York: Grove Press, 2010.

KRASNER, Stephen. Westphalia and all that. In: GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. (Ed.). **Ideas and Foreign Policy**. London: Cornell University Press, 1993. p. 235-264.

KRIPPENDORF, Ekkehart. The dominance of American approaches in international relations. **Millenium - Journal of International Studies**, v. 16, n. 2, p. 207-214, 1987.

KRISHNA, Sankaran. **Globalization and Postcolonialism: Hegemony and Resistance in the Twenty-first Century**. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2009.

KRISTENSEN, Peter. Revisiting the "American Social Science" - Mapping the Geography of International Relations. **International Studies Perspectives**, v. 14, n. 1, p. 1-24, 2013.

_____.; NIELSEN, Ras. Constructing a Chinese International Relations Theory: A Sociological Approach to Intellectual Innovation. **International Political Sociology**, v. 7, n. 1, p. 19-40, 2013.

LAFER, Celso. Política de Blocos, Segurança e Desenvolvimento: Uma Perspectiva Brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 12, n. 2, 1972a.

_____. The United States - A View from Brazil (How the Others See the United States). **Daedalus**, v. 101, n. 4, 1972b.

_____. Reflexiones sobre el Tema del Nuevo Orden Mundial en um Orden Internacional en Transformación. **Estudios Internacionales**, ano 15, n. 58, 1982a.

_____. **Paradoxos e Possibilidades**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982b.

_____. **O Brasil e a Crise Mundial**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

LAPID, Yosef. The Third Debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LESSA, Antônio Carlos. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 169-184, 2005a.

LESSA, Antônio Carlos. O Ensino de Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (Org.). **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005b. p. 33-50,

LYONS, Gene. Expanding the Study of International Relations: The French Connection. **World Politics**, v. 35, n. 1, p. 135-149, 1982.

MAGHROORI, R.; RAMBERG, B. (Ed.). **Globalism versus Realism: International Relations' Third Debate**. Colorado: Westview Press, 1982.

MALINIAK, Daniel; et al. **TRIP Around the World: Teaching, Research, and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries**. Virginia: The College of William and Mary Williamsburg, 2012.

MALLAVARAPU, Siddharth. Development of International Relations Theory in India: Traditions, Contemporary Perspectives and Trajectories. **International Studies**, v. 46, n. 1, p. 165-183, 2009.

MALMVIG, Helle. **State Sovereignty and Intervention: a discourse analysis of interventionary and non-interventionary practices in Kosovo and Algeria**. New York: Routledge, 2006.

MARTINS, Luciano. Política das Corporações Multinacionais na América Latina. **Estudos Cebrap**, n. 5, 1973.

MATTOO, Amitabh. The State of International Studies in India. **International Studies**, v. 46, n. 1, p. 37-48, 2009.

MEDEIROS, Evan; FRAVEL, M. Taylor. China's New Diplomacy. **Foreign Affairs**, v. 82, n.100, p. 33-35, nov./dez. 2003.

MILLENNIUM – JOURNAL OF INTERNATIONAL STUDIES, v. 16, n. 2, (special issue) 1987.

MILLIKEN, J. The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods. **European Journal of International Relations**, v. 5, n. 2, p.225-254, 1999.

MISHRA, Kaushal K. The Study of Ancient Indian Political Traditions. **The Indian Journal of Political Science**, v. 65, n. 1, p. 9-20, 2004.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O estudo das Relações Internacionais no Brasil: o Estado da Arte. **Revista de Sociologia e Política**, n.12, p. 83-98, 1999.

MORENO, Marta R. F. G. **Uma Leitura Pós-Colonial sobre as “Novas” Operações de Paz da ONU**: Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NEAL, Fred W.; HAMLETT, Bruce. The Never-Never Land of International Relations. **International Studies Quarterly**, v. 13, n. 2, p. 281–305, 1969.

NOESSELT, Nele. Is There a “Chinese School” of IR? **Working Papers**. GIGA Research Programme: Power, Norms and Governance in International Relations, n. 188, 2012. Disponível em: <http://www.gigahamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp188_noesselt.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

OLSON, William.; GROOM, A. **International Relations Then and Now**: Origins and Trends in Interpretation. Londres: Harper Collins Academics, 1991.

_____. The Growth of a Discipline. In: PORTER, Brian (Ed.). **The Aberystwyth Papers**: International Politics 1919–1969. London: Oxford University Press, 1972.

OSIANDER, Andreas. Sovereignty, International Relations, and the Westphalian Myth. **International Organization**, v. 55, n. 2, p. 251-287, 2001.

PALMER, Norman. The Study of International Relations in the United States: Perspectives of Half a Century. **International Studies Quarterly**, v. 24, n. 3, p. 343-363, 1980.

PARRY, Benita. Problems in current theories of colonial discourse. **Oxford Literary Review**, v. 9, n. 1-2, p. 27-58, 1987.

PAUL, T. V. Integrating International Relations Studies in India to Global Scholarship. **International Studies**, v. 46, n. 1-2, p. 129-145, 1987.

PINHEIRO, L. VEDOVÉLI, P. *Caminhos Cruzados: Diplomatas e Acadêmicos na Construção do Campo de Estudos de Política Externa Brasileira*. **Política Hoje**, v. 21, n.1, p. 211-254, 2012.

PUCHALA, D. Some Non-Western Perspectives on International Relations. **Journal of Peace Research**, v.34. n.2, p. 129-134, 1997.

QIN, Yaqing. Why there is no Chinese International Relations Theory? **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, n. 3, p. 313-340, 2007.

_____. International Society as a Process: Institutions, Identities, and China’s Peaceful Rise. **Chinese Journal of International Politics**, v. 3, n. 2, p.129-153, 2010.

_____. Qin Yaqing on Rules vs Relations, Drinking Coffee and Tea, and a Chinese Approach to Global Governance. Entrevista cedida ao website **Theory Talks** em 30 Nov. 2011. Disponível em: <<http://www.theory-talks.org/2011/11/theory-talk-45.html>>. Acesso em: 15 Jan. 2014.

RAJAN, M. S. Teaching and Research on International Studies and Area Studies. **International Studies**, v. 18, n. 1, p. 75-88, 1979.

_____. International and Area Studies in India. **International Studies**, v. 31, n. 2, p. 207-214, 1994.

_____. The Golden Jubilee of the School of International Studies: An Assessment. **International Studies**, v. 42, n. 3-4, p. 195-204, 2005.

RAMAKRISHNAN, A. K. The Gaze of Orientalism: Reflections on Linking Postcolonialism and International Relations. **International Studies**, v. 36, n. 2, p.129-163, 1999.

RANA, A. P.; MISRA, K. P. Communicative discourse and community in international relations studies in India: a critique. In: BAJPAL, Kanti; MALLAVARAPU, S. (Ed.). **International Relations in India: Bringing Theory Back Home**. New Delhi: Orient Longman, 2005. p. 71-122.

REN, Xiao. Toward a Chinese School of IR? APSA 2008 ANNUAL MEETING, 2008, Boston, Massachusetts. 2008.

_____. The International Relations Theoretical Discourse in China: One World, Different Explanations. **Journal of Chinese Political Science**, v. 15, n. 1, p. 99-116, 2010.

RIBEIRO, P. R. M. História da Educação Escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, n. 4, p. 15-30, 1993.

ROBERTS, J. A. G. **A History of China**. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

ROCHESTER, J. Martin. **Fundamental Principles of International Relations**. Columbia: Westview Press, 2010.

SAHNI, Varun. The Fallacies and Flaws of Area Studies in India. **International Studies**, v. 46, n. 1-2, p. 49-68, 2009.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y Dependencia**. México: Ediciones Era, 1978.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Are There Regional and National Conceptual Approaches to International Relations? In: _____. (Ed.). **Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century**: Regional and National Approaches. Brasília: IBRI, 2009.

SARKAR, B. K. Hindu theory of international relations. **The American Political Science Review**, v. 13, n. 3, p. 400-414, 1919.

SCHMIDT, Brian. **The Political Discourse of Anarchy**: A Disciplinary History of International Relations. Albany: State University of New York Press, 1998.

SHARMA, Devika. Mapping International Relations Teaching and Research in Indian Universities. **International Studies**, v. 46, n. 1-2, p. 69-88, 2009.

SIBAL, Rajeev. The Untold Story of India's Economy. **LSE Ideas Reports**. Mar, p. 17-22, 2012.

SILVA, André L. R. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SMITH, Steve. Paradigm Dominance in International Relations: The Development of International Relations as a Social Science. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 16, n. 2, p. 189-206, 1987.

_____. The Self-Images of a Discipline: A Genealogy of International Relations Theory. In: BOOTH, Ken; _____. (Ed.). **International Relations Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 1995. p. 1-37.

_____. The Discipline of International Relations: Still an American Social Science? **British Journal of Politics and International Relations**, v. 2, n. 3, p. 374-402, 2000.

_____. The United States and the Discipline of International Relations: Hegemonic Country, Hegemonic Discipline. **International Studies Review**, v. 4, n. 2, p. 67-85, 2002.

STRANGE, Susan. 1995 Presidential Address: ISA as a Microcosm. **International Studies Quarterly**, v. 39, n. 3, p. 289-295, 1995.

TAVARES, Maria da Conceição. O Desenvolvimento Industrial Latino-Americano e a Atual Crise do Transnacionalismo. **Estudos Cebrap**, n. 13, 1975.

TAYLOR, Jon R. Let One Hundred Flowers Bloom, Let One Hundred Thoughts Contend: Political Science with Chinese Characteristics. **Journal of Chinese Political Science**, v. 16, p. 323-333, 2011.

TICKNER, Arlene B. Seeing IR Differently: notes from the third world. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 32, n. 2, p. 295-324, 2003.

_____. IR Theory as Everyday Practice. ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION, Honolulu, Hawaii, 2005. **2005 All Academic Archive**, 2005. Disponível em: http://www.allacademic.com/meta/p70766_index.html. Acesso em: 12 Nov. 2013.

_____. Core, periphery and (neo)imperialist International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 3, p. 627-646, 2013.

TURTON, Helen Louise. FREIRE, Lucas G. Hybridity under Hegemonic Influence in IR Scholarship: Realism in South America. ISA/ABRI CONFERENCE - "Diversity and Inequality in World Politics". Rio de Janeiro, Brasil, 22-24 Jul. 2009.

VALE, Peter. IR and the Global South: final confessions of a schizophrenic teacher. **e-IR**. 30 Out. 2009 – 00:46. Disponível em: <http://www.e-ir.info/?p=2644>. Acesso em: 20 Ago. 2013.

VASILAK, Rosa. Provincialising IR? Deadlocks and Prospects in Post-Western IR Theory. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 41, n. 3, p. 3-22, 2012.

VENKATARANGAIYA, M. The State of Political Science in India. **The Indian Journal of Political Science**, v. 36, n. 3, p. 207-223, 1975.

VITALIS, Robert. Birth of a Discipline. In: LONG, David; SCHMIDT, Brian C. (Ed.). **Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations**. New York: SUNY Press, 2005.

VIZENTINI, Paulo. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (Org.). **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005a. p. 17-32.

_____. O Brasil e o mundo, do apogeu à crise do neoLiberalismo: a política externa de FHC à Lula (1995-2004). **Ciências e Letras**, n. 37, p. 317-331, 2005b.

WÆVER, Ole. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, S. et al. (Ed.). **International Theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 149-185.

_____. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. **International Organization**, v. 52, n. 4, p. 687-727, 1998.

_____.; TICKNER, Arlene B. (Ed.). **International Relations Scholarship around the World**. Oxon: Routledge, 2009.

WALT, Stephen. **The Origin of Alliances**. New York: Cornell University Press, 1987.

WANG, Jisi. International Relations Studies in China Today: Achievements, Trends and Conditions. In: FORD FOUNDATION. **International Relations Studies in China: A Review of Ford Foundation Past Grantmaking and Future Choices**. Beijing: Ford Foundation China Representative Office, 2003.

WANG, Yiwei. China: Between Copying and Constructing. In: WÆVER, O.; TICKNER, A. B. (Ed.). **International Relations Scholarship around the World**. Oxon: Routledge, 2009. p. 103-119.

WELCH, William. The Possibility of an International Discipline of International Affairs. **International Studies Quarterly**, v. 16, p. 295-320, 1972.

WU, Jinglian. Chinese Economic Reform: Understanding and Interpreting. Singapore: Thomson Learning, 2005.

XINNING, Song. Building International Relations Theory with Chinese Characteristics. **Journal of Contemporary China**, v. 10, n. 26, p. 61-74, 2001.

YAN, Xuetong. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. Tradução Edmund Ryden. Princeton: Princeton University Press, 2011.

_____. Yan Xuetong on Chinese Realism, the Tsinghua School of International Relations, and the Impossibility of Harmony. Entrevista cedida ao website **Theory**

Talks em 28 Nov. 2012. Disponível em: <<http://www.theory-talks.org/2012/11/theory-talk-51.html>>. Acesso em 13 Jan. 2014.

ZHANG, Yongjin. The English School in China: A Story of How Ideas Travel and are Transplanted. **Working Papers**. Canberra: Dept. of International Relations, Research School of Pacific and Asian Studies, Australian National University, 2000.

_____. International Relations Theory in China Today: The State of the Field. **The China Journal**, v. 47, p. 101-108, 2002.

_____. Politics, Culture and Responsible (IR) Scholarship in China – Towards a Culturally Sensitive Analytical Approach. 2007 INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION ANNUAL CONVENTION, Chicago, 2007.

ZHAO, Baoxu. The Revival of Political Science in China. **Political Science**, v. 17, n. 4, p. 745-757, 1984.

ZHONGYING, Chen. New Dimensions of Confucian and Neo-Confucian Philosophy: Contemporary Allegory and the Search for Postmodern Faith. New York: Suny Press, 1991.